



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE

Pedagogia – Licenciatura

Laranjeiras do Sul, fevereiro/2022.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rafael Santin Scheffer

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva



Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	16
4 JUSTIFICATIVA.....	18
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Didático-pedagógicos).....	32
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	50
7 PERFIL DO EGRESSO.....	52
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	55
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	176
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	181
11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	183
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	185
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	195
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
15 ANEXOS.....	202
ANEXO I – REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL.....	202
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA.....	212
ANEXO III - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL.....	216
ANEXO IV: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	223



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Pedagogia - Licenciatura

1.4 Grau: Licenciado em Pedagogia

1.5 Título profissional: Professor

1.6 Local de oferta: *Campus* Laranjeiras do Sul

1.7 Número de vagas: 50 com uma entrada anual

1.8 Carga-horária total: 3.255

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 4 anos

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 8 anos

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 35 créditos equivalentes a 525 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 12 créditos equivalentes a 180 horas

1.14 Coordenador do curso: Professor Doutor Gracialino da Silva Dias

1.15 Ato Autorizativo: Resolução N° 18/CONSUNI/UFFS/2017

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei n° 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto n° 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC N° 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos



que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.



c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PROHAITI** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os



debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas de vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da



agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetratf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único



território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *Campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e



constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo



do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.



A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *latu sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de



extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Professor Doutor Gracialino da Silva Dias

3.2 Equipe de elaboração:

A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, iniciou no ano de 2016 com um Grupo de Trabalho designado pela Portaria 0720/GR/UFFS/2016. Em 2017 essa Portaria foi revogada e o GT foi reconstituído e institucionalizado pela Portaria 1112/GR/UFFS/2017, com os seguintes integrantes:

Gracialino da Silva Dias

Katia Aparecida Seganfredo

Luiz Carlos de Freitas

Marcela Langa Lacerda Bragança

Marciane Maria Mendes

Martinho Machado Junior

Roberto Antônio Finatto

Vanda Mari Trombetta

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Hugo Von Linsingen Piazzetta (Diretor de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon
(Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Elaine Lorenzon, Liana Canônica, Marcos Franceschi, Pedro Castro (DRA)

Revisão das referências: Suelen Spindola Bilhar

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de *Pedagogia – Licenciatura, Campus Laranjeiras do Sul, conforme designado na Portaria nº*



81/PROGRAD/UFFS/2020, vigente no processo de Reformulação do PPC, encontra-se apresentado no Quadro 1.

Nome do Professor	Titulação Principal	Domínio
Gracialino da Silva Dias	Doutor	Específico
Luiz Carlos de Freitas	Doutor	Específico
Priscila Ribeiro Ferreira	Mestra	Específico
Marciane Maria Mendes	Doutora	Específico
Silvia Carla Conceição Massagli	Doutora	Específico
Martinho Machado Junior	Doutor	Comum
Thiago Bergler Bitencourt	Doutor	Conexo

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso
Portaria 81/PROGRAD/UFFSA/2020



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência até 2024, traduz, dentre outras questões, a preocupação com a formação inicial de professores por meio dos cursos de graduação, tendo em vista os complexos desafios presentes no campo educacional brasileiro.

Nesse contexto, as indicações para as estratégias de execução do PNE giram, em grande medida, em torno da formação de professores para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que se verifica especialmente a partir de algumas de suas principais metas (a primeira, a segunda, a quinta, a décima segunda e a décima quinta), conforme descritas a seguir.

Em sua primeira meta, o PNE considera a Educação Infantil como questão nodal a ser enfrentada; e, para isso, as estratégias propostas e consideradas imprescindíveis são (i) a formação de professores em todos os níveis (inicial, continuada e pós-graduação – *lato e stricto sensu*) e (ii) a instituição de núcleos de pesquisa sobre esse campo. Esse entendimento é expandido também na segunda meta do PNE, que assume o desafio de universalização do Ensino Fundamental.

Em sua quinta meta, o PNE volta-se para o desafio de garantir a alfabetização de todos os estudantes até o terceiro ano do Ensino Fundamental e, para tanto, recoloca a formação inicial de professores dos anos iniciais como uma das estratégias assumidas. A décima segunda meta do PNE, então, assume o desafio de ampliação do acesso à educação superior, a fim de potencializar a formação de profissionais da educação, e, por fim, mesmo que perpassando o conjunto de metas e estratégias constituidoras do PNE em vigência, a formação dos profissionais da educação é assumida de modo mais explícito na décima quinta meta do documento, segundo a qual há a necessidade de

[...] garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (PNE, 2014, p. 48).



Com os destaques feitos, a partir do PNE, que orienta as ações na educação brasileira na década corrente, evidencia-se a formação inicial do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental como uma questão a ser enfrentada, refletida e, sobretudo, desenvolvida pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, em permanente diálogo com a Educação Básica, como um todo, e com a sociedade, em geral, destacando-se, no âmbito desta última, o diálogo com os Movimentos Sociais.

Contribuindo com esse cenário de promoção de diretrizes, metas e estratégias para a política educacional nacional, está a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS que, nos seus primeiros anos de existência, já tem demonstrado disposição e comprometimento com a questão da qualificação da Educação Básica, tal como se apresenta a seguir, à luz da caracterização (i) de um dos *campi* desta instituição, o de Laranjeiras do Sul; (ii) da região a que esse *Campus* atende; e (iii) de alguns indicadores educacionais dessa região.

Considerando a caracterização do primeiro ponto precedentemente descrito, a UFFS (que em sua gênese foi concebida – pelo Movimento Pró-Universidade – como via constituído por diversos movimentos sociais para promover o desenvolvimento regional integrado a partir da oferta de educação superior de qualidade e da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão voltadas para a interação entre cidades e estados que fazem parte da grande fronteira do MERCOSUL e seu entorno) está presente na cidade de Laranjeiras do Sul, no centro-sul do Paraná, desde o ano de 2010, regendo-se, nessa localidade, especialmente pela preocupação com o desenvolvimento humano e tecnológico da região.

Justificando tal preocupação está a caracterização da própria região em que o *Campus* da UFFS (*Campus* Laranjeiras do Sul) se situa, qual seja:

(i) Laranjeiras do Sul localiza-se em uma região constituída no âmbito do território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, que conta com a integração de 20 municípios – Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond –, que totalizam cerca de 234 mil pessoas, representando 2,3% da população do estado do Paraná.

(ii) A principal característica desse território, do ponto de vista econômico, é a atividade agropecuária, que corresponde a 48,9% do valor adicionado do território Cantuquiriguaçu; o setor industrial e de serviços correspondem, respectivamente, a 20,9% e 30,2% das atividades presentes na região,



cabendo ressaltar ainda que estes últimos mantêm vínculos estruturantes com o setor agropecuário;

Do ponto de vista da caracterização educacional, nos municípios que compõem a região, os índices de escolarização são baixos e poucas são as pessoas que possuem ensino superior. Nesse cenário, o índice de analfabetos e analfabetos funcionais, segundo o Paraná (2007), atinge entre 20% e 30% em dezoito dos vinte municípios da região, superando os dados gerais do estado do Paraná, que são de até 24,5% (PARANÁ, 2007). No que se refere ao Ensino Fundamental, os índices de estudantes matriculados são bons, uma vez que a média é de 95,7%. Porém, essa média diminuiu, quando especificada em termos de Ensino Médio e de Educação Infantil (73% a 50%, respectivamente). Ainda considerando o aspecto educacional da região em seus vinte municípios, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há 144 escolas municipais, onde trabalham 1.647 professores, lotados na rede municipal de ensino, cuja formação exigida é a licenciatura em Pedagogia.

Também estão localizados na Cantuquiriguaçu, 147 colégios estaduais, o que demanda, aproximadamente, 350 profissionais responsáveis pelo trabalho pedagógico na escola, a fim de atender, conforme Censo Escolar 2015 divulgado pelo INEP/MEC, 26.548 estudantes matriculados nas creches, pré-escolas e anos iniciais do Ensino Fundamental – 21.476 em instituições públicas urbanas e 5.072 em instituições públicas rurais.

Tendo em vista esse cenário regional, cuja configuração se processou a partir da concentração fundiária e do não acesso a políticas públicas, já em seu primeiro semestre de funcionamento, a UFFS realizou a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (I COEPE), com o tema “*Construindo agendas e definindo rumos*”, justamente com o propósito de aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, a fim de definir, frente às demandas locais, as políticas e as agendas prioritárias da UFFS no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse evento, as discussões realizadas em todos os *Campi* da universidade foram organizadas em torno de onze fóruns temáticos – quais sejam: (1) Conhecimento, cultura e formação Humana; (2) História e memória regional; (3) Movimentos Sociais, cidadania e emancipação; (4) Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional; (5) Energias renováveis, meio ambiente e sustentabilidade; (6)



Desenvolvimento regional, tecnologia e inovação; (7) Gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida; (8) Políticas e práticas de promoção da saúde coletiva; (9) Educação básica e formação de professores; (10) Juventude, cultura e trabalho; (11) Linguagem e comunicação: interfaces –, dos quais emergiram os rumos da UFFS em cada *Campus*.

Posteriormente, em Audiência Pública realizada em 18 de maio de 2013, com foco agora na discussão acerca da expansão da UFFS, o debate se produziu a partir do tema “Universidade e Desenvolvimento, que Desenvolvimento? Que Universidade?”. O Relatório produzido por esse debate, especificamente no que tange à expansão do *campus* de Laranjeiras do Sul, aprovado na reunião do Conselho de *Campus* de 08 de agosto de 2013, elencou, por exemplo, como critérios para proposta dos novos cursos:

- Isonomia entre as áreas de conhecimento;
- Cursos sugeridos pelo movimento Pró Universidade;
- Cursos sugeridos pela comunidade externa na audiência pública;
- Cursos apontados na COEPE;
- Perfil do *Campus* – vocação;
- Universalização do conhecimento na UFFS;
- Cursos sugeridos pela comunidade interna;
- Não sobreposição de outro(s) curso(s);
- Afinidade do curso com o Plano de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu;
- Cursos não ofertados por outras instituições [locais/regionais];
- Mercado de trabalho para os egressos na região;
- Demanda de candidatos para o curso na região;
- Campo de estágio para os acadêmicos na região; (UFFS, 2013, p. 07).

Nesse sentido, tendo em mira (i) o disposto no PNE 2014-2024, (ii) as demandas da Cantuquiriguaçu, frente à caracterização territorial, e (iii) os debates no âmbito da própria UFFS no *Campus* de Laranjeiras do Sul, se resgatam as discussões e/ou as deliberações do Movimento Pró-Universidade, da I COEPE e da Audiência Pública de maio de 2013, *a formação de professores para a Educação Básica se apresenta como reivindicação premente.*



Nesse contexto, note-se que já no primeiro ano de funcionamento do *Campus* de Laranjeiras do Sul, em 2010, instituiu-se, em nível de formação inicial de professores, o curso *Interdisciplinar em Educação no Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura*, com foco na formação de licenciados para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos componentes curriculares de Biologia, Matemática e Física.

Em 2012, ainda no nível de formação inicial de professores, por meio do Programa Nacional de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO), o *Campus* de Laranjeiras do Sul assumiu o desafio de ofertar o curso *Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura*, estruturado sob o regime de alternância e também voltado para a formação de licenciados para atuarem também nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, agora nos componentes curriculares de história, geografia, sociologia e filosofia.

Em outra direção, no âmbito da formação continuada de professores, o *Campus* de Laranjeiras do Sul tem desenvolvido inúmeros projetos de extensão, dentre os quais estão, por exemplo:

- (i) *Educação Integral e em Tempo Integral: formação e acompanhamento da implementação nos municípios de Laranjeiras do Sul/PR e Rio Bonito do Iguaçu/ PR*, voltado para a formação de professores dos anos iniciais das redes de ensino dos municípios envolvidos.
- (ii) *Formação Continuada de Educadores da Educação Básica no Centro-Sul do Paraná, com ênfase em ações para o fortalecimento da política pública em Educação do Campo*, voltado para a formação continuada de professores de escolas de Educação Básica localizadas em Cândói, Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Nova Laranjeiras, abrangendo a Terra Indígena de Rios das Cobras.
- (iii) *Programa Escola da Terra*, voltado para a formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental que atuam nas Escolas Multisseriadas e escolas estruturadas nos Ciclos de Formação Humana.

Ainda como desdobramento do Projeto de Extensão *Educação Integral e em Tempo Integral*, entre 2013 e 2014 ofertou-se um curso de especialização *Lato Sensu* em Educação em Tempo Integral, no *Campus* em tela, enquanto no ano de 2016 iniciou-se a primeira turma do curso de especialização *Lato Sensu* em Educação do Campo.

Mesmo frente a esse profícuo cenário de contribuição, por parte da UFFS, para a consolidação de uma Educação Básica de qualidade na região da Cantuquiriguaçu, o que ainda se apresenta como lacuna no *Campus* de Laranjeira do Sul é o fito na formação inicial de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental.



Por esse motivo, a oferta de um curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura no *Campus* da UFFS em Laranjeiras do Sul é urgente e explicitamente justificada e reivindicada, enfim, (i) pelos documentos nacionais que regulam a educação no Brasil (como o PNE), (ii) pelas condições histórico-culturais da Cantuquiriguaçu e (iii) pelos próprios debates estabelecidos entre a UFFS e a comunidade regional a que ela atende.

Concebendo que tais aspectos fundamentam a presença do curso de Pedagogia – Licenciatura no *Campus* de Laranjeiras do Sul e que esse mesmo *Campus* vem se firmando como um centro de referência na formação inicial e continuada de professores, por conta de ações já em desenvolvimento, acredita-se haver condições objetivas para instituir permanentemente no referido *Campus* este curso de Graduação, assumindo-se, assim, no Território da Cantuquiriguaçu, a formação de professores para a Educação Básica em todos os seus níveis e modalidades.

Ressalve-se que, pelo próprio cenário histórico-cultural do Território da Cantuquiriguaçu, a que o *Campus* Laranjeiras do Sul atende, conforme anteriormente descrito, as condições de escolarização do público-alvo do curso em tela, tal como as do público-alvo dos cursos da UFFS em geral, em Laranjeiras do Sul (quais sejam: sujeitos trabalhadores, com carências de formação na Educação Básica e que dispõem de pouco tempo para o estudo, tendo, portanto, baixa inserção na cultura escrita) impinge uma série de desafios pedagógicos a serem enfrentados, durante a operacionalização do Curso de Pedagogia – Licenciatura.

Mesmo assim, admite-se que o dimensionamento desses desafios e as ações necessárias para enfrentá-los, contudo, devem ser tratados à luz das necessidades efetivas dos estudantes que no curso ingressarão, e não listados a priori, embora, inegavelmente, o Laranjeiras do Sul, por meio do Setor de Assuntos Estudantis e da Coordenação Acadêmica, já venha produzindo diagnósticos sobre as fragilidades dos estudantes do *Campus*, em geral, identificando, com isso, necessidades, para além de individuais, sociais e regulares.

O curso Pedagogia – Licenciatura, em Laranjeiras do Sul, justifica-se, pois, pelos aspectos aqui mencionados, e tem, em seu horizonte, um público-alvo que, por conta das próprias características histórico-culturais que o constituem, demanda, de saída, a consciência de se ter de lidar com muitos desafios pedagógicos.



4.2 Justificativa da reformulação do curso

Em decorrência da alteração da carga horária do Domínio Conexo, a reformulação deste PPC vem ao encontro, principalmente, ao cumprimento legal em relação à norma que definiu as mudanças na composição dos CCR's do referido domínio para os cursos de licenciatura, passando de 540 para 405 horas.

4.2.1 Da criação do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, *campus* de Laranjeiras do Sul

O GT- Grupo de Trabalho que elaborou a proposta original de criação do Curso de Pedagogia - Licenciatura, em Laranjeiras do Sul, o fez com a definição pela oferta em quatro anos. A sua matriz foi apresentada à PROGRAD, originalmente, em junho de 2016, propondo uma carga horária de 3.480 horas e a duração mínima de oito semestres (quatro anos). Esse processo se daria em cumprimento à RESOLUÇÃO Nº 2, de 1º de julho de 2015, do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO, que define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*, onde no seu Artigo 13º estabelece que:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: (Grifo nosso)

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica,



da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

A UFFS buscou regulamentar a mesma Resolução do MEC/CNE pela RESOLUÇÃO Nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE, aprovando a *Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica*, tendo por concepção do Projeto Pedagógico Institucional da UFFS os seguintes eixos formativos: Comum, Conexo e Específico, conforme prescrito na referida Resolução pelo seu Artigo 12º.

4.2.2 Da mudança da carga horária do Domínio Conexo e as consequentes alterações no PPC do Curso de Pedagogia - Licenciatura

A composição da formação do Domínio Conexo nas licenciaturas originalmente correspondia a 540 horas. Na Resolução Nº 09/2017-CONSUNI/CGAE a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, do *Campus* de Laranjeiras do Sul, tinha a duração de 540 horas, o que implicava num engessamento do curso com a sua situação de tempo de duração, além do aspecto pedagógico de sobrevalorização da conectividade e consequente esvaziamento da formação das ciências específicas de cada curso (Domínio Específico).

Em resposta a essa norma, a instância legisladora (CONSUNI) aprovou outra Norma materializada pela nova redação dada ao Anexo IV pela Resolução Nº 3/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019, de 19/03/2019, reduzindo a carga horária do Domínio Conexo do *Campus* de Laranjeiras do Sul de 540 para 405 horas. A cada quantidade correspondem qualidades, alterando-se mutuamente a relação entre quantidade e qualidade. Não se tratando, portanto, de um aspecto meramente quantitativo da redução da carga horária, visto que a referida alteração implicou mudanças na qualidade do currículo em vários aspectos, bastando examinar a grade dos CCR que existiam com as 540 horas e a grade dos CCR que passou a compor o Domínio Conexo com as 405 horas:

ANEXO IV

Domínio Conexo entre os Cursos de Licenciatura do *Campus* Laranjeiras do Sul

Eixos	Componentes curriculares	Carga Horária
--------------	---------------------------------	----------------------



I – FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	45h
	Psicologia da educação	30h
	Fundamentos da educação I	45h
	Fundamentos da educação II	30h
II – POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	45h
III – DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60h
	Educação inclusiva	30h
	A temática da diversidade e inclusão é tratada transversalmente nos CCR do Domínio Conexo entre os cursos de licenciatura, conforme expresso em suas ementas.	-----
IV – DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO	Didática Geral	60h
	Organização do Trabalho Pedagógico	60h
V – ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO	Agroecologia e Cooperação na Escola	30h
	Desenvolvido nos componentes curriculares do Domínio Conexo entre os cursos de licenciaturas, conforme descrito nas ementas dos mesmos.	-----
VI – PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIOS	Estágio Curricular Supervisionado I	60h
	Estágio Curricular Supervisionado II	45h
TOTAL:		540 horas

Quadro 2: 540 horas do Domínio Conexo. Resolução nº 9/2017 – CONSUNI/CGAE

ANEXO IV

Domínio Conexo entre os Cursos de Licenciatura do *Campus* Laranjeiras do Sul

Eixos	Componentes Curriculares	Carga
--------------	---------------------------------	--------------



		Horária
I – FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	Psicologia da educação e Teorias da aprendizagem	60h
	Fundamentos da Educação	60h
II – POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Política Educacional e legislação do ensino no Brasil	60h
III – DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Língua Brasileira de Sinais	60h
	Educação Inclusiva	30h
IV – DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO	Didática Geral	60h
V – ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO	Desenvolvido nos CCRs do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura, conforme descrito na ementa dos mesmos.	-----
VI – PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIOS	Estágio Curricular I	75h
TOTAL:		405 horas

Quadro 3: 405 horas do Domínio Conexo. Conforme Anexo IV pela Resolução nº 3/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019, de 19/3/2019)

Os estudos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) foram examinados, debatidos, convertidos e aprovados pelo Colegiado do Curso, resultando no Ato Deliberativo Nº 02/2019 que expressa a natureza e a constituição da matriz curricular do Curso de Pedagogia, com duração de oito semestres (quatro anos).

As alterações envolvendo extinção e criação de novos CCRs, bem como alteração nas cargas horárias envolvendo inclusive conteúdos de ordem prática e de ordem teórica dos mesmos, conforme matriz apresentada no Ato Deliberativo Nº 02/2019, correspondem às necessidades de ajustes às normas do MEC/CNE e da UFFS/CONSUNI conjugadas com os princípios e definições da formação acadêmica de excelência no Curso de Pedagogia – Licenciatura.

4.2.3 Dos recursos e da Matriz Andifes de recursos para as IFES

De acordo com a *Matriz ANDIFES*, para fins de distribuição de recursos para as instituições de ensino superior da rede pública, amplamente debatida em todos os fóruns



na UFFS no ano de 2017, a alocação orçamentária das instituições está vinculada diretamente com os índices da efetividade acadêmica, segundo os parâmetros nacionais a serem atingidos em cada curso.

Para os cursos de licenciatura, esses parâmetros no aspecto temporal, são objetivamente definidos para o mínimo de 3200 horas e duração de quatro anos, conforme o Artigo 12º da Resolução Nº 02/2015 do MEC/CNE, referida no item anterior.

Esse parâmetro estabelece critérios objetivos a serem cumpridos pela IFES com relação ao tempo de duração dos cursos de licenciaturas, não devendo ultrapassar o tempo estabelecido, sob risco de ficar sem recursos para o seu funcionamento, ou, tendo que deslocar recursos de outras fontes, precarizando a universidade no cumprimento das suas funções.

Seguindo os princípios que “precisamos conhecer, aplicar e difundir a Matriz ANDIFES em nossas IFES”, segundo a qual ocorre a Alocação de Recursos de Outros Custeio e Capital (OCC), tendo por base, principalmente, o total de alunos equivalentes (TAE), a gestão, a concepção e o desenvolvimento dos PPCs não podem desconsiderar o fator financeiro e os recursos disponíveis da agência financiadora para a instituição. Isso posto, o NDE e o Colegiado de Curso levaram em consideração essa materialidade para a definição da carga horária envolvendo a duração do curso, garantindo no mesmo a formação acadêmica de excelência do pedagogo cientista.

Concebe-se, portanto, a Pedagogia como a ciência que estuda a educação na sua multidimensionalidade, escolar e não escolar, com o intuito da formação humana. Uma ciência que tem na docência o primado da sua concretude.

4.2.4 Da garantia da formação acadêmica de excelência e da qualidade da formação científica da Pedagogia

Considera-se que a formação inicial (graduação) do Curso de Pedagogia - Licenciatura deve ser guiada por princípios rigorosos de cientificidade em sua relação direta com a realidade social, histórica, econômica, política e cultural do nosso país e, em especial, dos seus sistemas de educação nacional, estaduais e municipais. Tem na escola o *locus* principal para o exercício essencial da formação para o exercício profissional do pedagogo licenciado.



Com base nessa compreensão, o PPC do Curso de Pedagogia - Licenciatura reafirma a necessidade da sustentação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; entre produção, socialização e aplicabilidade dos conhecimentos científicos e culturais e dos conhecimentos pedagógicos; da relação e do intercâmbio necessário entre a universidade e a sociedade; entre a ciência e a técnica; entre a teoria e a prática. Com isso torna-se imperativo que a universidade busque conceber e desenvolver estratégias, ações, programas, cursos e atividades de formação continuada de professores da Educação Básica tendo, no caso específico do Curso de Pedagogia e das Licenciaturas em geral, os sistemas estaduais e municipais de ensino como campo de interlocução permanente.

Não se trata de estabelecer parâmetros ou concorrências com o ensino superior privado que oferecem Cursos de Graduação em Pedagogia em várias modalidades, inclusive à distância, com menor duração, do tipo graduação em três anos. Ao propor a realização do Curso de Pedagogia em quatro anos levam-se em consideração, principalmente, a realidade e os interesses dos estudantes, tendo por princípio que a graduação não visa esgotar todos os conhecimentos, o que implica a necessidade da formação continuada de professores. O que não se pode é engessar o curso em quatro anos e meio ou cinco anos na universidade pública, quando o mesmo curso pode ser ofertado em quatro anos sem perda na sua qualidade, e o aluno abandonar o curso da universidade pública, trocando-o por uma universidade particular, em muitos casos com recursos do PROUNI ou do FIES.

4.2.5 Da estrutura curricular em aprovação à prospecção das mudanças decorrentes da Resolução Nº 07/2018 MEC/CNE que define a curricularização da extensão

A proposta de Reformulação curricular foi concebida no contexto em que a UFFS está discutindo a necessidade de atender a Resolução Nº 07/2018 MEC/CNE, a qual compõe “as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.”

De acordo com essa Norma, os cursos de graduação de nível superior devem ser constituídos garantindo: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10%



(dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;” (Art. 4º).

Esse deve ser o próximo passo que por determinação do CONSUNI todos os cursos de graduação estão incumbidos da elaboração e adequação dos respectivos PPCs.

No objeto em tela, reestruturação do Curso de Pedagogia - Licenciatura, os preceitos da curricularização dessa Resolução foram discutidos e levados em consideração, inclusive tendo a perspectiva de que parte da carga horária prática já definidas neste PPC, possam vir a ser trabalhadas de forma a contemplar a Resolução 07/2018 MEC/CNE. Contudo, como ainda não há uma política institucional regendo a curricularização da extensão, não é possível ainda definirmos com precisão esta questão, ficando a mesma em aberto, para ajustarmos, tão logo a instituição defina sua política para atender a referida resolução.

4.2.6 Considerações finais

A matriz curricular do Curso de Pedagogia - Licenciatura compreende, portanto, uma carga-horária total de 3.255 horas, com duração de oito semestres, em correspondência com as diretrizes do MEC/CNE que estabelece uma carga horária de 3.200 horas e duração de quatro anos.

Por fim, reafirmamos que não se trata apenas de uma opção teórico-metodológica de ajustamento da matriz curricular do Curso de Pedagogia - Licenciatura para quatro anos, mas de uma opção teórico-metodológica fortemente sustentada pelo comprometimento com a garantia de uma formação acadêmica de excelência, em conjugação com a necessária adequação aos fundamentos legais, combinados com a realidade da oferta e da demanda do curso envolvendo os recursos e tempos, definidos pelo Conselho Nacional da Educação e pelo Ministério da Educação.

Destaca-se, ademais, que a reformulação curricular do Curso vem de encontro com as demandas interpostas por Resolução superior, cuja materialidade foi conjugada com a concepção e a experiência acumuladas pelo corpo docente juntamente e os discentes, mediante apreciação do NDE e do Colegiado do Curso desde a sua implantação. Referem-se, portanto, as motivações de caráter teórico-metodológico ajustadas à Política Institucional, articuladas com as motivações e conteúdos relacionados ao desenvolvimento, avaliação e qualificação da proposta do curso, considerando a experiência e inserção do curso no contexto regional e os desafios



emergentes; tendo por base o diagnóstico da I Conferência das Licenciaturas (Anexo da Resolução 02/2017 da CGAE); diretrizes curriculares nacionais para formação de professores (Resolução 02/2015 do CNE).

Essa reformulação se ajusta, portanto, aos cumprimentos do que estabelece a **Resolução 02/2017 – CONSUNI/CGAE**, visando:

- I - implantação do projeto institucional de formação de professores que integre os cursos de licenciatura;
- II - atualização do perfil de formação, focado na docência da Educação Básica pública e no atendimento às dimensões de sua atuação profissional;
- III - fortalecimento da articulação dos processos formativos do curso com as instituições da Educação Básica;
- IV - fortalecimento da relação dos domínios formativos com o perfil de formação e da integração entre estes no âmbito da prática pedagógica;
- V - ampliação da oferta de atividades de pesquisa e extensão mediante organização de linhas/programas integrados à proposta pedagógica;
- VI - fortalecimento da integração entre formação inicial e continuada e entre graduação e pós-graduação;
- VII - realização de adequações curriculares requeridas pela política institucional.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Didático-pedagógicos)

5.1 Referenciais ético-políticos

O curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Laranjeiras do Sul, assume o compromisso social e acadêmico de defender a formação humana em articulação com a promoção e o desenvolvimento educacional da região, por meio do oferecimento de Ensino Superior gratuito e de qualidade, além de socialmente comprometido com as questões educacionais nacionais.

A partir desse compromisso, o curso gesta uma proposta político-pedagógica em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade regional, interessada em amenizar as mazelas da totalidade histórica do modo de produção capitalista e do tipo de capitalismo burocrático, atrasado, subordinado à dominação imperialista que temos em nosso país. Conjuga-se, portanto, neste projeto, a realidade social local com a situação de classes e as contradições de classe que marcam a sociedade regida pela lógica e pelo *fetichismo* da mercadoria no geral.

O projeto inscreve-se, nesse sentido, na esfera do desenvolvimento das políticas educacionais e da integração dos sistemas educacionais em nosso país, entendendo, a partir daí, que à educação, de modo amplo, cabe preparar o indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, a natureza, o meio ambiente, as classes sociais e a sociedade de classes por meio de métodos e instrumentos científicos de análises e estudos que produzam o conhecimento do mundo objetivo e das relações que se estabelecem entre os homens e entre estes e o meio ambiente natural, físico, social e histórico.

Nesse contexto, compreende-se a educação a partir de sólidos princípios éticos, articulados pela busca da realização do bem comum, e políticos, compreendidos como relação de poder constituída para assegurar e garantir as liberdades individuais e coletivas e a dignidade do ser humano. Sob esses princípios, admite-se que cabe aos sistemas educacionais garantir as condições da formação humana dos indivíduos para compreenderem e interpretarem as contradições que regem a sociedade e para atuarem nelas como sujeitos históricos, capazes de definirem os rumos das transformações sociais como processos históricos e sociais.



Nesse sentido, o Curso de Pedagogia (aqui apresentado) fundamenta-se no princípio de integração entre teoria e prática, a fim de garantir a efetivação de um currículo e de processos formativos flexíveis, reduzindo o isolamento entre seus diferentes componentes curriculares e possibilitando a construção de conhecimentos que possam enriquecer a formação básica da/o pedagoga/o. Orienta-se, pois, por uma proposta curricular que objetiva propiciar ao graduando a capacidade de estabelecer redes de significações e relações entre os temas curriculares e as áreas de atuação do pedagogo. Essa construção tem, então, na prática educativa, conforme já mencionado, seu ponto de partida e de chegada, articulada a uma sólida formação teórica, na perspectiva de compreensão da totalidade social – observando, dessa totalidade, especificamente instituições educacionais, o ensino na sala de aula e os diversos aspectos relacionados à gestão das instituições.

Com os aportes mencionados, a oferta do Curso vincula-se aos princípios orientadores da UFFS como universidade pública, popular e democrática, comprometida com a universalização dos conhecimentos científicos e culturais, com o desenvolvimento regional, com a produção de alimentos saudáveis, dada a ênfase na agroecologia, e com a educação de qualidade na formação de professores, considerando o contexto social, econômico e cultural da região Cantuquiriguaçu, onde está localizado o *Campus* Laranjeiras do Sul.

Ademais, a oferta do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, nesse *Campus*, posiciona-se pelo enfrentamento do sistema dual e contraditório da educação brasileira, decorrente das contradições e da divisão de classes em nossa sociedade e em que, à classe dirigente, coube o poder de decidir historicamente o modelo de ensino correspondente aos seus interesses de classe para formar e reproduzir seus valores, propor e operar a educação para a classe trabalhadora dirigida, a reproduzir a força de trabalho para manter o sistema. Na contracorrente do modelo dual de organização de ensino, para formar dirigentes e para formar trabalhadores, modelo concebido pelas classes dominantes para cristalizar e manter as desigualdades sociais, a concepção ético-política do curso em tela posiciona-se em defesa de um sistema unitário de organização do ensino centrado na *politecnia* e na formação *omnilateral*. A escola unitária é base da formação politécnica concebida para que os filhos dos trabalhadores possam construir, acessar e apreender os conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que foram produzidos por toda a humanidade e a ela devem servir.



Frente a esses aspectos, admite-se que o Curso realizar-se-á organicamente com os objetivos da UFFS de construção coletiva – expressa na intenção e prática de cada segmento da instituição, levando em conta a articulação dialética entre diferenciação e integração, globalidade e especificidade; interação recíproca com a sociedade –, caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentável, reafirmando o seu compromisso na formação humana e profissional. Assim, o Curso está concebido e dirigido pedagogicamente para fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, como se apresenta ao longo deste texto, buscando, com isso, a construção de um processo educacional fundado na produção de conhecimentos, para apreender a realidade, totalidade dinâmica e contraditória, e nela intervir.

O Curso está concebido e dirigido pedagogicamente, portanto, para fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a construção de um processo educacional fundado na produção de conhecimentos e na relação permanente entre teoria e prática, objetivando, com isso, a apreensão da realidade, para nela intervir, à luz da visão de que ela é uma totalidade dinâmica e contraditória.

5.2 Referenciais epistemológicos

A perspectiva epistemológica do curso em tela orienta-se para a formação de Pedagogos licenciados, cientistas, para atuarem profissionalmente tanto no exercício da docência quanto na organização do trabalho pedagógico escolar e em espaços educativos não formais, no ensino profissional e na educação popular, como profissionais competentes tecnicamente e comprometidos socialmente, interferindo no desenvolvimento da comunidade regional e global.

Adota-se, para tanto, os fundamentos teóricos do materialismo histórico e dialético, que concebem a educação como uma relação social historicamente determinada. Nesse sentido, compreende-se a Educação, portanto, como estando determinada pelas leis que regem o modo de produção capitalista. Assume-se, então, a partir disso, a proposta de um curso de formação de professores – Pedagogia – Licenciatura – sob a perspectiva não neutra, mas comprometida com a defesa da emancipação humana, na contracorrente do fetichismo da mercadoria e das demais leis que regem a alienação da vida sob o modo de produção capitalista.



O trabalho em geral, compreendido como aquele que perpassou “todas as formas de sociedade”, se constitui, portanto, no fundamento do desenvolvimento e da formação humana. Essa é a base epistêmica da construção da proposta pedagógico deste Curso. Em outras palavras, adota-se, desse modo, o trabalho como princípio educativo tal como se encontra formulada a concepção da “pedagogia histórico-crítica”, cuja base sustenta-se no método científico da “crítica da economia política” (SAVIANI, 2003), e no “princípio educativo em Gramsci” (MANACORDA, 1990).

Isso porque concebe-se que o trabalho foi, é e será a categoria explicativa da existência humana; mas não só da existência, como também do próprio processo histórico, dialético, de hominização e humanização, sendo o primeiro, relativo à adaptação de espécie *Homo sapiens* à natureza e o segundo da transformação da natureza pelo homem. Esse processo histórico, então, nada mais é do que a ação intencional e consciente do homem modificando a natureza para atender às suas necessidades, ou seja, o trabalho humano como práxis criadora. Essa forma de trabalho, compreendida como trabalho em geral é o que Marx definiu “como criador de valores de uso, como trabalho útil”, isto é, como trabalho “indispensável à existência humana – quaisquer que sejam as formas de sociedade, – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida.” (MARX, 1994, p. 50).

A concepção teórica do curso, portanto, parte da realidade concreta das bases materiais da produção da vida material na sociedade moderna na sua totalidade social e das demandas de qualificação social, política e profissional que a educação deve responder, garantindo a apropriação dos conhecimentos científicos-tecnológicos, e humanísticos-históricos, sem os quais o trabalhador se resumiria a objeto da técnica para servir aos monopólios na acumulação de capital.

Essa é uma situação real que marca os tempos atuais, como fase mais avançada do capitalismo, do desenvolvimento dos monopólios imperialistas que operam transnacionalmente, cujas contradições no terreno da economia e da política transcorrem para a educação.

Uma concepção ingênua, de base conservadora, positivista, diria que esse aspecto não tem importância epistemológica, que à pedagogia cabe preparar o sujeito para a sociedade. A pedagogia crítica, pelo contrário, concebe que a educação é marcada pelas contradições da sociedade e que a ela, à pedagogia, por ser a teoria



científica da educação, cabe analisar e compreender as contradições da sociedade e como elas atravessam a educação e uma vez compreendida essas contradições desenredar a educação das visões ingênuas. A práxis como compreensão e transformação da realidade, como unidade entre teoria e prática se constitui, portanto, em categoria teórica central na concepção do curso Pedagogia – Licenciatura em questão.

Com base nos fundamentos da dialética materialista, o Curso compromete-se com o ensino-aprendizagem mediado pela socialização dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade, com a pesquisa, com a extensão, com a formação humana, com a democracia e com a defesa do desenvolvimento socioambiental da Região e do país. Tem o compromisso de defender a produção do conhecimento científico com o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, com competência e seriedade. Do mesmo modo, compromete-se com a defesa da extensão universitária, articulada de modo orgânico com o currículo do Curso, permeada por programas, projetos e atividades de apoio, organização, formação, de assessoramento das comunidades regionais, voltados para os seus interesse e desenvolvimento.

Sob esse escopo, as ações propostas no Curso de Pedagogia são amparadas nos compromissos com: 1) a produção, socialização e disseminação de conhecimentos científicos, filosóficos, tecnológicos e sociais, com reconhecido padrão de qualidade e socialmente referenciados com a transformação social e a emancipação humana; 2) a interação contínua e permanente da universidade com a sociedade na sua pluralidade social, buscando oferecer-lhe respostas às necessidades teórico-práticas na esfera da formação de professores; 3) a construção de referenciais teóricos para o desenvolvimento científico, filosófico, tecnológico, social e cultural, referenciados com a defesa da dignidade da pessoa, dos valores sociais do trabalho, do pluralismo político e da solidariedade humana; 4) a promoção da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar os conhecimentos, a arte e a cultura; 5) a busca permanente da integração orgânica entre os sistemas de ensino em nosso país e da defesa da educação pública democrática e de qualidade para todos e da escola pública socialmente referenciada com a defesa dos interesses do povo brasileiro e da formação humana.

Refere-se, portanto, a um recorte teórico que incorpora e toma por base os fundamentos definidos em Resolução do CONSUNI/CGAE, levando em conta: I - a concepção de conhecimento e suas relações com a prática social mais ampla; II - a



historicidade e a criticidade do conhecimento; III - a concepção de docência, seus saberes e sua integração; IV - a concepção de pesquisa e extensão e suas relações com o ensino; V - o diálogo entre o conhecimento sistematizado nas áreas do conhecimento e o conhecimento escolar; VI - integração entre ciência, ética e estética na produção do conhecimento.

5.3 Referenciais didático-pedagógicos

Concebidos pelos aportes contemporâneos das ciências pedagógicas, os referenciais didático-pedagógicos tomam por base a constituição da política institucional, que define:

I - a atividade docente como atividade intencional e metódica; II - as relações entre teoria e prática no âmbito da proposta pedagógica; III - a concepção de prática como componente curricular e sua organização; IV - as articulações entre os domínios formativos e sua vinculação com o perfil de formação; V - o caráter coletivo e dialógico dos processos de produção do conhecimento; VI - o planejamento e a avaliação como estratégias de qualificação dos processos de ensino e aprendizagem; VII - as articulações pedagógicas no âmbito do *campus*, envolvendo setores e organismos vinculadas à Coordenação Acadêmica (fóruns, NAP, Acessibilidade, PIN, Pró-Haiti, SAE, Fóruns); VIII - as articulações pedagógicas com a instituição escolar e com os sistemas de ensino; IX - a inclusão como desafio didático-pedagógico.

Em consonância com os referenciais ético-políticos e epistemológicos, a concepção didático-pedagógica deste Projeto não separa a teoria da prática, conforme já mencionado (cf. item 5.1). Com isso, os fundamentos teóricos estão contidos nas metodologias e nas práticas, e essas, por sua vez, dão vida às teorias. Esta construção está presente em todos os componentes curriculares (CCRs), mas ganha expressividade maior a partir dos CCRs da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), dos Estágios Supervisionados (ESs) e daqueles componentes curriculares que abordam fundamentos teórico-metodológico para o ensino.

Os referenciais didático-pedagógicos assumidos neste Projeto têm, então, como embasamento a “formação integral e a processualidade dialógica” tal como definido pelo Art. 7 da Resolução 2/2017 – CONSUNI/CGAE, nos itens I e II: “a orientação das atividades visando promover a formação do ser humano integral e a concepção do espaço-tempo formativo como dinâmico e dialógico, em que são priorizadas estratégias



de ensino ou metodologias que tragam o objeto principal de determinada área para ser indagado, compreendido, problematizado, em face de sua relação com o objeto e com a prática social dos sujeitos”.

No âmbito didático-pedagógico, o curso objetiva praticar e gestar uma docência articulada com a realidade histórico-social e pautada pela dialogicidade entre professor e estudante sob a mediação dos conhecimentos científicos e culturais a serem socializados pela escola. Considerando que a docência tem como finalidade a aprendizagem, o que requer um ensino pedagogicamente organizado, o ato de ensinar requer, pois a capacidade científico-técnico-pedagógica conjugada com o compromisso ético-político-social.

Segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003), a infância é uma construção social, elaborada para e pelas crianças, em um conjunto ativamente negociado das relações sociais. Como construção social, é sempre contextualizada em relação ao tempo, ao local e à cultura, variando segundo a classe, o gênero e outras condições socioeconômicas. Nesse sentido, não podemos afirmar que existe uma infância universal, mas várias infâncias e crianças. Portanto, compreende-se que a criança é um ator social que participa da construção da sua vida e da vida dos que a cercam, é rica nas suas potencialidades, com inúmeras capacidades de aprender em suas múltiplas linguagens, as quais devem ser respeitadas e estimuladas.

Sendo assim, há que se admitir que todas as crianças possuem modos diferenciados de interpretação do mundo e de simbolização do real. São esses modos que constituem as “culturas da infância”, construídas e explicitadas num espaço que é socialmente construído e, portanto, as crianças precisam ser consideradas na sua diversidade. Nesse sentido, a infância é aqui entendida a partir da própria concepção de criança, compreendida como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas, constrói sua identidade pessoal e coletiva e constrói significados sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Com isso, é fundamental que os estudantes construam, no decorrer do curso, a compreensão acerca da indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança, considerando (i) a relação entre as crianças, (ii) a entre crianças e adultos e (iii) a entre elas e o próprio conhecimento, além da capacidade de construir formas de aprendizado a partir da ludicidade e da sociabilidade.



Além disso, ao tratarmos dos processos de escolarização da infância, é importante ressaltar o fato de o ser humano não se constituir de maneira isolada e a interdependência entre o desenvolvimento e o processo de ensino e aprendizagem das crianças (VIGOTSKY, 1983; 2000), uma vez que o desenvolvimento impulsiona a aprendizagem e a aprendizagem proporciona o desenvolvimento infantil. As crianças, como sujeitos culturais, históricos e de direitos, aprendem e se desenvolvem a partir das interações das quais participam. Suas identidades, portanto, são construídas nas diversas redes de relações estabelecidas nos contextos em que participam.

Nesse sentido, destaque-se que, especialmente os conhecimentos relacionados à infância, estão organizados no Projeto do curso a partir do segundo semestre, constituem a maior carga horária curricular e contam com componentes curriculares específicos, eletivos e optativos, abarcando conhecimentos da área da Psicologia, da Linguagem, da Alfabetização, da Didática, além de conhecimentos teórico-metodológicos voltados ao processo de ensino/aprendizagem com foco especialmente na educação infantil e no ensino fundamental.

5.4 Referenciais legais e institucionais

De acordo com a Lei 9394/96, em seu Art. 1º, “[a] educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” No mesmo artigo dessa Lei, o parágrafo segundo pontua que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

O mesmo instrumento legal, ao definir os princípios e fins da Educação Nacional, estabelece, em seu Art. 3º, que:

- o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII - valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;



- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

Em observância à Resolução CNE/CP 2, de 1 de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, à Resolução CNE/Cpn. 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura, à política institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica definida pela Resolução 2/2017 – CONSUNI/CGAE, de 21 de fevereiro de 2017, e com a RESOLUÇÃO Nº 9/CONSUNI CGAE/UFFS/2017, que estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul, fica constituído o curso de Pedagogia – Licenciatura, no *Campus* Laranjeiras do Sul, correspondendo à histórica demanda da formação de professores na Região.

A sua constituição orienta-se pelo princípio de valorização da educação básica, objetivando uma adequada formação de professores, preparando-os para diferentes atividades inerentes à profissão de Pedagogo, dentre as quais se destacam: “orientar e mediar o ensino para aprendizagem dos estudantes; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos estudantes; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os estudantes; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas investigativas; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.”(Parecer CNE/CP 009/2001, p. 4).

De acordo com a Resolução CNE/CP 2/2015, o Curso Pedagogia – Licenciatura orienta-se pelo princípio da formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica, como fica estabelecido pelo Art. 3, parágrafo 4: “os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar



quilombola e educação à distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”

Para a consecução desta sólida formação do futuro docente, a matriz curricular do Curso de Pedagogia – Licenciatura está organizada de modo a contemplar a formação científica articulada com as exigências ético-legais e as demandas de profissionais que atuem com a perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada com os interesses do povo brasileiro, de modo a formar profissionais, em outras palavras, que sejam capazes de lutar na defesa de sistemas de ensino e práticas educativas adequadas ao atendimento de estudantes que apresentem necessidades educacionais especiais, conforme orientações apresentadas nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, bem como de tratar adequadamente das questões que dizem respeito às relações étnico-raciais negra e indígena, conforme consta na norma legal consubstanciada pela Lei Nº 11.645.

No que se refere ao atendimento dos acadêmicos que apresentam necessidades educacionais especiais, além da legislação geral sobre Educação Especial e em cumprimento a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo que esta a lei estabelece as diretrizes para a política e assegura sobre os direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante, propomos, portanto, dois preceitos a serem considerados.

O primeiro se refere à adoção, por parte das instituições de ensino superior, de políticas públicas que garantam o ingresso, a permanência e a formação profissional dos seus graduandos, e o segundo diz respeito ao compromisso das instituições em formar docentes capacitados para atenderem à diversidade de alunos presentes na escola atual, respeitando e atendendo às mais variadas necessidades.

No que diz respeito ao primeiro preceito sobre a garantia do acesso, a permanência e a aprendizagem dos acadêmicos com TEA, a UFFS, por meio da Resolução nº 6/2015 – CONSUNI/CGAE, institui o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade. No Capítulo I, Art. 2º, vê-se como finalidade primária “atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (incluindo o TEA) e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal



da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional”.

E em relação ao segundo preceito quanto a formação de docentes capacitados para atuação na Educação Básica, nomeadamente quanto ao TEA, o curso de Pedagogia se propõe a abordar a temática nos Componentes Curriculares de Educação Inclusiva e Educação Especial, também nos Estágios Curriculares do Curso, espaço/tempo no qual o discente de Pedagogia poderá encontrar alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA), e, ainda, acusa a possibilidade de oferta de Componentes Curriculares Optativos que contemplem a temática.

A matriz curricular do curso de Pedagogia, ainda contempla importantes exigências ético-legais atuais, voltadas a formação de profissionais com conhecimentos teóricos e competência prática para tratar de questões socioambientais, para tratar adequadamente das questões que dizem respeito às relações étnico-raciais, com respeito aos direitos legais e a valorização de identidade cultural. Ainda, especifica no currículo, a temática relacionada aos direitos humanos.

Assim, em observância ao Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002¹, o curso traz como componente curricular o Seminário de Educação Ambiental, integrando o conjunto do domínio específico, com a finalidade de analisar a educação escolar na relação entre sociedade e natureza e a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos para a formação do acadêmico diante das questões atuais da problemática ambiental. A partir da Lei supracitada, os sistemas de ensino passam a ser instrumentos fundamentais no processo de construção e de disseminação desta Política.

Quanto à temática étnico-racial, o curso adequa-se a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de componentes curriculares e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-

1 Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)– que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino. A legislação estabelece que: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (Art. 2.º). Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: [...] às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; (Art. 3.º – item II)



Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Nesse sentido, a matriz curricular contempla o CCR intitulado História e cultura afro-brasileira e indígena e relações étnico-raciais na escola, com objetivo de fomentar o estudo das matrizes africanas e indígenas na cultura brasileira, a fim de desenvolver atividades voltadas ao princípio do respeito à diversidade como um pressuposto ético essencial para a atuação docente.

Ainda, no âmbito legal, a estrutura curricular do curso atende a Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, destacando-se os Artigos 7º e 9º:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional. Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais. (Art. 7º)

A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, o curso oferta o CCR intitulado Seminário de Direitos Humanos, com a finalidade de desenvolver fundamentos teórico-metodológicos para a formação do acadêmico diante das questões históricas e atuais dos direitos humanos e relacionados aos aspectos didáticos da organização do trabalho pedagógico da Educação



Básica. Destacamos que a temática também poderá ser desenvolvida de acordo com os Artigos 6º e 12º da respectiva Resolução².

No âmbito geral, em relação aos referenciais legais, o Curso de Pedagogia – Licenciatura responde ao estabelecido nas seguintes normatizações:

No âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de componentes curriculares e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

2 Art. 6º - A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Art. 12 - As Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.



Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 – que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – que altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 – que dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – que normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – que, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – que regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.



Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – que aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – que possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

No âmbito institucional:

Projeto Pedagógico Institucional (PPI) – que aponta os princípios norteadores da UFFS, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver, conforme o artigo 16, do Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – que institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.



Resolução nº 11/2012 – CONSUNI – que reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – que institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – que institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – que institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD (Regulamento da Graduação da UFFS) – que normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS.

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – que versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – que regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.



Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – que estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – que aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – que aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – que regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Específicas das licenciaturas:

Parecer CNE/CP nº 2/2015 – que subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica

Resolução CNE/CP nº 2/2015 – que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Resolução nº 2/2017 – UFFS – que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS. Sobre tudo no cumprimento aos seus fundamentos que reafirmam:



- I - o compromisso com a formação de professores da Educação Básica pública, em conformidade com os objetivos e princípios da política institucional (Art. 2º);
- II - a democratização do acesso e da produção do conhecimento e o compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica e com a construção de uma universidade popular (Art. 4º, inciso IV);
- III - a integralidade da formação (Art. 7º);
- IV - o reconhecimento da instituição escolar e seus sujeitos como co-formadores (Artigos 9º e 38);
- V - o compromisso com a inclusão (Art. 5º, inciso VII);
- VI - a gestão democrática, o planejamento participativo e o trabalho coletivo (Art. 8º e seus incisos);
- VII - a relevância histórica e social do conhecimento (Art. 9º);
- VIII - a atuação profissional pautada no marco ético-jurídico da educação e aos direitos humanos, na ética profissional e na sensibilidade estética (Art. 10, inciso IV);
- IX - a explicitação da opção pela atuação em outros espaços educativos (escolares e não escolares), quando for o caso (Art. 13, inciso IX).

Resolução nº 07/2018/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - Altera a Resolução 02/2017/CONSUNI/CGAE/2017 e aprova a Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Específicas do Curso de Pedagogia – Licenciatura:

Parecer CNE nº 05/2005 – que subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006 – que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

Formar professores para atuação na docência na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, cursos de Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, para a gestão, apoio e organização do trabalho pedagógico escolar, em cursos de Educação Profissional e nos espaços formativos da educação não formal e da educação popular, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

6.2 Objetivos específicos:

Instrumentalizar os acadêmicos com conhecimentos científicos, técnicos e políticos de modo a propiciar-lhe a formação voltada ao exercício da função de Pedagogo para:

- a) Defender e saber desenvolver o caráter pedagógico das ações educativas, articuladas com a formação humana, mediada pela prática social, pela prática política e pela prática produtiva, ao atuar na docência, na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.
- b) Possibilitar a compreensão dos fundamentos teóricos e metodológicos básicos das ciências que integram o currículo do curso.
- c) Explicitar teórica e metodologicamente como ocorrem os processos de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, para que os estudantes possam elaborar e implementar propostas de ensino, considerando a diversidade na sala de aula.
- d) Fomentar a construção de conhecimentos que viabilizem a compreensão, o planejamento, a implementação e a avaliação de processos de ensino que garantam a inclusão escolar.
- e) Proporcionar situações em que a identificação de problemas socioculturais e educacionais seja realizada mediante a prática investigativa, visando à construção de respostas criativas, à produção do conhecimento e à aprendizagem dos sujeitos envolvidos.



- f) Planejar, desenvolver e avaliar ações educativas de ensino, de gestão educacional e de coordenação pedagógica na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
- g) Problematicar a escola enquanto uma organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania.
- h) Instrumentalizar e possibilitar a pesquisa acerca da realidade educacional concreta e viabilizar condições de análise dos resultados.
- i) Integrar o caráter acadêmico do curso com a caracterização da realidade da comunidade regional, de modo a propiciar, durante a realização do Curso, mecanismos de interação com a comunidade regional.
- j) Problematicar constantemente na prática educativa o contexto social e econômico no qual se inserem os espaços educativos (formais e não formais), articulando a teoria, a pesquisa e a prática, com vistas à ação qualificada na defesa da educação pública e de qualidade.



7 PERFIL DO EGRESSO

Pretende-se que o egresso do curso associe os projetos educacionais com um projeto de sociedade, que construa sua formação na perspectiva de um educador capaz de dialogar com o conhecimento frente aos desafios da atualidade e produza conhecimentos que contribuam com os educandos nas suas formas de organização, lutas e interesses imediatos e históricos. Espera-se que os egressos do curso sejam capazes de implementar adaptações e ressignificações dos currículos e das práticas de ensino a cada uma das etapas de modalidade da educação na qual atuam a partir da compreensão do universo, das causas e dos contextos sociais e institucionais que configuram situações específicas de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o curso pretende a formação, a qualificação e a capacitação de profissionais da educação aptos a:

- a) considerar a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, a base de sua formação e identidade profissional;
- b) ter a pesquisa como elemento fundamental de sua formação e atuação profissional de modo que a formação teórico-prática seja articuladora dos processos cognitivos e socioculturais de aquisição, apropriação, produção e socialização de saberes;
- c) realizar a prática pedagógica fundamentada na investigação educativa, tornando a reflexão sobre a própria prática característica indispensável de sua formação continuada e de seu desenvolvimento profissional;
- d) desenvolver habilidades teórico-práticas para diagnosticar e atuar na diversidade das questões educacionais contemporâneas, demonstrando uma visão ampla e histórica sobre conceitos, princípios e teorias da educação, com uma postura política, crítica e criativa;
- e) participar da gestão democrática da escola e do sistema de ensino, contribuindo no planejamento e na coordenação dos processos educativos, com habilidades técnicas e humanas de executar tarefas pedagógicas e utilizar o conhecimento socialmente acumulado na produção de novos conhecimentos;
- f) considerar a escola como instituição que transcende seus muros e se abre à sociedade local, nacional e mesmo universal, e que projeta a intencionalidade de



sua ação educativa em outras áreas, para além dela mesma cumprindo a dimensão cultural, política, ética e estética de educar. As competências básicas de um profissional da educação não devem restringir-se à formação que apenas atende às exigências imediatas do mercado de trabalho, mas deve contribuir para a intervenção social na construção da cidadania.

Nesse sentido, este Projeto busca expressar esse princípio formativo nos seguintes aspectos:

- a) Teórico: ao viabilizar aos estudantes, por meio da estrutura curricular do Curso, o domínio de conhecimentos científicos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com base na articulação teórico-prática que possibilite a compreensão de como se dá a aquisição, a produção e a socialização do conhecimento, enquanto processo coletivo de construção e de seus fundamentos históricos, políticos e sociais.
- b) Prático-pedagógico: ao fomentar, nos estudantes, o desenvolvimento da capacidade de planejar, orientar, executar e avaliar o trabalho pedagógico no âmbito da escola, dos sistemas de ensino ou em outros contextos educacionais envolvendo diferentes sujeitos (individuais ou coletivos), compreendendo os problemas fundamentais dos processos de ensino-aprendizagem, utilizando, para isso, o conhecimento das áreas ou componentes curriculares a serem ensinados, das temáticas sociais que perpassam o currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas; ademais, ao viabilizar também o desenvolvimento da capacidade de manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo selecionar as mais adequadas, considerando a diversidade dos estudantes, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos; sabendo, pois, produzir, utilizar e analisar materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações; por fim, ao desenvolver a capacidade de gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os estudantes, a fim de intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade.
- c) Político-social: ao desenvolver a compreensão do trabalho coletivo e



interdisciplinar e de que a prática profissional está inserida num contexto social mais amplo, o que requer a vinculação do projeto educativo a um projeto político-social, comprometido com a construção de uma sociedade includente a partir do compromisso ético do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de sociedade.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Pedagogia – Licenciatura, no *Campus* Laranjeiras do Sul, objetiva construir a formação de profissionais com capacidades teórica, técnica e humana, numa abordagem de totalidade da realidade e dos sujeitos. Nessa direção, a organização do currículo do curso segue as determinações da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006; do Parecer CNE/CP nº 5, de 31 de dezembro de 2005; do Parecer CNE/CP nº 3, de 15 de maio de 2006; da Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015. Em especial, atende as orientações do Art. 13, da Resolução CNE/CP 2, para os cursos de licenciaturas, com o mínimo de 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração mínima de 08 semestres ou 04 anos, compreendendo: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao Estágio Supervisionado.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia atende as legislações citadas, tendo em vista que a matriz curricular contará com uma carga horária total de 3.255 horas (217 créditos), distribuídas (em 8 semestres), ao longo de quatro anos para formação do pedagogo/professor, com domínio no processo de ensino-aprendizagem para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para o pedagogo/gestor educacional em espaços escolares, com foco na Educação Básica, e em espaços não escolares em instituições que desenvolvam atividades educativas.

A Resolução nº 7/CONSUNI CGAE/UFFS/2016, a Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE de 21 de fevereiro de 2017 e a Resolução nº 09/2017 – CONSUNI/CGAE regem a implantação, a estrutura e o funcionamento dos cursos da Universidade Federal da Fronteira Sul. Assim, em consonância com tais resoluções, o Curso de Pedagogia-Licenciatura organiza-se a partir de três grandes grupos de conhecimentos denominados de: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, de acordo com o quadro abaixo:

DOMÍNIOS	Créditos	Horas
Comum	28	420
Conexo	27	405



DOMÍNIOS	Créditos	Horas
Específico	148	2.220 ³
Total	203	3.045 ⁴

Além do Domínio Comum, que proporciona a formação básica, e do Domínio Conexo, concebido para integrar a Pedagogia – Licenciatura com as demais licenciaturas do *Campus*, a organização curricular apresenta o Domínio Específico, próprio da formação do licenciado em Pedagogia (docente e gestor).

Para a UFFS, a organização curricular a partir dos três domínios tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da instituição recebam uma formação cidadã, científico-técnica, humanístico-histórica, interdisciplinar e profissional. Sob essa base organizacional, os Componentes Curriculares do Curso foram estabelecidos a partir dos princípios gerais que orientam a organização de um projeto coletivo de formação e da organização curricular da Universidade, de acordo com os objetivos do perfil do egresso definido neste Projeto Pedagógico.

Na relação dos procedimentos de ensino com a organização curricular conjuga-se a oferta de créditos teóricos com créditos práticos, sendo esses constituídos por ações práticas, de campo, realizadas preferencialmente em instituições dos sistemas de ensino municipal e estadual, em escolas e em espaços educativos não formais, sob acompanhamento, orientação e coordenação de docentes responsáveis por esses CCRs. Já os créditos teóricos são desenvolvidos em salas de aulas ou em laboratórios didáticos e de ensino no *campus* da UFFS de Laranjeiras do Sul.

Por componente prático compreendem-se os conhecimentos e as análises de situações pedagógicas, desenvolvidos pelos estudantes ao longo do curso. São sete os componentes curriculares atinentes à Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), de caráter prático, distribuídos desde a primeira até a sétima fase do curso, estabelecendo aproximações, vivências e práticas sociais e pedagógicas escolares e não-escolares, com ênfase na imersão em espaços pedagógicos das redes públicas de ensino estadual e

3 A título de especificação, antecipa-se, conforme tópico 8.7.3 deste texto, que as 2.220 horas do Domínio Específico contemplam: (i) 420 horas de prática como Componente Curricular; (ii) 330 horas de Estágio, uma vez que o componente Estágio Curricular I, com 5 créditos, e 75 horas, está contabilizado no Domínio Conexo, garantindo, assim, ao Curso, 405 horas de Estágio; (iii) 2.220 horas de componentes de conteúdos específicos, estando aqui incluídas 75 horas de Trabalho de Conclusão de Curso; e (iv) 180 horas de Componentes Curriculares Optativos.

4 Ressalve-se que, neste quadro, não estão contabilizadas as horas de Atividades Curriculares Complementares, que correspondem a 210h, conforme tópico 8.7.3 deste documento.



municipais, potencializando as condições para o intercâmbio entre os sistemas educacionais, a partir da mediação entre a formação inicial e a formação continuada de professores.

O Estágio Supervisionado é constituído por um eixo formado de um conjunto de seis componentes distribuídos entre o quinto e o oitavo semestre do curso.

Os CCRs que compõem os Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino são ofertados no quinto e no sexto semestres do curso visando a garantir a efetiva formação do graduando em todas as ciências disciplinares que compõem a organização curricular do ensino na Educação Básica, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, compreendendo o ensino de Matemática, de Língua Portuguesa, de Arte, de História, de Ciências, de Educação Física e de Geografia, num total de 420 horas. A organização concentrada desses CCRs, no PPC, tem o objetivo de potencializar o foco do graduando sobre a docência para a qual recebe a formação, além de favorecer atividades interdisciplinares dos estudos das ciências disciplinares.

Cada CCR que compõe o Estágio Supervisionado será desenvolvido a partir de uma sólida compreensão teórica desenvolvida com base nos fundamentos e nas metodologias estudados, conjugada ainda ao conhecimento da realidade educacional, estando tudo isso sob o escopo da unidade dialética entre teoria e prática. Cumpre, portanto, o papel de não só colocar o estudante frente à realidade concreta das práticas educativas do ensino na Educação Básica, mas também de fazê-lo compreender os problemas educacionais, de práticas não formais e formais, típicas dos sistemas de ensino nas esferas municipal e estadual.

Os CCRs do curso serão ministrados no período noturno, de segunda a sexta-feira. No entanto, parte da carga horária correspondente aos créditos práticos, inclusive os estágios em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, será ofertada no período diurno, o que decorre do fato de não haver creches ou pré-escolas, centros de educação infantil ou escolas do primeiro ao quinto anos funcionando no período noturno. Portanto, o estudante, para desenvolver a sua formação prática, terá que, obrigatoriamente, cursar alguns créditos no período diurno.

8.1 Concepção de currículo



De acordo com o Parecer CNE/CP Nº: 5/2005, na organização do Curso de Pedagogia dever-se-á observar, com especial atenção, os princípios constitucionais e legais; a diversidade sociocultural e regional do país; a organização federativa do Estado brasileiro; a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, a competência dos estabelecimentos de ensino e dos docentes para a gestão democrática. Na aplicação destas Diretrizes Curriculares, há de se adotar, como referência, o respeito a diferentes concepções teóricas e metodológicas próprias da Pedagogia e àquelas oriundas de áreas de conhecimento afins, subsidiárias da formação dos educadores.

Também a Resolução n. 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, define o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho. Ainda segundo essa resolução, os projetos de formação devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição.

Na mesma perspectiva, em consonância com a Resolução Número 2/2017 – CONSUNI/CGAE, que define a Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, em seu artigo 5º, o currículo é entendido como produto e processo histórico, compreendendo:

- I - O reconhecimento da historicidade e da complexidade da organização curricular, envolvendo seus conflitos e contradições;
- II - A constituição de um percurso de formação docente a partir da definição de conhecimentos, sua contextualização conceitual e pedagógica, tendo por base um repertório amplo de possibilidades que integram o universo da experiência humana, em que se consideram a cultura e as relações sociais como espaço de produção de significados, subjetividades e/ou identidades sociais;
- III - A organização de um percurso formativo voltado para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva;
- IV - Um movimento e diálogo permanente com os processos sociais, seus padrões éticos, estéticos, cognitivos, de trabalho e produção, efetivando-se



através da interação entre as áreas que integram a estrutura do currículo, do respeito à diversidade cultural linguística e cognitiva, das relações de ensino e aprendizagem, entre teoria e prática e com a comunidade regional, e entre ensino, pesquisa e extensão, que se desenvolvem no tempo-espaço de um currículo orientado criticamente;

V - A integração dos domínios formativos (Comum, Conexo e Específico) na organização dos projetos formativos, em consonância com as orientações institucionais e com as diretrizes curriculares nacionais;

VI - A oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo através da flexibilidade curricular, em consonância com suas trajetórias pessoais e os processos de inserção social, cultural e profissional, a ser incorporado na estrutura curricular dos projetos pedagógicos dos cursos;

VII - O compromisso com a inclusão na definição, organização e desenvolvimento do currículo, abarcando as dimensões ética, estética e epistemológica, em que se concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem.”

Ademais, no Art. 13 desse mesmo documento, preconiza-se que o currículo dos cursos de licenciatura da UFFS deve se orientar pelas seguintes diretrizes:

I - Articulação do conjunto das atividades curriculares com a formação de professores para atuar na Educação Básica pública no âmbito do ensino, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura;

II - Estabelecimento de uma relação com o contexto escolar ao longo de todo o percurso formativo, tendo a escola como instituição co-formadora de professores;

III - Articulação dos saberes teórico-conceituais das áreas com o currículo da instituição escolar;

IV - Fortalecimento da integração entre os cursos de licenciatura e articulação com o contexto escolar;

V - Promoção do desenvolvimento de habilidades práticas para o exercício da docência através da articulação de conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos;

VI - Oportunidade ao estudante para definir uma parcela de sua trajetória formativa através da flexibilidade curricular;

VII - Articulação da formação inicial com a formação continuada, incluindo as relações entre os cursos de graduação e de pós-graduação;

VIII - Articulação das atividades na modalidade a distância com os programas de pesquisa e extensão definidos no projeto pedagógico do curso;

IX - Atenção às especificidades locais e dos cursos (tais como regime de alternância, educação do campo, educação indígena, educação de jovens e adultos, educação quilombola, oferta de componentes fora do período letivo regular, atuação em outros espaços educativos escolares e não escolares), em consonância com o perfil de formação das licenciaturas e com o projeto institucional;

X - Articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

Levando-se em conta esse conjunto de diretrizes, dentre outros aspectos, compreende-se o currículo como práxis, como instrumento essencial da prática pedagógica e que se relaciona com a profissionalidade docente, ou seja, com uma multiplicidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, políticas, culturais e



administrativas que constroem a atividade escolar formativa. Assim se organiza, portanto, a matriz curricular do Curso Pedagogia – Licenciatura, no *Campus* Laranjeiras do Sul, conforme se verifica no tópico 8.9 deste documento.

Compreende-se, portanto, o currículo como práxis. É um instrumento essencial da prática pedagógica, relaciona-se com a profissionalidade docente, com uma multiplicidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, políticas, culturais e administrativas que constroem a atividade escolar/formativa.

8.2 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular

A docência na educação básica pública caracteriza-se como um dos principais objetivos do curso em tela, o que se justifica essencialmente pela Resolução Nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE, especialmente considerando o Art. 2º, e os incisos II e IV e V respectivamente, em que se ressalta a atuação dos licenciados na educação básica pública como uma das finalidades dos cursos de Licenciatura da UFFS, dado o interesse dessa instituição em contribuir para a consolidação da educação pública de qualidade na região em que atua e em superar o modelo de desenvolvimento excludente em vigor.

Já no Artigo 3º, nos incisos VI e VII, dessa mesma Resolução, temos como objetivos também *“a articulação com a educação básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares; o egresso como docente da educação básica pública”*.

Do mesmo modo, o Artigo 4º, que diz da docência como atividade profissional intencional e metódica, reafirma o compromisso com a educação básica, ao considerar:

II - A formação profissional voltada para atuar na Educação Básica pública nas diferentes etapas e modalidades de sua organização e oferta, nos âmbitos do ensino, da gestão dos processos educacionais e de ensino e aprendizagem, da coordenação pedagógica, da produção e difusão do conhecimento, bem como em outros espaços educativos escolares e não escolares;

III - A Educação Básica pública como objeto de referência para a construção de programas, projetos e processos de ensino, pesquisa e extensão, e a prática educativa como atividade interdisciplinar e articuladora do processo formativo, cuja composição integra uma amplitude de saberes conceituais (das áreas e do currículo escolar), contextuais, pedagógicos, da experiência docente e dos sujeitos da aprendizagem;

IV - O compromisso com a democratização do conhecimento e da sociedade através da melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica pública estabelecido nos princípios institucionais da UFFS.



Por fim, o Art. 9º ressalta que a articulação com a Educação Básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares compreende:

- I - O compromisso com a relevância histórica e social dos processos formativos, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, em sintonia com os princípios institucionais;
- II - O reconhecimento da especificidade das licenciaturas, voltadas para a formação de professores para atuar na Educação Básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares;
- III - O reconhecimento das instituições da Educação Básica pública como espaços necessários à formação inicial e continuada de professores e como componentes essenciais da profissionalização docente, que deverão ser integradas no cotidiano da instituição formadora;
- IV - O reconhecimento de que a instituição escolar, seu currículo, sua organização, seu funcionamento e os saberes vinculados à experiência docente devem articular-se com os demais saberes integrantes da formação docente e que a inserção dos estudantes no contexto escolar deve se dar ao longo de todo o processo formativo.

Destacamos que a formação de professores se constitui em uma das mais relevantes missões das Universidades, face à descontinuidade de ações políticas voltadas para a Educação Básica, do baixo incentivo ao docente especialmente das séries iniciais e a precariedade de recursos destinados à escola pública, por diferentes governos. Desse modo, torna-se proeminente o papel desempenhado pela Universidade Pública no debate permanente sobre questões inerentes à formação de professores, objetivando ampliar as alternativas de soluções e promover a revitalização das práticas pedagógicas e do sistema de ensino.

8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica

O desenvolvimento regional, a formação de professores e a produção de alimentos saudáveis com foco na agroecologia, constituem os três pilares estratégicos da missão da UFFS enquanto universidade pública.

Em correspondência com esses fundamentos, tendo por base a função social da universidade voltada para a produção e socialização de conhecimentos científicos, técnicos, históricos, filosóficos, políticos e culturais, dentre os quais os aportes da ciência pedagógica e das demais ciências intermédias que compõem a formação em Pedagogia – Licenciatura, o currículo do Curso mantém estreita articulação com os sistemas de ensino da Educação Básica.



Essa organicidade dá-se tanto no plano epistemológico quanto no político-pedagógico, sob a mediação da práxis, articulando teoria e prática, embasamento científico e contextualização da realidade, estudos teóricos e vivências nas escolas públicas. Em consonância ainda com a Resolução Nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE, o currículo do curso está organizado de modo a garantir que em todas as fases do curso os estudantes desenvolvam, concomitantemente aos estudos teóricos, atividades práticas, problematizando a realidade das escolas da Educação Básica.

Consideram-se, portanto, as definições estabelecidas pela Resolução 02/2017 – CONSUNI/CGAE, aportada pelos:

- I - os desafios e perspectivas assinaladas no diagnóstico da I Conferência das Licenciaturas da UFFS (Anexo I da Resolução 02/2017);
- II - os objetivos da Política Institucional de Formação de Professores, especialmente, quanto à priorização da formação de professores para atuar na Educação Básica pública;
- III - a Educação Básica como objeto referência para a construção de programas, projetos e processos de ensino e pesquisa;
- IV - as dimensões da atuação profissional do egresso e o perfil de formação para atuar na Educação Básica;
- V - o lugar e a importância da instituição escolar e seus sujeitos na organização do conjunto dos processos formativos e a amplitude das relações com a Educação Básica;
- VI - as diretrizes gerais para a organização do currículo;
- VII - a concepção e organização da prática como componente curricular;
- VIII - a organização, desenvolvimento e avaliação dos estágios;
- IX - a organização das atividades de formação continuada;
- X - a organização das atividades de pesquisa e extensão;
- XI - a organização colegiada, envolvendo a comunidade regional.

Nesse sentido, o currículo constitui-se de atividades práticas, caracterizadas por ações realizadas preferencialmente em instituições dos sistemas de ensino municipal e estadual, em escolas e em espaços educativos não formais, sob acompanhamento, orientação e coordenação de docentes. Destaca-se ainda que todas essas atividades (práticas) são desenvolvidas com base nos fundamentos e nas metodologias de análise estudados sobre a realidade educacional e orientados pelo reconhecimento da unidade dialética entre teoria e prática.

8.4 Articulações com as outras licenciaturas

A relação entre o Curso de Pedagogia e os demais cursos de Licenciatura da UFFS efetiva-se através da articulação entre os domínios curriculares Comum e Conexo



e a partir de atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. Esta relação está explícita na Política Institucional da UFFS para os cursos de Licenciatura (Resolução 2/2017-UFFS) que pretende possibilitar a integração dos estudantes de diferentes áreas de formação. Dessa forma, o currículo do curso está em conformidade com a regulamentação institucional (cf. Resolução N° 2/2017-UFFS, Resolução N° 09/2017/CONSUNI/CGAE e Relatório do Seminário de Discussão do Domínio Comum/2012/UFFS).

A título de especificação, destaca-se que o Domínio Comum constitui-se de componentes curriculares que deverão ser cursados por todos os estudantes, considerando um total de 420 a 660 horas. Organizados em dois eixos formativos e complementares entre si,

[o] eixo Contextualização Acadêmica objetiva desenvolver habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional. Os componentes curriculares relacionados ao eixo Formação Crítico-social, objetivam desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade sócio-ambiental, e à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos. (Seminário de Discussão do Domínio Comum/2012/UFFS, p. 06).

Já a relação entre o Curso de Pedagogia – Licenciatura e os demais cursos de Licenciatura no *Campus* Laranjeiras do Sul (Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura; Educação no Campo, Ciências da Natureza, Matemática e Agrárias) acontece a partir do conjunto de componentes curriculares constituídos sob o escopo do Domínio Conexo, considerando que:

compreende-se como Domínio Conexo, o conjunto de saberes que conectam os cursos de licenciaturas e que envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional. (Art. 16, Resolução n° 2/2017 – CONSUNI/CGAE).

Ainda a Resolução n° 09/2017-CONSUNI/CGAE, que estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos *campi* da UFFS, no Art. 2º, ressalta que



os cursos de Licenciatura, em cada *campus*, devem adotar em seus projetos pedagógicos os Componentes Curriculares (CCR) do Domínio Conexo entre as Licenciaturas indicados no respectivo anexo desta Resolução. Parágrafo único. Em cada *campus*, os CCR do Domínio Conexo entre as Licenciaturas serão caracterizados por código, nome, objetivos, ementa, carga horária e referências bibliográficas idênticos em todos os cursos de Licenciatura.

A Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE também destaca a relação entre os cursos de Licenciatura a partir da flexibilidade curricular como um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS, que se traduz pela oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a organização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos. Estabelece um percentual de 5% para componentes optativos e eletivos, e abre a possibilidade de haver proposições de oferta de componentes optativos em qualquer um dos domínios formativos, conforme a seguir.

Art. 21. A flexibilidade constitui um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS e se traduz pela oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a organização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos.

Art. 22. A flexibilidade se aplica à oferta de componentes curriculares optativos, eletivos e às atividades complementares que integram o currículo das licenciaturas. §1º Os componentes optativos integram a possibilidade de complementação de conhecimentos, podendo as proposições de oferta estarem vinculadas a qualquer um dos domínios curriculares. [...] §3º As atividades complementares constituem atividades diversas desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação específica de cada curso, atendendo a carga horária legal de 200 (duzentas) horas.

Art. 24. Para viabilizar a flexibilização curricular, em seus respectivos campi, os cursos de licenciatura devem planejar a oferta dos componentes optativos de forma conjunta.

Art. 25. Em seu planejamento anual, os cursos de licenciatura contemplarão a organização de eventos e de atividades complementares que envolvam as dimensões da formação docente.

De acordo com os regulamentos institucionais, o currículo do Curso de Pedagogia constitui-se a partir dos seguintes componentes curriculares do Domínio Comum: Leitura e Produção Textual I, Informática Básica, Iniciação à prática Científica, Leitura e Produção Textual II, Matemática A, História da Fronteira Sul, Meio Ambiente, Economia e Sociedade e Direitos e Cidadania totalizando 420 horas.

O currículo do Curso de Pedagogia, em relação aos componentes curriculares (CCRs) vinculados ao Domínio Conexo, adequa-se à Resolução nº 9/2017 – CONSUNI/CGAE – Anexo IV, que especifica os seguintes CCRs vinculados ao



Domínio Conexo nos cursos de Licenciatura no *Campus* Laranjeiras do Sul: Psicologia da educação e Teorias da aprendizagem; Didática Geral; Fundamentos da Educação; Educação Inclusiva; Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil, Estágio Curricular I e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

8.5 As aulas práticas

Em sendo a Pedagogia uma ciência com objeto claro e definido de estudo – a educação com fito na formação humana – o seu desenvolvimento é, por natureza prático, normativo e experimental. É no ato de organização do ensino que se firma, em termos objetivos, a relação entre a teoria e a prática. Como afirmou Marx na Segunda Tese sobre Feuerbach: “o problema de se o pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema da teoria, e sim um problema prático. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento. O debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente escolástico”.

Destacamos, ainda, a afirmação de Antônio Gramsci, na obra *Cadernos do Cárcere/caderno 12/ de 1932*, “não existem não intelectuais”, pois “todos os homens são intelectuais” e “é impossível separar o *homo sapiens* do *homo faber*”. Seguindo essa compreensão, afirmamos que todo ato humano é uma prática intelectual. Logo, o que há de mais rico, uma consistente teoria, é o que ela exprime em termos práticos. Do mesmo modo, toda prática humana contém em si uma concepção de mundo, que corresponde a uma concepção teórica.

A partir dessa premissa, o projeto do Curso de Pedagogia cumpre o estabelecido na Resolução CNE/CP 2, de 1 de julho de 2015 - Art. 13º, que determina que “os cursos de licenciatura terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo”:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;



IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.(...) § 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

A Resolução 02/2017/Consuni-CGAE explicita também a relevância da prática no âmbito da formação de professores nos cursos de licenciatura da UFFS, considerando diferentes acepções/concepções para o termo (prática), conforme a seguir:

I - A prática compreendida como momento complementar à formação teórica, em que são desenvolvidas atividades voltadas para a formação de habilidades específicas. No âmbito da UFFS (Regulamento de Graduação), tais práticas são definidas curricularmente como aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal.

II - A prática como componente curricular, focada na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades docentes, com carga horária específica prevista para este fim (400 horas).

III - Os estágios curriculares, que objetivam promover a inserção profissional, em que são mobilizados diferentes conhecimentos para conceber, desenvolver e avaliar os processos de ensino e aprendizagem, em conformidade com o previsto na legislação igualmente com carga horária específica destinada a este fim (400 horas).

A concepção e a organização de atividades práticas devem levar em conta o que estabelece o inciso I do artigo 27 da Resolução 02/2017 e item b, Inciso I do Artigo 14 do Regulamento de Graduação, considerando-as como estratégias de qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, incluindo as idas a campo, viagens de estudo, atividades culturais, de ensino, de pesquisa e de extensão.

O Parecer CNE/CES Nº 15/2005⁵ explicita de forma elucidativa a atividade prática nos cursos de formação de professores:

As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do

5 Este Parecer trata de um esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nº 1/2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e a Resolução 2/2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Embora essas Resoluções tenham sido revogadas, consideramos pertinente trazer ao texto o conteúdo do parecer supracitado.



conhecimento. Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. Parecer CNE/CES Nº 15/2005, p. 3)

Assim, distingue-se *prática* (i) como Componente Curricular, (ii) como parte do processo de ensino, em complementação à formação teórica, e (iii) como estágio supervisionado obrigatório, com vistas à inserção profissional. A seguir, especificam-se a prática como Componente Curricular e como Estágio Supervisionado.

8.5.1 A prática como componente curricular (PCCr)

Partindo da exposição do item anterior, compreende-se por *prática como Componente Curricular* os conhecimentos e as análises de situações pedagógicas desenvolvidos pelos estudantes ao longo do curso, garantidos a partir de carga horária de caráter prático, não confundidos com o estágio supervisionado.

A Resolução 02/2017/Consuni-CGAE, no Art. 28º, referindo-se à organização da prática como Componente Curricular, determina que os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFFS deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - Estabelecer a articulação com a Educação Básica pública, desde o início do curso, e integrar conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades profissionais.
- II - Abranger as diferentes dimensões da atuação docente na Educação Básica (o ensino, a gestão da educação, a coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento).
- III - Estruturar-se em eixos temáticos, atendendo ao caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo, podendo ser realizadas por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se, assim, que a prática como Componente Curricular caracteriza-se como atividades formativas que possibilitam experiências relacionadas a aplicação dos conhecimentos próprios do exercício da docência, do exercício da gestão, administração e resolução de situações específicas do ambiente da educação escolar.

Partindo dessa compreensão, na estrutura curricular do Curso de Pedagogia, a prática como Componente Curricular será desenvolvida tendo o contexto escolar como *locus*. No currículo do curso, está organizada em Componentes Curriculares específicos,



concebidos enquanto eixos, de acordo com níveis da educação básica, desde o início do curso, assim dispostos, considerando (i) componente curricular, (ii) semestre em que é ofertado, (iii) objetivo e (iv) carga horária do componente.

Fase	Componente Curricular	Objetivo	Ch teórica	Ch Prática	Ch PCCr	Ch Total
1º	Organização do trabalho pedagógico: extensão escolar	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e de extensão, orientadas pela pesquisa-ação, voltadas para o conhecimento e para a caracterização social das comunidades atendidas pela escola.	15	0	45	60
2º	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação Infantil	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo dimensões teóricas e práticas, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação na Educação Infantil	15	0	45	60
3º	Didática na Educação Infantil	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo dimensões teóricas e práticas, de modo a propiciar conhecimentos sobre o caráter teórico e prático da Didática na Educação Infantil a partir da realidade escolar e da organização do currículo.	15	0	30	45
3º	Organização do Trabalho Pedagógico: Ensino Fundamental/1º ao 5º ano	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo dimensões teóricas e práticas, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da	15	0	45	60



Fase	Componente Curricular	Objetivo	Ch teórica	Ch Prática	Ch PCCr	Ch Total
		avaliação no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.				
4º	Currículo e Avaliação da Educação Básica	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão articulando os aspectos teóricos e práticos da construção do currículo, do planejamento e da avaliação na educação básica, relacionando a esfera conceitual com a legislação e a realidade das escolas públicas.	30	0	15	45
4º	Organização do Trabalho Pedagógico: Magistério para formação de professores no Ensino Médio	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação no Ensino Médio.	15	0	30	45
4º	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação de Jovens e Adultos	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação na Educação de Jovens e Adultos.	15	0	30	45
5º	Fundamentos teórico-metodológicos do Ensino da Matemática na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Matemática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de	45	0	15	60



Fase	Componente Curricular	Objetivo	Ch teórica	Ch Prática	Ch PCCr	Ch Total
		materiais didáticos pedagógicos.				
5º	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Arte na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.	45	0	15	60
5º	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino de Língua Portuguesa na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.	45	0	15	60
6º	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da História na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.	45	0	15	60
6º	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino de Ciências na Ed. Infantil e Anos	Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e	45	0	15	60



Fase	Componente Curricular	Objetivo	Ch teórica	Ch Prática	Ch PCCr	Ch Total
	Iniciais do Ensino Fundamental	aplicação do ensino de Ciências na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.				
6º	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Educação Física na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.	45	0	15	60
6º	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Geografia na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.	45	0	15	60
7º	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação não formal e profissional	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação no Ensino profissional e na educação não formal.	15	0	30	45
8º	História e cultura	Desenvolver atividades	15	0	15	30



Fase	Componente Curricular	Objetivo	Ch teórica	Ch Prática	Ch PCCr	Ch Total
	afro-brasileira e indígena e relações étnico-raciais na escola	de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender a caracterização das matrizes africanas e indígenas na cultura brasileira, relacionando-as com a organização do trabalho pedagógico escolar a partir de análises e estudos de aspectos teórico-práticos sobre a realidade da educação básica na escola pública.				
8º	Seminários: Socialização de TCC	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender voltadas para desenvolvimento, produção, apresentação e defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso, em Seminários abertos à comunidade em geral, sob orientação acadêmica dos docentes responsáveis pela orientação de cada TCC.	30	15	30	75
			-	-	420	-

Quadro 4: Prática como Componente Curricular, no Curso de Pedagogia – Licenciatura

Esse conjunto de componentes curriculares objetiva, portanto, no currículo do Curso de Pedagogia – Licenciatura, desenvolver habilidades típicas do exercício da profissão de pedagogo envolvendo as relações teórico e práticas de caráter unitário.

Essa constituição tem amparo nas definições da **Resolução 02/2017 – CONSUNI/CGAE, mormente no que envolve:** I - a definição e carga horária (Art. 27); II - os requisitos de sua organização, constantes no Artigo 28 e seus respectivos incisos, que preveem:

- 2.1 a articulação com a Educação Básica, desde o início do curso;
- 2.2 a articulação de conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos, envolvendo, portanto, ambos os domínios curriculares;



- 2.3 o envolvimento das diferentes dimensões da atuação profissional;
- 2.4 a organização em torno de eixos temáticos, de caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo;
- 2.5 a possibilidade de estruturar-se na forma de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- III - as interações entre os cursos de licenciatura.

8.5.2 Os Estágios Supervisionados

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é um componente curricular de caráter teórico-prático que tem por objetivo proporcionar ao estudante a aproximação com a atividade profissional, com vistas ao aprofundamento científico, técnico e pedagógico, auxiliando-o no exercício da profissão.

Sobre o estágio nos cursos de Pedagogia, a Resolução CNE/CP 1/2006, no Art. 8º, determina que:

nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de: (...)

IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

A Resolução Nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE, no Artigo 29º, o Estágio Curricular Supervisionado é considerado:

Tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação.

Ainda nos Artigos 30º e 31º da Resolução supracitada, a organização dos Estágios nos cursos de licenciatura na UFFS devem contemplar:



Atividades de inserção profissional na instituição escolar e outros espaços educativos não escolares, envolvendo:

I - O conhecimento da instituição escolar, de sua organização, funcionamento e os processos de gestão e de coordenação pedagógica; a organização do trabalho pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem, de inclusão escolar e de formação continuada;

II - O exercício da docência na área de formação nos diferentes níveis de ensino;

III - A atuação em outros espaços educativos não escolares, quando for o caso.

Art. 31. As atividades de estágio deverão ocorrer a partir da segunda metade do curso, conforme legislação vigente.

Dessa forma, o ECS é um componente curricular de formação teórico-prática orientada e supervisionada. No Curso de Pedagogia, inicia-se na 5ª fase e estende-se à 8ª fase do curso, organizado com base na Resolução CNE/2/2015, na Resolução CNE/CP 1/2006 e na Resolução 2/2017- CONSUNI/CGAE, da seguinte forma:

Fase	CCR	Objetivo	Ch teórica	Ch prática	Ch Estágio	Ch total
5ª	Estágio Curricular I	Investigar, analisar, compreender e sistematizar, por meio da pesquisa, da extensão e da inserção na escola, elementos concretos acerca da realidade escolar, de sua organização, funcionamento e estrutura física, na inter-relação entre escola e comunidade, apreendendo aspectos da diversidade dos sujeitos e de sua inclusão no espaço escolar, tendo como elementos mediadores deste processo a observação, a pesquisa de campo, a análise crítica e o desenvolvimento de uma ação pedagógica.	15	30	30	75
7º	Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	Desenvolver análise e compreensão, sobre as formas de organização do ensino e da aprendizagem na EJA.	15	30	30	75
7º	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	Desenvolver análise e compreensão das formas de organização do ensino e da aprendizagem na Educação Infantil.	15	30	45	90
8º	Estágio Supervisio	Desenvolver análise e compreensão das formas de	15	30	45	90



Fase	CCR	Objetivo	Ch teórica	Ch prática	Ch Estágio	Ch total
	nado no Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	organização do ensino e da aprendizagem no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.				
8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio/Docência para o Magistério	Desenvolver análise e prática das formas de organização do ensino e da aprendizagem no curso de Magistério do Ensino Médio,	15	30	30	75
			75	150	180	405

Quadro 5: Distribuição dos Estágios Curriculares Supervisionados

A seguir, reapresentam-se os Componentes Curriculares de Estágio Supervisionado, conforme quadro precedente, de modo sintético:

Código	Nº	Semestre	Estágio Curricular Supervisionado	Créditos	Horas
GCH1214	01	5º	Estágio Curricular I	5	75
GCH1653	02	7º	Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	5	75
GCH1007	03	7º	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	6	90
GCH1009	04	8º	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	6	90
GCH1652	05	8º	Estágio supervisionado no ensino médio/docência para o magistério	5	75
			Total	27	405

Quadro 6: Síntese dos Componentes Curriculares de Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia

Todos esses CCRs são precedidos de Componentes Curriculares de base teórico-metodológica, tencionando permitir ao estudante conceber a prática e, especialmente, o exercício da docência, a partir de um referencial teórico de análise do ambiente profissional, conjugando, assim, teoria e prática, com vistas ao movimento dialético da teoria à prática e da prática à teoria no processo de apreensão da realidade. Esse movimento envolve todos os CCRs do Estágio, e tem foco no desenvolvimento da docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, bem como nas atividades de gestão da escola, do ensino de EJA, da docência nos cursos de Magistério e da



organização do trabalho pedagógico na educação. Esse processo pretende assegurar condições para que o estudante possa compreender a natureza e o papel do pedagogo como profissional da educação, comprometido com a formação humana.

Em síntese, a construção do Estágio Curricular Supervisionado está edificada com base na organização curricular que compreende: 1. Estudos teóricos, conceituais, metodológicos e de contextualização da realidade educacional; 2. Momento de contato com a realidade profissional; 3. Aplicação prática dos conhecimentos teóricos assimilados ao longo do processo de formação; 4. Desenvolvimento da prática sob orientação e supervisão institucional. Assim, a preparação das atividades de estágio deve se constituir a partir da articulação de conhecimentos que possibilitem estabelecer mediação teórica com a prática, de modo reflexivo.

Desta forma, o contato com o ambiente de trabalho não se restringe ao momento do estágio, tendo em vista que todo o processo de interpretação crítica reporta-se à compreensão dele (o ambiente de trabalho) no decorrer dos componentes curriculares do Curso de Pedagogia, razão pela qual estágio não se traduz em um momento estritamente prático, de aplicação de conhecimentos acadêmicos, haja vista ser mediado teoricamente e redimensionado a partir da atividade teórico-interpretativa do conjunto dos componentes curriculares.

As orientações gerais e a regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura encontram-se no **Anexo I**.

8.6 A organização da pesquisa e extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio inscrito na Carta Magna, de 1988, que define, pelo Artigo 207, que “[a]s universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Com essa definição, fica assegurada a associação, ou o modo inseparável, entre (i) a pesquisa, que caracteriza a produção dos conhecimentos científicos, técnicos e culturais pela academia; (ii) a extensão, marcada pelo vínculo com a realidade social, pela experimentação e pelas práticas sociais, envolvendo formação, assessoria, orientação e organização de atividades de interesses das comunidades; e (iii) o ensino, que envolve



as atividades curriculares didaticamente organizadas para a garantia da aprendizagem dos conhecimentos científicos, técnicos e profissionais.

Trata-se de um tripé inseparável da organização curricular da instituição universitária, fazendo-a cumprir a sua função socialmente referenciada com as práticas sociais que caracterizam as contradições de classes em nossa sociedade. Isso faz com que o ensino na educação superior seja realizado de maneira multilateral e horizontal; que a pesquisa se desenvolva com vistas às necessidades sociais e coerentes com princípios éticos de servir ao povo; e que a extensão se construa de modo a coadunar ciência e trabalho sob a perspectiva da emancipação humana.

Sob essa perspectiva, o Curso de Pedagogia – Licenciatura tem na relação teoria e prática seu eixo estruturante, pondo em evidência a organização curricular do curso, em especial os componentes curriculares de estágio e aqueles relacionados à prática como Componente Curricular, e metodologias de ensino, pois estabelecem a mediação entre ensino, pesquisa e extensão no curso.

Ademais, sendo o ensino a categoria de conteúdo principal que exprime a intencionalidade da docência, os componentes curriculares destinados às metodologias do ensino são assegurados não de modo fragmentado, mas articulados com a pesquisa teórica e as investigações sobre a realidade educacional, e inseparável da prática formativa traduzida pelos componentes do estágio supervisionado. As metodologias de ensino são compostas pelos componentes: 1. Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino da Matemática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 2. Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino da Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 3. Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 4. Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino da História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5. Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino de Ciências na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 6. Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino de Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 7. Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino da Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;



Além disso, a composição do Estágio Supervisionado do Curso tem o objetivo de assegurar a dimensão prática da formação profissional, por meio de cinco Componentes Curriculares, quais sejam:

1. Estágio Curricular I (5ª fase); 2. Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos (7ª fase); 3. Estágio Supervisionado na Educação Infantil (7ª fase); 4. Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano (8ª fase); 6. Estágio Supervisionado no Ensino Médio/Docência para o Magistério (8ª fase).

Cada CCR que compõe o Estágio Supervisionado será desenvolvido a partir de uma sólida compreensão teórica desenvolvida com base nos fundamentos e nas metodologias de análise estudados sobre a realidade educacional, orientados pelo reconhecimento da unidade dialética entre teoria e prática. Cumpre, portanto, o papel de não só colocar o estudante diante da realidade concreta das práticas educativas do ensino na Educação Básica, mas a sua imersão nos problemas educativos da escola, nas práticas educativas não formais e nos sistemas de ensino das esferas municipais e estadual, bem como no próprio sistema nacional no qual realiza a sua formação no Curso de Graduação: Pedagogia – Licenciatura.

A disposição dos componentes do Estágio e mais as Atividades Curriculares Complementares, compostas por 210 horas, que o estudante deve desenvolver, está na proporcionalidade de um para três em Pesquisa, Cultura e Extensão, e busca oferecer os fundamentos do aspecto formativo, mantendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, busca-se, com essa proporcionalidade, assegurar a pertinência dos saberes relacionados a práticas educativas não-formais, informais e extraescolares como elementos fundamentais para a realização das atividades de extensão, sobretudo considerando que os conhecimentos tácitos de um fazer pedagógico estão sustentados na educação popular e podem (e devem) contribuir para a formação integral do pedagogo. Compreende-se, nesse sentido, que não há extensão sem pesquisa e sem ensino, sendo, pois, essas dimensões um todo necessário na formação do Pedagogo.

Nessa perspectiva, a pesquisa passa a ser representada como prática, na medida em que organiza previamente as ações do pedagogo em formação, diante das estruturas e condições educacionais com os quais se depara e pretende conhecer, e também diante de espaços de sistematização dos conhecimentos produzidos socialmente, de modo que estes possam se estender amplamente, do abstrato ao concreto, tal como foi formulado



por Karel Kosik, em *A Dialética do Concreto*, contribuindo na construção da dialética do esclarecimento e da práxis criadora, na mesma direção de Adolfo Sanchez Vazquez, em *A Filosofia da Práxis*.

Pretende-se, portanto, desenvolver uma concepção de ensino que se pautar pela historicidade dos acúmulos dos conhecimentos científicos, técnicos, políticos e culturais, como bens da humanidade e pelos valores humanos universalmente reconhecidos, no contexto das condições históricas do tipo de sociedade, de formação social e de capitalismo que temos em nosso país. Um ensino orientado por uma dimensão praxica formativa da omnilateralidade humana.

Os estudantes também terão acesso, no âmbito da extensão e da pesquisa, aos programas e projetos de Iniciação Científica da UFFS (PIBIC/ CNPq), participando de projetos de pesquisa e de extensão propostos em editais específicos ou de demanda espontânea.

Ressaltamos que a maturação da relação do Curso de Pedagogia com a pós-graduação e com a pesquisa, no *Campus Laranjeiras do Sul*, está dando os primeiros passos: há a criação de grupos de pesquisa de caráter interdisciplinar voltados a análise de práticas pedagógicas nas escolas de educação básica, projetos que abordam a relação entre a agroecologia e a educação, especialmente nas áreas de assentamento da reforma agrária, projetos que problematizam políticas educacionais e currículo. Quanto à relação com a pós-graduação, são desenvolvidos no *campus*, o curso de Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios, na área de Ciências Econômicas, e o curso de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado em duas linhas de pesquisa: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Na área da Educação, no *campus*, será ofertado em 2018 o curso de Especialização em Realidade Brasileira, na metodologia de alternância, tendo como público educadores atuantes nas escolas de educação básica localizadas no campo e em espaços educativos não formais além de lideranças e educadores/as populares vinculados/as aos movimentos sociais e sindicais, especialmente os camponeses.

Nesse sentido, o vínculo do curso de graduação em Pedagogia/licenciatura com a pós-graduação no *campus* apresenta-se como possibilidade e precisa ser construído, na medida em que aproxima, desde o início da formação do Pedagogo, a relação teoria e prática, o fomento à atitude investigativa e promotora de mudanças na realidade. O



curso reconhece o espaço da sala de aula e a dinâmica da escola e seu entorno como campos de investigação, atuação e formação dos futuros licenciados, abrindo perspectiva para possíveis engajamentos com os programas de pós-graduação existentes e que ainda serão criados no *campus*.

8.7 Os domínios formativos e sua articulação

A organização do currículo do curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura segue concepções acadêmicas definidas pelas normas que regem a implantação, a estrutura e o funcionamento da Universidade Federal da Fronteira Sul, que determinam que, para todos os cursos de graduação, deve-se observar uma organização curricular estruturada em três grandes grupos de conhecimento, denominados Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, conforme já mencionado ao longo deste texto.

Concebidos como um conjunto de Componentes Curriculares desenvolvidos didaticamente com base na interdisciplinaridade, o Domínio Conexo compõe a natureza formativa de caráter instrumental do Curso em relação aos determinantes sociais do exercício profissional. Expressam conteúdos cuja mediação se articulam entre o Domínio Comum, relacionado à formação cidadã, ao domínio da linguagem e das tecnologias necessárias ao exercício profissional, e o Domínio Específico, constituído para assegurar a oferta da formação precípua, científica e técnica do conteúdo profissional). Os conteúdos do Domínio Conexo expressam, principalmente, a mediação entre o desenvolvimento do Curso de Pedagogia – Licenciatura e dos demais Cursos de Licenciaturas ofertados pelo *Campus* da UFFS em Laranjeiras do Sul.

Considerando que esses domínios formativos encontram-se articulados entre si e contribuem, conjuntamente, para a formação humana e técnico-científica dos estudantes, especifica-se cada um deles, a seguir, e o modo como se imbricam, no currículo da UFFS e no curso em tela.

8.7.1 O Domínio Comum

O processo de criação dos componentes curriculares do Domínio Comum nos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul fundamentou-se no



debate acerca da necessidade de balizar os estudantes ingressantes no ensino superior, uma vez que eles, em geral, provêm de uma Educação Básica com deficiências estruturais.

Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares comuns a todos os cursos de graduação da UFFS, organizado em dois eixos de formação: **1) Contextualização Acadêmica**, com o objetivo de desenvolver habilidade/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional; **2) Formação Crítico Social**, cujo objetivo é desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito aos valores sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos. (PDI/UFFS/2016, p. 45).

O conjunto de componentes curriculares do Domínio Comum assume, portanto, o compromisso de desenvolver habilidades e competências instrumentais fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional, além de desenvolver também o domínio, ainda que mínimo, de tecnologias contemporâneas de informação e de comunicação, estimulando, assim, nos estudantes, a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sociopolítico, econômica e cultural das sociedades, nas dimensões municipal, estadual, nacional, regional e internacional.

De um ponto de vista específico, a presença do Domínio Comum no currículo do Curso de Pedagogia – Licenciatura cumpre essas mesmas funções, por meio dos seguintes componentes curriculares eleitos para integrar a matriz curricular desse curso:

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GLA102	Leitura e Produção Textual I	2
GEX208	Informática Básica	4
GCH290	Iniciação à Prática Científica	4
GLA103	Leitura e Produção Textual II	4
GEX211	Matemática A	2
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCS239	Direitos e Cidadania	4
GCH292	História da Fronteira Sul	4
GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4



Total	28
-------	----

Quadro 7: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do Curso de Pedagogia – Licenciatura

8.7.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas

Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares que se situam em espaço de interface interdisciplinar entre áreas do conhecimento e/ou conjunto de cursos de graduação da UFFS. (PDI/UFFS/2016, p. 46).

Os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo são constituídos de conhecimentos que “envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional” (Artigo 16 da Resolução 02/2017 da CGAE).

Os eixos articuladores do Domínio Conexo entre as Licenciaturas, de acordo com a Resolução 02/2017 (Artigo 17), compreendem:

- I - Fundamentos da educação, abrangendo os aspectos filosóficos, históricos, sociológicos, antropológicos, pedagógicos, psicológicos e políticos da formação docente.
- II - Políticas, financiamento e a gestão da educação como objetos de abordagem teórico-prática, abrangendo os aspectos conceituais e sua contextualização escolar, bem como a análise de currículos, programas e processos de avaliação.
- III - Diversidade e inclusão, abrangendo as concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à diversidade e à inclusão, as formas organizativas do trabalho pedagógico, as políticas e práticas de atendimento educacional aos deficientes, bem como a reflexão teórico-metodológica acerca dos desafios da educação inclusiva.
- IV - Didáticas e metodologias de ensino, em seus aspectos gerais, compreendendo as concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação.
- V - Estudos e pesquisas em educação, compreendendo a apropriação teórica e epistemológica dos processos de pesquisa e investigação no campo da educação e do estado da arte da produção do conhecimento na área educacional e escolar.
- VI - Práticas de ensino e os estágios, comuns, que contemplam as dimensões da atuação docente, o conhecimento da instituição escolar e de sua organização e funcionamento, os processos de gestão da educação e de coordenação pedagógica, a organização do trabalho pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem e de inclusão escolar e a formação continuada.



O Domínio Conexo, ainda, busca explicitar as especificidades da pesquisa no âmbito da Educação Básica, bem como orienta-se por elas na organização das atividades de ensino e na articulação com a extensão.

Acredita-se, portanto, que o Domínio Conexo contribui para a própria geração de linhas e/ou programas de pesquisa e/ou extensão que estruturam as investigações científicas do curso, de um modo geral, embora a especificação dessas só se efetive com o curso em andamento, uma vez que isso requer articulação entre os membros do corpo docente do curso.

Os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso em tela, encontram-se descritos no quadro a seguir.

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH1209	Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem	4
GCH794	Didática Geral	4
GCH1210	Fundamentos da Educação	4
GCH797	Educação Inclusiva	2
GCH1211	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	4
GLA210	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4
GCH1214	Estágio Curricular I	5
Subtotal		27

Quadro 8: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Pedagogia – Licenciatura

8.7.3 O Domínio Específico

Entende-se por Domínio Específico o conjunto de componentes curriculares identificados como próprios de um determinado Curso e fortemente voltados à sua dimensão profissionalizante, isto é, às habilidades, competências e conteúdos especificamente definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais. (PDI/UFFS/2012, p. 46).



Dessa forma, a principal característica desses componentes curriculares, os específicos, é atender à formação inicial dos estudantes de Pedagogia, respeitando tanto a legislação vigente quanto os conhecimentos necessários para a formação em questão, observando ainda o preconizado no Projeto Político Pedagógico do Curso, que prevê um total de 148 créditos ou 2.220 horas para componentes curriculares dessa natureza.

Destaca-se que a carga horária dos Componentes Curriculares Optativos está vinculada ao Domínio Específico, pois são considerados significativos para o aprofundamento de referenciais teóricos e práticos relacionados a área de conhecimento e atuação do pedagogo/a. Assim, os Componentes Curriculares do Domínio Específico correspondem à parte maior da carga horária do currículo, contemplando a realização de créditos tanto teóricos quanto práticos durante todo o percurso do Curso, conforme a seguinte especificação: (i) 420 horas de prática como Componente Curricular; (ii) 330 horas de Estágio, considerando que o componente *Estágio Curricular I*, que possui 75 horas, está contabilizado no Domínio Conexo⁶; (iii) 1.245 horas de componentes de conteúdos específicos, estando aqui incluídas 75 horas de Trabalho de Conclusão de Curso; e (iv) 180 horas de Componentes Curriculares Optativos.⁷

Os componentes curriculares que constituem o Domínio Específico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, no *Campus* Laranjeiras do Sul, estão relacionados, no quadro a seguir.

DOMÍNIO ESPECÍFICO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH825	Introdução à Pedagogia	4
GCH826	História da Educação	4
GCH1010	Seminário: Direitos Humanos	1
GCH1319	Organização do trabalho pedagógico: extensão escolar	4
GCH979	Psicologia da Educação Infantil	3
GCH980	Filosofia da Educação	4
GCH988	Educação Infantil I	4
GCH1650	Organização do trabalho pedagógico: Educação Infantil	4
GCH1651	Didática na Educação Infantil	3
GCH990	Educação infantil II	4
GCH991	Educação especial	2

6 Note-se que o Curso em tela garante aos estudantes 405 horas de Estágio, estando, portanto, 330 horas vinculadas ao Domínio Específico e 75 horas, ao Domínio Conexo, especificação que atende ao Currículo da UFFS.

7 Reitere-se, conforme já mencionado no tópico 8 deste documento, que as Atividades Curriculares Complementares, num total de 210 horas, não estão contabilizadas, especificamente, em nenhum dos Domínios (Comum, Conexo e Específico) que estruturam o currículo do Curso em pauta, uma vez que constituem atividades diversas, segundo especificações no Anexo II.



DOMÍNIO ESPECÍFICO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH1321	Organização do trabalho pedagógico: Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	4
	Optativa I	2
GLA214	Linguagem e alfabetização	4
	Optativa II	2
GCH1661	Currículo e avaliação da Educação Básica	3
GCH1322	Organização do trabalho pedagógico: Magistério para formação de professores no Ensino Médio	3
GCH1323	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação de Jovens e Adultos	3
	Optativa III	2
	Optativa IV	2
GCH1004	Seminário: Educação Ambiental	1
GCH981	Sociologia da Educação	4
GCH984	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino da Matemática na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	4
GLA215	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino da Arte na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	4
GLA216	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua Portuguesa na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH993	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino da História na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH995	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Ciências na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH1002	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH985	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
	Optativa V	2
GCH1653	Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	5
GCH1005	Educação e Trabalho	4
GCH1006	Currículo: fundamentos teóricos	4
GCH1007	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	6
GCH1011	Trabalho de Conclusão de Curso I	3
GCH1669	Organização do trabalho pedagógico: Educação não formal e profissional	3
	Optativa VI	2
GCH1003	Avaliação: Fundamentos Teóricos	4
GCH1009	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	6
GCH1013	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e relações étnico-raciais na escola	2
GCH1015	Trabalho de Conclusão de Curso II	2
GCH1652	Estágio Supervisionado no Ensino Médio/Docência para o Magistério	5
GCH1668	Seminários: Socialização de TCC	5
Subtotal		148



Quadro 9: Componentes Curriculares que compõem o Domínio Específico do Curso de Pedagogia – Licenciatura

8.8 A flexibilidade na organização curricular

A flexibilização curricular no Curso de Pedagogia – Licenciatura estrutura-se de acordo com a Resolução 2/2015, Art. 13º, inciso IV, que, ao tratar da estruturação curricular dos cursos de formação de professores da educação básica em nível superior, prescreve “*200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes [...] por meio da iniciação científica, da iniciação a docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante ao projeto de curso da instituição*”. Também a Resolução CNE/CP 1/2006, no Art. 8º - III, destaca a relevância da flexibilização curricular no Curso de Pedagogia e ressalta as atividades complementares fundamentais para a integralização do currículo, que devem ser relacionadas:

ao planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas.

Atividades Complementares de Graduação (ACG), por exemplo, cumprem a função, nesse contexto, de flexibilizar o processo de formação dos estudantes, respeitando e integrando seus interesses e afinidades, além de complementar e de enriquecer o currículo. No curso em tela, estão previstas a realização de, no mínimo, 210 horas de atividades dessa natureza, que consistem em atividades diversificadas, como participação em seminários, encontros, palestras, publicação de artigos e resumos, atividades de pesquisa, de extensão, iniciação científica, representação discente, dentre outras, conforme Anexo II.

Para fins de registro junto ao Departamento de Registros Acadêmicos, serão integralizadas, no histórico do estudante do curso de pedagogia, 210 horas de



“Atividades Complementares”, independentemente das horas excedentes cumpridas. Esta formulação apresenta amparo na concepção curricular definida pela UFFS, na Resolução 2/2017, Art. 22, inciso III, segundo o qual, "as atividades complementares constituem atividades diversas desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação específica de cada curso, atendendo a carga horária legal de 200 (duzentas) horas”.

Além das Atividades Curriculares Complementares (ACC), a flexibilização curricular no curso viabiliza-se também a partir dos componentes curriculares optativos. Para integralização do curso, o estudante deverá cumprir o mínimo de 180 horas em Componentes Curriculares Optativos.

Destaque-se que o curso poderá propor componentes curriculares optativos sempre que julgar procedente, em termos temáticos, bem como tiver recebido solicitação, via colegiado, de seu corpo discente. Em todos os casos, a oferta ficará condicionada às possibilidades de recurso humano, ou seja, professor responsável pelo desenvolvimento do referido componente curricular, além da aprovação nas instâncias competentes.

A seguir, especifica-se o conjunto de componentes curriculares optativos que integram o currículo do curso em tela.

Código	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	Créditos	Horas
GCH1016	Metodologia e Prática da Alfabetização	2	30
GCH1017	Práticas lúdicas	2	30
GCH1028	Literatura Infantil e a socialização da criança	2	30
GEX721	Etnomatemática	2	30
GCH1029	Experiência de Aprendizagem Mediada na Educação Básica	2	30
GCH1030	Educação e Alfabetização cartográfica	2	30
GCH1018	Fundamentos da Pedagogia Socialista	2	30
GCH1019	Educação em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	2	30
GCH1020	A Alimentação Escolar no Currículo Escolar	2	30
GCH1021	Tópicos Especiais I	2	30
GCH1022	Tópicos Especiais II	2	30
GCH1023	Tópicos Especiais III	2	30
GCH1655	Tópicos Especiais V	2	30
GCH1656	Tópicos Especiais VI	2	30
GCH1657	Tópicos Especiais VII	2	30



GCH1658	Tópicos Especiais VIII	2	30
GCH1659	Tópicos Especiais IX	2	30
GCH1660	Tópicos Especiais X	2	30
GCH1026	Musicalização na Educação	2	30
GCH1027	Novas Tecnologias, Mídias e Educação	2	30
GLA218	Leitura e escrita em Língua Portuguesa	2	30
GCH 1362	Biologia Educacional	2	30
GCH 1468	Saúde e Educação Sexual na Escola	2	30

Quadro 10: Componentes Curriculares Optativos

A capacidade de flexibilização do currículo confere-se pela oferta dos Componentes Curriculares (CCR) optativos e pela constituição das Atividades curriculares Complementares (ACC) correspondentes à natureza e à concepção da formação do pedagogo cientista, em articulação com os fundamentos da política institucional segundo a Resolução 02/2017 – CONSUNI/CGAE, pela:

- I - definição e abrangência (Artigos 21 e 22);
- II - possibilidade de oferta de optativas nos diferentes domínios (Art. 22, §1º)
- III - carga horária vinculada à oferta de componentes optativos e eletivos equivalente a 5% da carga horária total do curso (Art. 23);
- IV - definição, abrangência e carga horária de atividades complementares, **no mínimo, 210 horas** (Art. 22, §3º)
- V - planejamento e organização de eventos de formação complementar no âmbito das licenciaturas (Art. 25);
- VI - outras perspectivas de flexibilização definidas no âmbito do curso.

A oferta dos CCR's Tópicos Especiais, numerados de um a dez, busca assegurar a abrangência da oferta diversificada, podendo abranger conteúdos em todos os domínios formativos, de acordo com a dinâmica da demanda e da oferta podendo se relacionar com os temas da atualidade que envolvem o tecido social. A matriz curricular do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul*, conforme já mencionado ao longo deste documento, apresenta carga horária total de 3.255 horas distribuídas da seguinte forma:

- 1 - 420h destinadas a componentes curriculares do Domínio Comum;
- 2 – 405h destinadas a componentes curriculares do Domínio Conexo;
- 3- 2.220h destinadas a componentes curriculares do Domínio Específico, considerando:
 - a) 420h de prática como Componente Curricular;
 - b) 330h de Estágio⁸;
 - c) 1.245h de componentes de conteúdos específicos, dentre os quais, 75h de Trabalho de Conclusão de Curso;

8 Resgate-se que mais 75h de Estágio estão sob o escopo do Domínio Conexo, sendo, pois, destinadas 405h de Estágio ao Curso de Pedagogia em questão (cf. Item 8).



d) 180h de Componentes Curriculares Optativos.

4 - 210h destinadas a Atividades Curriculares Complementares

No quadro a seguir, sistematiza-se a matriz curricular do Curso de Pedagogia-Licenciatura, no *Campus* Laranjeiras do Sul.



8.11 Matriz Curricular

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenc iais	Está gio	Exte nsão			Pesq uisa
						Teóri ca	Práti ca							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
1ª fase	01	Específico	GCH825	Introdução à Pedagogia	4	60	0						60	
	02	Comum	GLA102	Leitura e produção textual I	2	30	0						30	
	03	Específico	GCH826	História da Educação	4	60	0						60	
	04	Conexo	GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	4	60	0						60	
	05	Específico	GCH1010	Seminário: Direitos Humanos	1	15	0						15	
	06	Comum	GEX208	Informática básica	4	60	0						60	
	07	Específico	GCH1319	Organização do trabalho pedagógico: extensão escolar	4	15	0	45					60	
Subtotal					23	300	0	45					345	
2ª fase	08	Conexo	GCH794	Didática Geral	4	60	0						60	
	09	Conexo	GCH1210	Fundamentos da educação	4	60	0						60	
	10	Específico	GCH979	Psicologia da educação infantil	3	45	0						45	
	11	Específico	GCH980	Filosofia da educação	4	60	0						60	
	12	Específico	GCH988	Educação Infantil I	4	60	0						60	
	13	Específico	GCH1650	Organização do trabalho pedagógico: educação infantil	4	15	0	45					60	
Subtotal					23	300	0	45					345	
3ª fase	14	Específico	GCH1651	Didática na Educação Infantil	3	15	0	30					45	10, 12
	15	Específico	GCH990	Educação Infantil II	4	60	0						60	12
	16	Comum	GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	60	0						60	
	17	Específico	GCH991	Educação Especial	2	30	0						30	
	18	Conexo	GCH797	Educação Inclusiva	2	30	0						30	
	19	Comum	GLA103	Leitura e Produção Textual II	4	60	0						60	
	20	Específico	GCH1321	Organização do Trabalho Pedagógico: Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano	4	15	0	45					60	
	21	Específico		Optativa I	2	30	0	0					30	
Subtotal					25	300	0	75					375	
4ª fase	22	Comum	GEX211	Matemática A	2	30	0						30	
	23	Conexo	GCH1211	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	4	60	0						60	
	24	Específico	GLA214	Linguagem e Alfabetização	4	60	0						60	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenc iais	Está gio	Exte nsão			Pesq uisa
						Teóri	Práti							
	25	Específico		Optativa II	2	30	0					30		
	26	Específico	GCH1661	Curriculo e Avaliação da Educação Básica	3	30	0	15				45		
	27	Conexo	GLA210	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4	60	0					60		
	28	Específico	GCH1322	Organização do Trabalho Pedagógico: Magistério para formação de professores no Ensino Médio	3	15	0	30				45		
	29	Específico	GCH1323	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação de Jovens e Adultos	3	15	0	30				45		
Subtotal					25	300	0	75				375		
5ª fase	30	Específico		Optativa III	2	30	0					30		
	31	Específico		Optativa IV	2	30	0					30		
	32	Específico	GCH1004	Seminário: Educação Ambiental	1	15	0					15		
	33	Específico	GCH981	Sociologia da Educação	4	60	0					60		
	34	Específico	GCH984	Fundamentos teórico-metodológicos do Ensino da Matemática na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	4	45	0	15				60	4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	
	35	Específico	GLA215	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Arte na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	45	0	15				60	4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	
	36	Específico	GLA216	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	45	0	15				60	4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	
37	Conexo	GCH1214	Estágio Curricular I	5	15	30			30		75	7, 13, 20, 26, 28, 29		
Subtotal					26	285	30	45		30		390		
6ª fase	38	Específico	GCH993	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da História na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	45	0	15				60	4, 8, 10, 12, 13, 14, 15,	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenc iais	Está gio	Exte nsão			Pesq uisa
						Teóri ca	Práti ca							
													20, 24	
	39	Específico	GCH995	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino de Ciências na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	45	0	15				60	4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	
	40	Específico	GCH1002	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Educação Física na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	45	0	15				60	4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	
	41	Específico	GCH985	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Geografia na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	45	0	15				60	4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	
	42	Comum	GCS239	Direitos e Cidadania	4	60	0					60		
	43	Comum	GCH292	História da Fronteira Sul	4	60						60		
Subtotal					24	300	0	60				360		
7ª fase	44	Específico		Optativa V	2	30	0					30		
	45	Específico	GCH1653	Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	5	15	30			30		75	29	
	46	Específico	GCH1005	Educação e Trabalho	4	60	0					60		
	47	Específico	GCH1006	Currículo: Fundamentos Teóricos	4	60	0					60		
	48	Específico	GCH1007	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	6	15	30			45		90	13, 41	
	49	Específico	GCH1011	Trabalho de Conclusão de Curso I	3	45	0					45		
	50	Específico	GCH1669	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação não formal e profissional	3	15	0	30				45		
Subtotal					27	240	60	30		75		405		
8ª fase	51	Específico		Optativa VI	2	30	0					30		
	52	Específico	GCH1003	Avaliação: Fundamentos Teóricos	4	60	0					60		
	53	Comum	GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	60	0					60		
	54	Específico	GCH1009	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano	6	15	30			45		90	20, 41	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*							Total de Horas	Pré-req
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenc iais	Está gio	Exte nsão	Pesq uisa		
						Teóri	Práti							
	55	Específico	GCH1013	História e cultura afro-brasileira e indígena e relações étnico-raciais na escola	2	15	0	15					30	
	56	Específico	GCH1015	Trabalho de Conclusão de Curso II	2	30	0						30	49
	57	Específico	GCH1652	Estágio supervisionado no ensino médio/docência para o magistério	5	15	30			30			75	28
	58	Específico	GCH1668	Seminários: Socialização de TCC	5	30	15	30					75	
Subtotal					30	255	75	45		75			450	
Subtotal Geral					203	2280	165	420		180			3045	
Atividades curriculares complementares					14								210	
Total Geral					217	2280	165	420		180			3255	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*Atividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS.

** PCCr: coluna exclusiva para os cursos de licenciatura (mínimo de 400 horas). Segundo a legislação vigente: (...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (Parecer CNE/CES nº 15/2005).

8.12 Rol de componentes optativos:

Curso de graduação em Pedagogia - – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul	Atividades					Total de Horas	Pré- requisitos	
	Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Nº	Código	Componentes Optativos	Créditos	Teórica	Prática						
59	GCH1016	Metodologias e Práticas de Alfabetização	2	30						30	
60	GCH1017	Práticas Lúdicas	2	30						30	
61	GCH1018	Fundamentos da Pedagogia Socialista	2	30						30	
62	GCH1019	Educação em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	2	30						30	
63	GCH1020	A Alimentação Escolar no Currículo Escolar	2	30						30	
64	GCH1021	Tópicos Especiais I	2	30						30	
65	GCH1022	Tópicos Especiais II	2	30						30	
66	GCH1023	Tópicos Especiais III	2	30						30	
67	GCH1026	Musicalização na Educação	2	30						30	
68	GCH1027	Novas Tecnologias, Mídias e Educação	2	30						30	
69	GCH1028	Literatura Infantil e a Socialização da Criança	2	30						30	
70	GCH1029	Experiência de Aprendizagem Mediada na Educação Básica	2	30						30	
71	GCH1030	Educação e Alfabetização Cartográfica	2	30						30	
72	GCH1362	Biologia Educacional	2	30						30	
73	GCH1468	Saúde e Educação Sexual na Escola	2	30						30	
74	GEX721	Etnomatemática	2	30						30	
75	GLA218	Leitura e Escrita da Língua Portuguesa	2	30						30	
76	GCH1654	Tópicos Especiais IV	2	30						30	
77	GCH1655	Tópicos Especiais V	2	30						30	
78	GCH1656	Tópicos Especiais VI	2	30						30	
79	GCH1657	Tópicos Especiais VII	2	30						30	
80	GCH1658	Tópicos Especiais VIII	2	30						30	
81	GCH1659	Tópicos Especiais IX	2	30						30	
82	GCH1660	Tópicos Especiais X	2	30						30	
Total Geral			48	720						720	



8.13 Resumo de créditos e carga horária dos estágios, ACCs e TCC.

Resumo de créditos e Carga horária de Estágio, ACC e TCC	Créditos	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	10	150
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	27	405
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	14	210



8.14 Análise vertical e horizontal da matriz curricular (representação gráfica)

Fase:							
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
01 Introdução à Pedagogia 60h	08 Didática Geral 60h	14 Didática na Educação Infantil 45h Pre-req: 10, 12	22 Matemática A 30h	30 Oportuna III 30h	38 Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino de História na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 60h Pre-req: 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	44 Oportuna V 30h	51 Oportuna VI 30h Pre-req: 32, 33, 36, 38, 39 e 40
02 Leitura e Produção Textual I 30h	09 Fundamentos da Educação 60h	15 Educação Infantil II 60h Pre-req: 12	23 Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil 60h	31 Oportuna IV 30h	39 Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino de Ciências na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 60h Pre-req: 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	45 Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos 75h Pre-req: 29	52 Avaliação: Fundamentos Teóricos 60h
03 História da Educação 60h	10 Psicologia da Educação Infantil 45h	16 Iniciação à Prática Científica 60h	24 Linguagem e Alfabetização 60h	32 Seminário: Educação Ambiental 15h	40 Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino de Educação Física na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 60h Pre-req: 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	46 Educação e Trabalho 60h	53 Meio Ambiente, Economia e Sociedade 60h
04 Psicologia da educação e teorias da aprendizagem 60h	11 Filosofia da Educação 60h	17 Educação Especial 30h	25 Oportuna II 30h	33 Sociologia da Educação 60h	41 Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino de Geografia na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 60h Pre-req: 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	47 Currículo: Fundamentos Teóricos 60h	54 Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano 90h
06 Informática Básica 60h	12 Educação Infantil I 60h	18 Educação Inclusiva 30h	26 Currículo e Avaliação da Educação Básica 45h	34 Fundamentos teórico- metodológicos do Ensino de Matemática na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental 60h Pre-req: 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	42 Direitos e Cidadania 60h	48 Estágio Supervisionado na Educação Infantil 90h Pre-req: 13, 41	55 História e cultura afro-brasileira e indígena e relações euro-ocidentais na sociedade 30h
07 Organização do trabalho pedagógico: contexto escolar 60h	13 Organização do Trabalho Pedagógico: Educação Infantil 60h	19 Leitura e Produção Textual II 60h	27 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) 60h	35 Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino de Arte na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 60h Pre-req: 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24	43 História da Fronteira Sul 60	49 Trabalho de Conclusão de Curso I 45h	56 Trabalho de Conclusão de Curso II 30h Pre-req: 17
		20 Organização do Trabalho Pedagógico: Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano 60h	28 Organização do Trabalho Pedagógico: Magistério para formação de professores no Ensino Médio 45h	36 Fundamentos Teóricos Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 75h Pre-req: 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 24		50 Organização do Trabalho Pedagógico: Educação não formal e profissional 45h	57 Estágio supervisionado no ensino médio/docência para o magistério 75h
		21 Oportuna I 30h	29 Organização do Trabalho Pedagógico: Educação de Jovens e Adultos 45h	37 Estágio Curricular I 75h Pre-req: 7, 13, 20, 26, 28, 29			58 Seminário: Socialização de TCC 75h
Atividades Curriculares Complementares: 210 h							
	Domínio Comum						
	Domínio Coreto						
	Domínio Cetero						



8.15 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso:

8.15.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

Conforme descrito no item 8.5.2, página 73 a 77, os componentes curriculares dos *estágios curriculares supervisionados* correspondem a 405 horas, em obediência às normas referidas (Resolução 2/2015 - CNE/CP e Resolução 2/2017 - CONSUNI/CGAE), estendendo da quinta à oitava fase do curso, sendo um CCR ofertado pelo domínio conexo, *estágio curricular I*, ofertado, portanto, em conectividade com os demais cursos de licenciaturas do campus, com duração de 75 horas. Os demais CCR's correspondentes a 330 horas integram o domínio específico do curso.

A sua estrutura correspondem aos fundamentos da Resolução 02/2017 - CONSUNI/CGAE, a saber:

- I - a concepção institucional presente na Política de Formação de professores;
- II - o atendimento da carga horária legal;
- III - A organização do estágio comum e das áreas específicas e sua articulação com as instituições da Educação Básica Pública;
- IV - a descrição da atuação em outros espaços educativos escolares e não escolares, quando for o caso;
- V - a organização e disposição das atividades de estágio ao longo do curso.

Assim distribuídos:

Código	Nº	Semestre	Estágio Curricular Supervisionado	Créditos	Horas
GCH1214	01	5º	Estágio Curricular I	5	75
GCH1653	02	7º	Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	5	75
GCH1007	03	7º	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	6	90



GCH1009	04	8º	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	6	90
GCH1652	05	8º	Estágio supervisionado no ensino médio/docência para o magistério	5	75
			Total	27	405

8.15.2 Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO II)

As ACCs do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura visam complementar a formação desenvolvida ao longo do curso no espaço da universidade e/ou outros espaços formativos, exigidas para integralização curricular, com carga horária equivalente a 210 horas. da Resolução n. 2º/2017/CONSUNI/CGAE (Art. 22, p. 9) “constituem atividades diversas desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação específica de cada curso, atendendo a carga horária legal de 200 (duzentas) horas”.

De acordo com a referida Resolução, as ACCs do Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura têm por objetivos:

1. flexibilizar o currículo obrigatório;
2. aproximar o estudante da realidade social e profissional;
3. propiciar aos seus estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar;
4. promover a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

A sua normatização está definida pelo Anexo II a este PPC.

8.15.3 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, *Campus Laranjeiras do Sul*, da Universidade Federal da Fronteira Sul



(UFFS) será regido por Regulamento próprio (*Anexo III*). Considera-se Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o conjunto de componentes curriculares teórico-práticos, as atividades didáticas e de pesquisa previstos no Projeto do Curso que objetivam promover o aprofundamento teórico de temáticas ligadas à educação e ao desenvolvimento de produtos didático-pedagógicos relacionados ao campo de atuação do Licenciado em Pedagogia. A elaboração do TCC de Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura será realizado no sétimo e oitavo semestre do curso, compreendendo 5 créditos, com carga horária total de 75 horas, dos CCR's TCC I e II e mais 75 horas, correspondentes ao Seminário de Socialização de TCC, assim distribuídas:

I – Trabalho de Conclusão de Curso I, com 03 créditos teóricos, correspondendo a 45 horas, no sétimo semestre do curso.

II – Trabalho de Conclusão de Curso II, com 02 créditos teóricos, correspondendo a 30 horas, no oitavo semestre do curso.

III - Seminário de Socialização de TCC, com 05 créditos, correspondendo a 30 horas teóricas e 45 horas práticas.



8.16 Componentes curriculares

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH825	INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA	04	60
EMENTA			
O que é a Pedagogia. Ciência da Educação. A Pedagogia e as ciências intermediárias nas pesquisas educacionais. Formação Humana. Teorias pedagógicas, gestão, planejamento, financiamento e avaliação da educação.			
OBJETIVO			
Desenvolver a compreensão teórica da Pedagogia como Ciência da Educação que se acerca dos estudos da formação humana, caracterizando o papel e a função do pedagogo na organização do ensinar e do aprender nas práticas escolares e não escolares.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MIZUKAMI, Maria G. N. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2008. PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Pedagogia e pedagogos : caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2011. _____. Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 2015. SAVIANI, Dermeval. Interlocuções pedagógicas : conversas com Dermeval Saviani e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. Curso de pedagogia no Brasil : história e identidade. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores : busca e movimento. Campinas-SP: Papirus, 1996. DURLI, Zenilde; BAZZO, Vera Lúcia. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia : concepções em disputa. Revista Atos de Pesquisa, v. 3, p. 2, 2008. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 1999. _____. As relações “dentro – fora” na escola ou as interfaces entre práticas socioculturais e ensino. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). Temas de pedagogia : diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. PINTO, Umberto de A. Pedagogia escolar : coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA102	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL I	02	30
EMENTA			
Língua e Linguagem. Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos de diferentes gêneros. Texto e textualidade. Resumo, fichamento e debate. Revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Prática de textos para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 2008. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, João B. Redação científica . A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Para entender o texto . São Paulo: Ática, 2007. SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever melhor : guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008. VIANA, Antonio C. Roteiro de redação : lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABREU, Antônio S. Curso de Redação . 12. ed. São Paulo: Ática, 2003. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 1991. COSTE, D. et al. O texto : leitura e escrita. (Organização e revisão técnica da tradução por Charlotte Galvez, Eni Puccinelli Orlandi e Paulo Otoni). 2. ed. rev. Campinas, SP: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação : o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna . 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. MOTTA-ROTH, Desirré (Org.). Redação Acadêmica : princípios básicos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa : atividades de leitura e produção de textos. São Paulo: Saraiva, 2008. OLIVEIRA, José P. M. de; MOTTA, Carlos A. P. Como escrever textos técnicos . São Paulo: Thompson, 2005. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH826	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
História geral da educação e história da educação no Brasil. Modos de produção e educação. Tendências e correntes pedagógicas e a organização da educação escolar. As contradições do tipo de capitalismo brasileiro e seus reflexos na educação.			
OBJETIVO			
Compreender a constituição histórica da educação escolar a partir da sua relação com o modo de produção da vida material, social, político e cultural, no geral e na sociedade brasileira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MANACORDA, Mario Aligihero. História da educação: da antiguidade até os nossos dias . São Paulo: Cortez, 1989. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes . 16. ed. São Paulo: Cortez, 1998. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil . 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas, SP: Autores e Associados, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. GERMANO, J. W. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985) . São Paulo: Cortez, 1993. LOPES, Eliane Marta. Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII . São Paulo: Fino Traço, 2008. LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia . 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. MANACORDA, Mario Aligihero. Marx e a pedagogia moderna . Campinas, SP: Alínea, 2007. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Org.). História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil . Campinas, SP: Autores Associados, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1209	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E TEORIAS DA APRENDIZAGEM	4	60
EMENTA			
O desenvolvimento humano e suas relações com o ensino e aprendizagem. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Principais abordagens teóricas da psicologia da educação e suas implicações para a organização dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem escolar. Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo como resultado de interações sociais. Estudos e Pesquisas em Psicologia da Educação.			
OBJETIVO			
Compreender as teorias da Psicologia aplicadas a educação. Compreender a relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
COLL, César; Palácios, J. e Marchesi, A. (org) Desenvolvimento Psicológico e Educação . Coleção Psicologia da Educação. Vol.2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996			
LEONTIEV, Alexis. Psicologia e Pedagogia : Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento. 4 ed. Rio Janeiro: Centauro, 2007.			
LANE, Silvia Tatiana Maurer. Psicologia social : o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 2017.			
PIAGET, J. A Psicologia da inteligência . 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.			
VYGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes, 1984.			
WALLON, H. Psicologia e Educação da Infância . Lisboa: Estampa, 1986.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon : teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.			
OLIVEIRA, Marta Kohl. VYGOTSKY: desenvolvimento e aprendizado um processosócio histórico . São Paulo: Scipione, 1993.			
PIAGET, Jean. & INHELDER, Bärbel. A Psicologia da Criança . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1998.			
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			
BIAGGIO, Â. M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.			
COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação : necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.			
PATTO, M. H. S. (Org.) Introdução à Psicologia Escolar . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.			
PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, PP. 127-132.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1010	SEMINÁRIO: DIREITOS HUMANOS	1	15
EMENTA			
Conceito de Direitos Humanos. Direitos Humanos de primeira geração – direitos-liberdade; direitos humanos de segunda geração – direitos sociais; direitos humanos de terceira geração – direitos de solidariedade; direitos humanos de outras gerações. Direitos humanos na educação básica: exercício da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.			
OBJETIVO			
Desenvolver fundamentos teórico-metodológicos para a formação do acadêmico frente às questões históricas e atuais dos direitos humanos relacionados aos aspectos didáticos da organização do trabalho pedagógico da Educação Básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os direitos humanos na sala de aula : a ética como tema transversal. São Paulo: Moderna, 2001. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CANDAU, Vera M.; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; PAULO, Iliana; SACAVINO, Susana; AMORIM, Viviane. Educação em direitos humanos e formação de professores(as) . Coleção Docência e Formação. Ed. Cortez. 1ª ed., São Paulo, 2013. FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de direito público e privado . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CASTILHO, Ricardo. Educação e direitos humanos . São Paulo: Saraiva, 2017. NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. Cidadania para principiantes : a história dos direitos do homem. São Paulo: Ática, 2004. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. RAYO, José Tuvilla. Educação em direitos humanos rumo a uma perspectiva global . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SONIA, Kramer; BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância, educação e direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2001. MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos direitos fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.			
NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson, 2010.			
SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice. Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação. 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.			
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.			
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.			
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate. São Paulo: Érica, 2010.			
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador. Porto Alegre: Bookman, 1999.			
MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			
MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.			
SCHECHTER, Renato. BROffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1319	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: EXTENSÃO ESCOLAR	4	60
EMENTA			
Prática orientada sobre a organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar sob a perspectiva da relação da escola com a comunidade. Espaços de participação da comunidade no processo de ensino e aprendizagem dos filhos na escola. Mecanismos de interlocução entre comunidade-escola e escola-comunidade. Sistematização e implementação de projetos nos processos de gestão da coordenação pedagógica da escola e da sua relação com a comunidade e com as práticas sociais.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e de extensão, orientadas pela pesquisa-ação, voltadas para o conhecimento e para a caracterização social das comunidades atendidas pela escola.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADDOR, Felipe. Extensão e políticas públicas : o agir integrado para o desenvolvimento Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante : o saber da partilha. São Paulo: Brasiliense, 1986. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política : impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil : história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . São Paulo: Cortez, 1990. FREITAS, Helena Costa Lopes de. O Trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2014. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil : educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003. VASCONCELLOS, C. S. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugênia. (Org.). Pedagogia universitária : a aula em foco. Campinas, SP: Papirus, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH794	DIDÁTICA GERAL	4	60
EMENTA			
Educação: a formação docente e a didática escolar. A função social da escola: o professor, o conhecimento e o aluno. Trabalho docente: Planejamento de ensino, avaliação e currículo escolar.			
OBJETIVO			
Desenvolver fundamentos teórico-metodológicos e prático formativos sobre os processos educativos e as práticas de ensino e aprendizagem nas instituições escolares.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDAU, V. M. (org) A didática em questão . Petrópolis: Vozes, 2014. CASTRO, Amélia Domingues de. A trajetória histórica da Didática . São Paulo: FDE, 1991. LIBANEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente . (Coleção: Questão da nossa época) São Paulo: Editora Cortez, 2010. MARIN, Alda Junqueira (Coord. et al.). Didática e trabalho docente . 2 ed. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. CASTRO, Amélia Domingues CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar . São Paulo: Thomson, 2002. CORDEIRO, J. Didática . São Paulo: Contexto, 2015. LEITE, Y. U. F. O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial de professor . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. TIBALLI, Elianda F. A. Planejamento: plano de ensino: aprendizagem e projeto educativo . São Paulo: Libertad, 1995. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula . São Paulo: Libertad, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1210	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
Função social da escola. Tendências pedagógicas que fundamentam a educação brasileira. Princípios filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Correlação entre trabalho, educação e cultura. Estudos e pesquisas em Fundamentos da educação.			
OBJETIVO			
Compreender as concepções filosóficas, sociológicas e psicológicas que fundamentam as práticas educativas.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
CAMBI, Franco. Historia da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 2000. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 2007. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. PAGNI, P. A; SILVA, D. J. (Org.). Introdução à Filosofia da Educação: temas contemporâneos e história . São Paulo: Avercamp, 2007. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia . Campinas: Autores Associados, 2008.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: CARNEIRO LEÃO, E. (Org.). Textos seletos . Trad. Floriano de Souza Fernandes. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MANACORDA, Mario A. Historia da educação: da antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Martin Claret, 2010. OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. Fundamentos filosóficos da educação . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. SAVIANI, Demerval. Pedagogia historico-critica: primeiras aproximações . 8. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
GCH979	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3	45
EMENTA			
Teorias do desenvolvimento da infância: cognitivo, social, afetivo e cultural. A formação social da mente. Bases do pensamento, do raciocínio e da aprendizagem infantil.			
OBJETIVO			
Proporcionar o conhecimento científico acerca da formação da mente infantil, numa perspectiva histórica cultural e sua relação com o ensino-aprendizagem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARRARA, K.(Org.). Introdução à psicologia da educação : Seis abordagens. Campinas: Avercamp. 2004.			
PIAGET, Jean. & INHELDER, Bärbel. A Psicologia da Criança . Rio de Janeiro: Difel, 2003.			
VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente : o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2015.			
VIGOTSKY, L. S.; LURIA, Alexis R.; LEONTIEV, A. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Ícone, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BENJAMIN, W. Reflexões : a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1994.			
BIAGGIO, A. M. Psicologia do Desenvolvimento . Petrópolis, Vozes, 2001.			
CARVALHO, A. M. O mundo social da criança . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.			
KESTER, C. (Org.). Introdução à Psicologia da Educação : Seis Abordagens. S.Paulo. Avercamp, 2004.			
OLIVEIRA, M. K. Vygotsky : aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993			
VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 1988.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH980	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
Fundamentos Filosóficos da Educação. Abordagem da educação como prática fundamental da existência histórico-cultural dos homens. O pensamento filosófico no campo educacional da antiguidade à contemporaneidade.			
OBJETIVO			
Entender as relações entre Filosofia e Educação e as correntes de pensamento filosófico que deram suporte às concepções de educação ao longo da história.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho : escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. FAVERO, Altair A.; DALBOSCO, Claudio Almir.; MUHL, Eldon H. (Org.). Filosofia, educação e sociedade . Passo Fundo: UPF, 2003. GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia. In: GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere . Volume 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. LORIERI, M. A.; RIOS, T. A. Filosofia na escola : o prazer da reflexão. São Paulo: Moderna, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009. CHAUI, M. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2003. JAEGER, W. Paidéia : a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1995. REALE, G.; ANTISERI, D. História da filosofia . 3. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 7 v. TEIXEIRA, A. Pequena introdução à filosofia da educação : a escola progressiva ou a transformação da escola. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH988	EDUCAÇÃO INFANTIL I	4	60
EMENTA			
Estudo dos fundamentos pedagógicos, legais e normativos da educação infantil e da organização do currículo. Política nacional e formação de professores de educação infantil. Perspectivas históricas, social, política e cultural da educação infantil no Brasil. Conceitos de infância, família e suas historicidades. História da Educação Infantil. Relações entre educação infantil e ensino fundamental. Função das instituições de educação infantil: Integração entre os cuidados e a educação. Desafios da educação infantil na atualidade.			
OBJETIVO			
Estudar os referenciais teórico-metodológicos para subsidiar uma prática pedagógica que privilegie a promoção intelectual da criança em instituição de Educação Infantil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Creches e pré-escolas no Brasil . São Paulo: Cortez, 1993. EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. As cem linguagens da criança . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. KUHLMANN Jr., Moyses. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica . Porto Alegre: Mediação, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREITAS, Marcos Cezar (Org.) História social da infância no Brasil . São Paulo: Cortez, 1997. GARCIA, Regina Leite (Org.). Revisitando a pré-escola . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. OSSETTI-FERREIRA, M.C.; et al. (Org.) Os fazeres na educação infantil . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. OLIVEIRA, Zilma Ramos de. A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para discutir a educação infantil . São Paulo: Cortez, 2000. _____. Educação infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2002. ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1650	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: EDUCAÇÃO INFANTIL	4	60
EMENTA			
Prática orientada sobre a organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar na Educação Infantil. Vivência nas instituições de ensino da Educação Infantil na rede pública municipal. Identificação dos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino-aprendizagem e da avaliação na Educação Infantil.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo dimensões teóricas e práticas, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação na Educação Infantil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARRIBAS, Tereza Lleixà. Educação infantil : desenvolvimento, currículo e organização escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004. BARBOSA, M. C. Projetos pedagógicos na educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 2008. CANDAU, Vera Maria. Reinventar a escola . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAU, Vera Maria. (Org.). Didática, currículo e saberes escolares . 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. Desenvolvimento e aprendizagem . Belo Horizonte: UFMG, 2002. CORSINO, P. (Org.). Educação infantil : cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. Educação infantil : pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. OLIVEIRA, Zilma. Educação Infantil : fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2000. _____. A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para discutir a educação infantil . São Paulo: Cortez, 2000. PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1651	DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	3	45
EMENTA			
Diferentes concepções de infância e as principais contribuições teóricas. Perspectivas teórico-metodológicas e suas implicações no aprendizado: diferentes abordagens, conteúdos e modos de conceber a elaboração conceitual na infância. A avaliação na Educação Infantil. Implicações sobre as modalidades de atendimento às crianças de 0 a 6 anos: as relações entre o cuidar e o educar. Contribuições teóricas atuais sobre o desenvolvimento infantil (perspectiva sociointeracionista) e suas implicações sobre a organização do tempo e do espaço na Educação Infantil.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo dimensões teóricas e práticas, de modo a propiciar conhecimentos sobre o caráter teórico e prático da Didática na Educação Infantil a partir da realidade escolar e da organização do currículo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Projetos Pedagógicos na educação Infantil . Artmed: Porto Alegre, 2008. CRAIDY, Carmem, KAERCHER, Gládis E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2002. ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil . Porto Alegre, Artmed, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família . 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola . Porto Alegre, Artes Médicas, 1989. FELTRAN, Antônio. et al. Técnicas de ensino: Por que não? 12 ed. São Paulo: Papirus, 2001. FUSARI, José Carlos. O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas . São Paulo: FDE, 1998. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Contexto, 2006. LUCKESI, Carlos Cipriano. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições . São Paulo: Cortez, 2011. SILVA, Aida Maria Monteiro (Org.). Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH990	EDUCAÇÃO INFANTIL II	4	60
EMENTA			
Compreender e analisar criticamente como se organiza a prática pedagógica na instituição de Educação Infantil, contextualizando as observações do estágio à fundamentação teórica da disciplina.			
OBJETIVO			
Estudar as diferentes concepções de criança que marcaram distintas práticas pedagógicas, na Educação Infantil, bem como as particularidades desse nível de ensino, propiciando subsídios para o planejamento de práticas pedagógicas pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e demais documentos oficiais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, Celso. Educação infantil: prioridades imprescindíveis . 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2004. BASSEDAS, Eulália. HUGUET, Teresa. SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil . Porto Alegre, 1999. OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2002. SEBER, Maria da Glória. Psicologia do pré-escolar: uma visão construtivista . São Paulo, Moderna, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABRAMOWICZ, Anete e WAJSKOP, Gisela. Creches: atividades para crianças de zero a seis anos . São Paulo, Editora Moderna, 1995. BONDIOLI, Anna. (Org.). O tempo no cotidiano infantil: Perspectivas de Pesquisa e Estudo de Casos . São Paulo: Cortez, 2004. CARVALHO, Ana Maria Almeida; FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti; PEDROSA, Maria Isabel. Aprendendo com a criança de zero a seis anos . São Paulo: Cortez, 2012. OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia; KISH IMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. Pedagogia (s) da Infância: dialogando com o passado: construindo o futuro . Porto Alegre: Artmed, 2007. OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: __. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAU, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH991	EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	30
EMENTA			
A produção social da normalidade e da anormalidade. O direito à Educação das pessoas portadoras de necessidades especiais. A política educacional e a formação docente na perspectiva da formação humana. As principais dificuldades de aprendizagem. As possibilidades de recursos teóricos e didático-metodológicos para a prática inclusiva na rede regular de ensino na Educação Básica.			
OBJETIVO			
Compreender o processo histórico da educação de pessoas portadoras de necessidades especiais, analisando experiências de integração desses alunos no sistema regular de ensino.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAPTISTA, Cláudio Roberto. (Org.). Inclusão e escolarização : múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola : de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005. PACHECO, José. Caminhos para a inclusão : um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. 6 ed.. São Paulo: Cortez, 2011. ROS, Silvia Zanatta da. Pedagogia e mediação em Reuven Feuerstein : O processo de mudança em adultos com história de deficiência. Rio de Janeiro: Plexus, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. Educação inclusiva : atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf >. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Acesso em 20/02/2018. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação : Transtorno de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v. DINIZ, Margareth. Inclusão de Pessoas com Deficiência e ou Necessidades Específicas : Avanços e Desafios. São Paulo: Autêntica, 2012. MACHADO, Rosângela. Educação Especial na Escola Inclusiva : Políticas, Paradigmas e Práticas. São Paulo: Cortez, 2009. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar : o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Rosely C. R. de Carvalho. (Org.). Educação especial : do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH797	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	2	30
EMENTA			
Educação Inclusiva: contextualização histórica, fundamentos e concepções. Identificação e caracterização das deficiências. Diferença versus normalidade. Legislação vigente referente ao atendimento educacional inclusivo e as modalidades de atendimentos: suporte e recursos.			
OBJETIVO			
Conhecer os princípios norteadores da Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica, bem como as modalidades de atendimento dispostas pela legislação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Políticas e práticas de educação inclusiva . 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013. LAPLANE, Adriana (Org.). Políticas e práticas de Educação Inclusiva . 2. ed. Campinas: autores associados, 2007. MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2006. RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo: Summus, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). <i>Educar na diversidade: material de formação docente</i> . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 58-73. _____. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2005. _____. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. Brasília: MEC, SEESP, 2004. CAIADO, Kátia. Aluno deficiente visual na escola, lembranças e depoimentos . 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf Acesso em 17/07/2008. SOARES, Maria Aparecida. A educação do surdo no Brasil . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA103	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL II	04	60
EMENTA			
Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resenha, artigo. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos e técnicos. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica e pessoal.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028 : Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023 : Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520 : Informação e documentação – Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009. ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1989. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1321	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO	4	60
EMENTA			
Prática orientada sobre a organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano. Vivência nas instituições de ensino do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, na rede pública municipal. Identificação dos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino-aprendizagem e da avaliação do 1º ao 5º ano no Ensino Fundamental.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo dimensões teóricas e práticas, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, C. da F. Estrutura e funcionamento do ensino . São Paulo: Avercamp, 2009.			
CURY, Carlos R. Jamil. Legislação educacional brasileira . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.			
FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.			
HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação . Porto Alegre: Mediação, 1998.			
XAVIER, Maria Luisa M.; ZEN, Maria Isabel H. Dalla (Org.). Planejamento em destaque: análises menos convencionais . Porto Alegre: Mediação, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FONTANA, Roseli A. C.. A mediação pedagógica na sala de aula . Campinas: Autores Associados, 1996.			
FREITAS, M.T. A. Vygotsky e Bakhtin: psicologia e Educação; um intertexto . São Paulo: Ática/EDUUFJF, 2002.			
LIBÂNEO, José C., OLIVEIRA, João F., TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez, 2003.			
PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2008.			
SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula . 10 ed. São Paulo: Libertad, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA I	2	30
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX211	MATEMÁTICA A	02	30
EMENTA			
Operações com números reais. Equação do 1º grau. Grandezas proporcionais. Juro simples. Tabelas e gráficos. Noções de geometria. Resolução de problemas matemáticos do cotidiano.			
OBJETIVO			
Utilizar conceitos e procedimentos em situações-problema para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções; sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza, coerência e coesão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 9 v. _____. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Espacial . 6. ed. São Paulo: Atual, 2005. 10 v. IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Matemática Comercial . São Paulo: Atual, 2004. 11 v. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos, Funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. 1 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARBOSA, J. L. M. Geometria Euclidiana Plana . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática). CARVALHO, P. C. P. Introdução à geometria espacial . Rio de Janeiro: SBM, 1993. (Coleção do Professor de Matemática). LIMA, E. L. Medida e forma em geometria . Rio de Janeiro: SBM, 2009. (Coleção do Professor de Matemática). LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio . 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2000. 2 v. (Coleção do Professor de Matemática). _____. A matemática do Ensino Médio . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 1999. 1 v. (Coleção do Professor de Matemática).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1211	POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL	4	60
EMENTA			
Estrutura, funcionamento e políticas de financiamento da educação básica. As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação. As políticas educacionais na atualidade expressas nas reformas educacionais, na legislação de ensino e nos projetos educacionais. Sistemas de avaliação nacional. Estudos e Pesquisas em política e financiamento da educação básica no Brasil.			
OBJETIVO			
Compreender a legislação e a estrutura educacional da educação básica no Brasil.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
CURY, Carlos R. Jamil. Legislação educacional brasileira . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil : dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
DOURADO Luiz F.; PARO, V. H (Orgs.). Políticas públicas e educação básica . São Paulo: Xamã, 2001.			
SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil : o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 6.ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008.			
VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil : Introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.			
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
BOSCHETTI, Ivanete et. al. (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos . São Paulo: Cortez, 2010.			
DREWS, Sonia Beatriz Teles. As políticas públicas de educação escolar no Brasil . Ijuí RS: UNIJUÍ, 1997.			
LIBÂNEO, José C., OLIVEIRA, João F., TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.			
NEVES, Lucia Wanderlei (org.). Educação e política no limiar do século XXI . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.			
PEREZ, M. C. A.; BORGHI, R. F. Educação : políticas e práticas. São Carlos: Suprema, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA214	LINGUAGEM E ALFABETIZAÇÃO	4	60
EMENTA			
Bases filosófico-epistemológicas e teórico-metodológicas para compreensão da alfabetização, considerando: (i) a relação entre linguagem, cultura e sujeito; (ii) os gêneros do discurso como (mega) instrumentos instituidores de relações mediadas pela linguagem; (iii) a abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro; (iv) a relação entre letramento e alfabetização; (v) o Sistema de Escrita Alfabética e as relações fonêmico-grafêmicas implicadas na <i>leitura</i> e grafêmico-fonêmicas implicadas na <i>escrita</i> ; (vi) a variação linguística no processo de apropriação da escrita; (vii) as alternativas metodológicas.			
OBJETIVO			
Compreender, do ponto de vista filosófico-epistemológico e teórico-metodológico, a integração entre os usos sociais da escrita e o Sistema de Escrita Alfabética. Compreender a ação docente/pedagógica no ensino da modalidade escrita da língua.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita . São Paulo: UNESP, 2002. CITELLI, Adilson. (Coord.). Aprender e ensinar com textos não escolares . 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Aprender e ensinar com textos, v.3). FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. A Psicogênese da língua escrita . Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros . Belo Horizonte: Autêntica, 2003. TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização . São Paulo: Cortez, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar . Rio de Janeiro: Vozes, 2010. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . São Paulo: Cortez, 2005. GONÇALVES, A. V.; PINHEIRO, A. S. Nas trilhas do letramento: entre teoria, prática e formação docente . Campinas: Mercado de Letras, 2011. KLEIMAN, Ângela. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita . Campinas: Mercado de Letras, 1995. KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização: quem tem medo de ensinar . São Paulo: Cortez, 2012. MORTATTI, Maria Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização: (São Paulo / 1876-1994) . São Paulo: EdUNESP, 2000. VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 1989.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA II	2	30
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1661	CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3	45
EMENTA			
Determinações histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Perspectivas construtivista, pós-construtivista e sociointeracionista do currículo escolar e suas implicações para o processo de desenvolvimento curricular. Currículo disciplinar e possibilidades de superação da disciplina. Debates contemporâneos no campo do currículo e da avaliação. O currículo no cotidiano da escola pública. A função ideológica da escola e dos processos de avaliação.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão articulando os aspectos teóricos e práticos da construção do currículo, do planejamento e da avaliação na educação básica, relacionando a esfera conceitual com a legislação e a realidade das escolas públicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação . Porto Alegre: Mediação, 1998.			
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas . 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.			
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			
VASCONCELOS, Celso dos S. Currículo: A atividade humana como princípio educativo . 3. ed. São Paulo: Libertad, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres . 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
_____. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola . In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas . 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.			
APPLE, M. W. et al. Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos . Porto Alegre: Artmed, 2008.			
DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa . 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.			
GOODSON, Ivor F. Currículo: Teoria e história . 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.			
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática da construção da pré-escola à universidade . 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.			
MORAES, Silvia E. (Org.). Currículo e formação docente: um Diálogo Interdisciplinar . São Paulo: Mercado de Letras, 2008.			
MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). Currículo: questões atuais . Campinas, SP: Papirus, 2015.			
MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
VASCONCELLOS, Celso dos S. Currículo: a atividade humana como princípio educativo . 3. ed. São Paulo: Libertad, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA210	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	4	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a Língua brasileira de sinais (Libras) afim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais . Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.			
FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos . Curitiba: Editora Ibepe, 2ª edição, 2011			
QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos – A aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997			
_____. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
LABORIT, Emmauelle. O vôo da gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994.			
LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. (orgs). Letramento e minorias . 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.			
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000.			
_____. Língua de sinais e educação do surdo . São Paulo: TEC ART, 1993. (Série neuropsicológica, v. 3).			
PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1: iniciantes . 5. ed. revista e atualizada pela nova ortografia. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2013. (Livro mais DVD).			
SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1322	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: MAGISTÉRIO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO MÉDIO	3	45
EMENTA			
Prática orientada sobre a organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar no Ensino Médio. Vivência nas instituições de ensino do Ensino Médio, na rede pública de ensino. Identificação dos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino-aprendizagem e da avaliação no Ensino Médio.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação no Ensino Médio.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOMENY, Helena. Os intelectuais da educação . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. CAMBI, Franco. História da pedagogia . São Paulo: UNESP, 2001. DUARTE, Newton (Org.). Sobre o construtivismo : contribuições para uma análise crítica. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2010. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico : do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola . São Paulo: Loyola, 2003. BORDENAVE, Juan Días. PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem . Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido . 50 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. HENGEMÜHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas . 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. _____. Didática . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico . 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1323	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3	45
EMENTA			
Prática orientada sobre a organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Vivência nas instituições de ensino da Educação de Jovens e Adultos, na rede pública de ensino. Identificação dos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino-aprendizagem e da avaliação na EJA.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação na Educação de Jovens e Adultos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. GADOTTI, Moacir e ROMAO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos teorias práticas e propostas . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001. PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. PINTO, Álvaro Vieira. 7 lições sobre educação de adultos . 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010. RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras . Campinas: Mercado de Letras, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . São Paulo: Cortez, 2005. PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola . São Paulo: Cortez, 2017. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo: Cortez, 2012. PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2003 PISTRAK, M. M. Fundamentos da escola do trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2000. RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações . 11. ed. São Paulo: Cortez, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA III	2	30
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA IV	2	30
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1004	SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	15
EMENTA			
Epistemologia da Educação Ambiental. A educação escolar na relação entre sociedade e natureza. Educação Ambiental escolar e não-escolar. Gestão ambiental e processos pedagógicos escolares e não-escolares. Educação básica na organização, orientação e elaboração projetos em Educação Ambiental na Educação Básica.			
OBJETIVO			
Desenvolver fundamentos teórico-metodológicos para a formação do acadêmico frente às questões atuais da problemática ambiental relacionada aos aspectos didáticos da organização do trabalho pedagógico da Educação Básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AHMED, Flávio. Curso de direito ambiental . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro . 23. ed. São Paulo: Malheiros. 2015. TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental . Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico . São Paulo: Cortez, 2004. CARVALHO, Isabel. SATO, Michèle. Educação Ambiental: pesquisas e desafios . Porto Alegre: Artmed: 2005. DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico . São Paulo: Max Limonad, 2002. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . São Paulo: Atlas. 2007. SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável . Trad. José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2002. TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH981	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	60
EMENTA			
Fundamentos sociológicos da Educação. Abordagem da educação como prática fundamental da existência histórico-cultural dos homens. O pensamento sociológico contemporâneo e a educação. Educação escolar e estrutura sócio-político-econômico-cultural da sociedade brasileira. Educação escolar, resistência e transformação social.			
OBJETIVO			
Compreender as principais correntes da sociologia e sua influência no entendimento da função da educação e da escola nos diversos modos de produção.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre; CATANI, Afrânio Mendes (Org). Escritos de educação . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: volume 4: Temas de cultura . Ação católica. Americanismo e fordismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. SNYDERS, Georges. Escola classe e luta de classes . São Paulo: Centauro, 2005. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAUDELOT, Christian Baudelot. Sociologia da educação para quê? Teoria & Educação, n. 3, 1991. CARVALHO, Marília Pinto de. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais . São Paulo: Xamã, 1999. FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012 GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. RODRIGUES, Alberto T. Sociologia da educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH984	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	60
EMENTA			
A educação matemática na educação infantil e anos iniciais: tendências, pressupostos teóricos-metodológicos. Aspectos teóricos e práticos da organização curricular do ensino de matemática na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a partir da realidade da escola. Processo ensino e aprendizagem de Matemática na educação infantil, anos iniciais e na alfabetização de jovens e adultos (EJA). Matemática e língua materna: análise das inter-relações. Conteúdos básicos da Matemática para a Educação Infantil, anos iniciais e na alfabetização de jovens e adultos: Número, Geometria e Medidas. Jogos matemáticos.			
OBJETIVO			
Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Matemática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARANÃO, Ivana Valeria Denofrio. A matemática através de brincadeiras e jogos . 7. ed. Campinas: Papirus, 2011. CARVALHO, Dione L. Metodologia do ensino da matemática . São Paulo: Cortez, 1990. D' AMBRÓSIO, Ubiratã. Educação matemática: da teoria a prática . Campinas: Papirus, 1996. FRAGA, Maria Lúcia. A matemática na escola primária: uma observação do cotidiano . São Paulo: EPU, 1988. WAGNER, Eduardo. Construções geométricas . Rio de Janeiro: SBM, 2001. VERGNAUD, Gérard. A criança, a matemática e a realidade . Curitiba: Editora da UFPR, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARAÇA, Bento de Jesus. Conceitos fundamentais da matemática . Lisboa: Sá da Costa, 1984. CARVALHO, Sergio; CAMPOS, Weber. Estatística básica simplificada : 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador., BA: JusPodivm, 2016. CENPEC. Oficinas de matemática e de leituras e escrita . São Paulo: Plexus, 1995. CHEVALLARD, Yves. Estudar matemáticas: o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2001. DAVIS, Philip; HERSCH, Reuben. A experiência matemática . Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed. 1989. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade e novas tecnologias: formando professores . Campo Grande: UFMS, 1999. SANTOS, Vinício de Macedo. Ensino de matemática na escola de nove anos: dúvidas, dúvidas e desafios . São Paulo: Cengage Learning, 2015.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA215	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	60
EMENTA			
Conceito de arte e cultura. Estética e filosofia da arte. Funções sociais da arte. Aspectos teóricos e práticos do ensino da Arte na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a partir da realidade da escola. Legislação da arte-educação. Formas de apreciação artística. Legitimação de uma obra de arte. Reflexão crítica sobre a relação histórico-social das linguagens artísticas (artes visuais, artes cênicas, dança e música) com a sociedade. Estratégias de pesquisa e construção do saber em arte-educação.			
OBJETIVO			
Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que pintam – a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Educ./Fapesp/Cortez, 2002. COLI, J. O que é arte . São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção primeiros passos) DEWEY, John. Arte como experiência . São Paulo: Martins Fontes, 2010. FUSARI, Maria F. Rezende; FERRAZ, Maria Heloisa F. Arte na educação escolar . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte . Porto Alegre: Artmed, 2003. PILLAR, Analice. Desenho e escrita como sistema de representação . 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARBOSA, Ana Mae (Org.) Arte-educação contemporânea: consonâncias internacionais . São Paulo: Cortez, 2005. _____. Arte-educação no Brasil . São Paulo: Perspectiva, 1978. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte . Brasília, 1997. FISCHER, E. A necessidade da arte . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. _____. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil . Brasília, 1998. 3v. HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, Cores, Sons e Aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2004. KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias . São Paulo: Pioneira, 1998. PILLAR, Analice Dutra. Fazendo artes na alfabetização . Porto Alegre: Kwarup, 1993.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA216	FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	60
EMENTA			
Tendências, bases legais e objetivos do ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Aspectos teóricos e práticos do ensino da Língua Portuguesa na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a partir da realidade da escola. Fundamentação teórica e metodológica para o ensino da Língua Portuguesa nas modalidades oral e escrita a partir da diversidade de gêneros e de tipologias textuais: concepções de língua, de texto, de leitura, de produção de texto, de gramática e de prática de ensino. Possibilidades de intervenção na escrita infantil. Avaliação e acompanhamento do processo de alfabetização. Análise de livros didáticos.			
OBJETIVO			
Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino de Língua Portuguesa na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos,			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação . São Paulo: Parábola Editorial, 2003 CITELLI, Adilson. (Coord.). Aprender e ensinar com textos não escolares . 6. ed. São Paulo. Cortez, 1999. (Aprender e ensinar com textos, v.3). GERALDI, João W. Portos de Passagem . 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. MASSINI-CAGLIARI, G. O texto na alfabetização: coesão e coerência . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRITTO, Luiz P. L. A Sombra do Caos . Campinas: Mercado das Letras, 2002. CAMARGO, Luiz. Ilustração do livro infantil . Belo Horizonte: Lê, 1995. MICHELETTI, Guaraciaba. Leitura e construção do real: o lugar da poesia e da ficção . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Aprender e ensinar com textos, v.4). MICHELETTI, Guaraciaba; BRANDÃO, Helena. Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos . 6. ed. São Paulo. Cortez, 2011. (Aprender e ensinar com textos, v. 2). MORAIS, Artur Gomes. Ortografia: ensinar e aprender . São Paulo: Ática, 2008. POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática . 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1214	ESTÁGIO CURRICULAR I	5	75
EMENTA			
Observação e análise dos processos pedagógicos na escola. A docência e a organização do trabalho pedagógico na escola. Organização e funcionamento dos processos de gestão educacional e de coordenação pedagógica. Aspectos da Gestão democrática. PPP e regimento escolar. Formação continuada e produção de conhecimento na escola. A relação escola e comunidade.			
OBJETIVO			
Compreender a organização e o funcionamento da escola. Caracterizar as principais instâncias de organização e representação coletiva na escola. Problematicar a organização pedagógica na escola e as implicações e possibilidades de constituição de uma escola pública democrática e participativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. – 4a ed. – Campinas: Autores Associados, 2007. FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001. OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7a. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDONO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica. – Campinas; SP: Autores Associados, UEPG, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Educação Escolar: que prática é essa? – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. VASCONCELOS, Celso dos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico: Elementos metodológicos para elaboração e realização. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 24. ed. Campinas: Papirus, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH993	FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DO ENSINO DA HISTÓRIA NA ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	60
EMENTA			
Conceituação de História e perspectivas historiográficas contemporâneas. Diversidade de fontes históricas e suas possibilidades de abordagem no ensino de história na Educação Infantil e Anos Iniciais. O ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: tendências e pressupostos teórico-metodológicos. Os conceitos de espaço e tempo nas relações sociais. Planejamento e realização de atividades didático-pedagógicas de conteúdos programáticos do ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais.			
OBJETIVO			
Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico em sala de aula . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. FONSECA, Thaís Nívea de Lima. História e ensino de história . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. ZAMBONI, E. (Org.). O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DIEHL, Astor A. (Org.). O livro didático e o currículo de história em transição . Passo Fundo: EDIUPF, 1999. GUIMARÃES, Selva. Caminhos da história ensinada . 10. ed. Campinas: Papirus, 2009. KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2003. MORIN, Edgar. Educar na Era Planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana . São Paulo: Cortez, 2004. NIKITIUK, Sônia. (Org.). Repensando o ensino de história . São Paulo: Cortez, 2001. THOMPSON, E. P. Costumes em comum . 2. ed. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH995	FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	60
EMENTA			
História do Ensino de Ciências e tendências atuais. Fundamentação teórica e prática do ensino de Ciências na Educação Infantil e Anos Iniciais. Teorias do desenvolvimento e aprendizagem de Ciências. Alfabetização científica. Métodos de abstração do ensino de ciências para a educação infantil e nos anos iniciais. Aplicação de conceitos de ciências no cotidiano. Planejamento de atividades práticas e lúdicas na relação ensino e aprendizagem em Ciências. Ciência, Tecnologia e Sociedade.			
OBJETIVO			
Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino de Ciências na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. A didática das ciências . 12 ed. São Paulo: Papirus, 2008. CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D.; CARVALHO, A.M.P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. (Org.). A necessária renovação do ensino das ciências . São Paulo: Cortez, 2005. CASTRO, Maria E.; AGUIA JÚNIOR, Orlando G. de A. Aprender ciência: um mundo de materiais . 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004. DELIZOICÓV, D.; ANGOTTI, J.A; PERNAMBUCO, M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência – Introdução ao jogo e suas regras. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. AUTH, M. A.; MELLER, C. B. (Org.). Situação de estudo: ser humano e ambiente: percepção e interação . Ijuí: Editora Unijuí, 2005. BIZZO, Nelio. Ciências: fácil ou difícil . 2. ed. São Paulo: Ática, 2010. CHASSOT, Attico.; BIZZO, Nélio. Ensino de ciências: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2013. LUNGARZO, Carlos. Conhecimento científico e senso comum. In: LUNGARZO, C. O que é Ciência . São Paulo: Brasiliense, 1997. 89p. (Coleção Primeiros Passos). SANTOS, César Sátrio dos. Ensino de ciências: abordagem histórico-crítica . São Paulo: Campinas, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1002	FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	60
EMENTA			
Estudo das diferentes concepções, propostas curriculares, alternativas metodológicas dos jogos e brincadeiras no processo ensino-aprendizagem, incluindo atividades práticas em que esses possibilitem vivenciar o corpo em todos os seus movimentos (dimensões).			
OBJETIVO			
Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTELANNI FILHO, Lino et al. Metodologia do ensino de educação física . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012. KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). O Brincar e suas Teorias . São Paulo: Cengage Learning, 1998. _____. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência . 4. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Palas Athena, 2013. DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JR., Osmar Moreira. Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola . 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2017. FRIEDMANN, Adriana. A arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais . 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura . 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Coleção estudos; 4) KISHIMOTO, Tizuko M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação . 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. MEIRELLES, Renata. Giramundo e outros brinquedos e brincadeiras dos meninos do Brasil . São Paulo: Terceiro Nome, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH985	FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DO ENSINO DA GEOGRAFIA NA ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	4	60
EMENTA			
Contextualização histórica do pensamento geográfico. A geografia na educação infantil e anos iniciais: tendências e pressupostos teórico-metodológicos. Processo ensino-aprendizagem de geografia na educação infantil, anos iniciais e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Planejamento, métodos e técnicas de ensino em geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. A construção e o sentido de espaço na/da criança. Os conceitos de espaço, paisagem, lugar, território e região e suas possibilidades metodológicas.			
OBJETIVO			
Proporcionar a compreensão teórica e prática dos conteúdos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, sua distribuição, relevância e aplicação do ensino da Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, culminando no desenvolvimento de materiais didáticos pedagógicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, Rosângela. Doin de; PASSINI, Elsa. Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação . 16. ed. São Paulo: Contexto, 2010. (Repensando o ensino). CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al. (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010. CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COSTELLA, Roselane Z.; SCHAFFER, Neiva O. A geografia em projetos curriculares: ler o lugar e compreender o mundo . Erechim, RS: Edelbra, 2012. PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PIAGET, Jean.; INHELDER, Bärbel. A representação do espaço na criança . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção . 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. SPOSITO, Eliseu S. Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: UNESP, 2004. STEFANELLO, Ana Clarissa. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia . Curitiba: Inter Saberes. 2012. (Metodologia do ensino de história e geografia).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papirus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense . Chapecó: Grifos, 1997.			



- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
- SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA V	2	30
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1653	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5	75
EMENTA			
Práticas de docência na EJA, incluindo a alfabetização de adultos. Práxis pedagógica referente aos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, do ensino-aprendizagem e da avaliação na EJA. Planos de ensino e de aula no âmbito do PPP da escola. Integração praxica da Universidade com os sistemas municipais de ensino.			
OBJETIVO			
Desenvolver a apreensão, a análise e a prática das formas de organização do ensinar e do aprender na EJA, incluindo a alfabetização de adultos, confrontando os fundamentos teóricos com a realidade escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GADOTTI, Moacir e ROMAO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teorias práticas e propostas. São Paulo: Cortez, 1995. PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973. PINTO, Alvaro Vieira. 7 lições sobre educação de adultos. São Paulo: Cortez, 2000. RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina. (Org.). Educação de jovens e adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2002. PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2008. PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1005	EDUCAÇÃO E TRABALHO	4	60
EMENTA			
O trabalho como princípio educativo. O trabalho em geral e o trabalho socialmente determinado. As relações e os processos de trabalho no capitalismo e sua relação com a educação. As classes sociais e a educação escolar. A prática social, a prática política e a prática produtiva como fundamento da educação em geral e da educação escolar.			
OBJETIVO			
Desenvolver a compreensão teórica do princípio educativo do trabalho, das contradições sociais na esfera política e econômica, das classes sociais, e na esfera educacional; a compreensão dos determinantes sociais da educação em geral e da educação escolar na sociedade de classes em geral e na sociedade brasileira em particular.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere : volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011. 334 p. KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica : as relações de produção e a educação do trabalhador. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2010. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
JESUS, A. T. de. O pensamento e a prática escolar de Gramsci . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. MANACORDA, Mário Alighiero. O princípio educativo em Gramsci : americanismo e conformismo. 2 ed. rev. Campinas, SP: Alínea, 2013. MARX, Karl. O capital : crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã : crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx e Engels). MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico : o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho) SANTOMÉ, J. T. A Educação em tempos de neoliberalismo . Porto Alegre: Artmed, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1006	CURRÍCULO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	4	60
EMENTA			
Concepções teóricas do currículo. História do currículo no Brasil. As contradições do currículo: currículo e sociedade de classes; currículo e trabalho; e, currículo e cultura. Currículo: a práxis pedagógica e a função social da escola pública.			
OBJETIVO			
Compreender os fundamentos teórico-metodológicos direcionados para a concepção, desenvolvimento, análise, constituição e aplicação do currículo na escola básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDAU, Vera Maria. (Org.). Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade . São Paulo: Cortez, 2002.			
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações . Campinas, SP: Autores Associados, 2003.			
VASCONCELOS, Celso dos Santos. Currículo: a atividade humana como princípio educativo . São Paulo: Libertad, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação . São Paulo: Moraes, 1980.			
JANSSEN, Felipe da Silva; HOFFMAN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo . Porto Alegre: Mediação, 2001.			
MORAES, Maria Célia Marcondes de. Iluminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.			
SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . Campinas, SP: Autores Associados, 2008.			
_____. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas, SP: Autores e Associados, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1007	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	6	90
EMENTA			
Práticas de docência na Educação Infantil. Práxis pedagógica referente aos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, do ensino-aprendizagem e da avaliação na Educação Infantil. Planos de ensino e de aula no âmbito do PPP da escola. Integração prática da Universidade com os sistemas municipais de ensino.			
OBJETIVO			
Desenvolver a apreensão e a análise das formas de organização do ensinar e do aprender na Educação Infantil, confrontando os fundamentos teóricos com a realidade da escola.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANGOTTI, Maristela (Org.). Educação infantil : para que, para quem e por quê? Campinas, SP: Alínea, 2010. CORSINO, Patrícia (Org.). Educação infantil : cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, Cores, Sons e Aromas : a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004. OSTETTO, Luciana E. Encontros e encantamentos na educação infantil . São Paulo: Papirus, 2000. OLIVEIRA, Z. de M. R. de. (Org.) O trabalho do professor na Educação Infantil . São Paulo: Cortez, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. Desenvolvimento e aprendizagem . Belo Horizonte: UFMG, 2002. CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática . Campinas, SP: Papirus, 1996. OLIVEIRA, Zilma. Educação infantil : fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011. _____. A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para discutir a educação infantil . São Paulo: Cortez, 2000. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2006. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, M. S. L. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2010. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1011	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	3	45
EMENTA			
Análise histórica da pesquisa e a construção do conhecimento científico em educação. Tendências metodológicas para a pesquisa em educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A revisão bibliográfica e a construção do problema de pesquisa.			
OBJETIVO			
Proporcionar as condições necessárias para o planejamento e execução dos projetos de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Aprimorar a capacidade de coletar, processar e analisar dados de forma crítica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. FAZENDA, Ivani (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2016. 160 p. _____. (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional . 7. ed. aum. São Paulo, SP: Cortez, 2011. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos . Porto, Portugal: Porto, 2010. D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006. FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . São Paulo: Atlas, 2009. WELLER, W.; PFAFF, N. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1669	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E PROFISSIONAL	3	45
EMENTA			
Educação, qualificação e mercado de trabalho. A caracterização do trabalho pedagógico do ensino e da aprendizagem em espaços não escolares. Compreensão teórica e vivência prática em espaços de educação profissional e educação não formal. A caracterização dos docentes, dos alunos, dos conteúdos e das metodologias de ensino em espaços não escolares. Identificação dos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino-aprendizagem e da avaliação no Ensino profissional e educação não formal. O diálogo da educação não formal com a organização do trabalho pedagógico escolar.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, da gestão, do ensino, da aprendizagem e da avaliação no Ensino profissional e na educação não formal.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTANHO, M. E. L. M.; CASTANHO, S. (Org.). O que há de novo na educação superior : do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas, SP: Papirus, 2000. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . São Paulo: Cortez, 2005. PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico : como construir o projeto político-pedagógico da escola. Cortez: São Paulo, 2002. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). Dimensões do projeto político-pedagógico : novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal . São Paulo: Summus, 2008. GADOTTI, Moacir. A educação formal, não-formal e a informal . São Paulo: Fontes, Martins Fontes, 2005. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998. _____. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão educacional : novos olhares, novas abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico : como construir o projeto político-pedagógico da escola. Cortez: São Paulo, 2002. STRECK, Danilo R. et al. (Org.) Educação popular e docência . São Paulo: Cortez, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA VI	2	30
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1003	AVALIAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	4	60
EMENTA			
Concepção teórica da avaliação da educação, da instituição de ensino e do ensino-aprendizagem. Avaliação diagnóstica, processual e final nos processos de aprendizagem. Fundamentos teóricos-metodológicos direcionados para conceber, desenvolver, analisar e aplicar instrumentos de avaliação institucional, educacional e do ensino-aprendizagem.			
OBJETIVO			
Compreender os fundamentos teórico-metodológicos direcionados para a concepção, desenvolvimento, análise e aplicação de instrumentos de avaliação institucional, educacional e do ensino-aprendizagem.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora : uma prática da construção da pré-escola à universidade. 33.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. ANASSEN, Felipe da Silva; HOFFMAN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo . Porto Alegre: Mediação, 2001. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar : estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. _____. Avaliação da aprendizagem : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa . 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. DEPRESBITERIS, LÉA. O desafio da avaliação da aprendizagem dos fundamentos e uma proposta inovadora . São Paulo: EPU, 1989. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2014. _____. Pontos e contrapontos : do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998. SOBRINHO, José Dias. Avaliação : políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS238	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998.			
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.			
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.			
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.			
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.			
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.			
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.			
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.			
SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992.			
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.			
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.			
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.			
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.			
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.			
IANNI, O. Estado e capitalismo . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.			



LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1009	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO	6	90
EMENTA			
Práticas de docência na Educação Infantil. Práxis pedagógica referente aos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, do ensino-aprendizagem e da avaliação do 1º ao 5º ano no Ensino Fundamental. Planos de ensino e de aula no âmbito do PPP da escola. Integração praxica da Universidade com os sistemas municipais de ensino.			
OBJETIVO			
Desenvolver a apreensão e a análise das formas de organização do ensinar e do aprender no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, confrontando os fundamentos teóricos com a realidade da escola.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski . Campinas, SP: Autores Associados, 2007. FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas, SP: Papirus, 2014. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012. _____. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2008. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAUI, Vera Maria. (Org.). Linguagem, espaços e tempos no ensinar e aprender . Rio de Janeiro: DP&A, 2001. CASTRO, Amélia Domingues CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar . São Paulo: Thomson, 2002. FONTANA, Roseli Aparecida Cação. A mediação pedagógica na sala de aula . Campinas, SP: Autores Associados, 1996. FREITAS, Maria Tereza de Assunção. Vygotsky e Bakhtin: psicologia e Educação; um intertexto . São Paulo: Ática/EDUUFJF, 1994. FREITAS, L. C. de. Crítica de organização do trabalho pedagógico e da didática . Campinas, SP: Papirus, 2005 GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal . São Paulo: Cortez, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1013	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA	2	30
EMENTA			
As matrizes africanas e indígenas da cultura brasileira. O conceito de Afro-Brasileiro e indígena. Trabalho, cultura e resistência negra e indígena no Brasil. Cultura africana, sincretismo e miscigenação. Políticas de Ação Afirmativa e Legislação específica. Valorização e resgate da história e cultura afro-brasileira e indígena: desconstruindo estereótipos. Análise e produção de material didático.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para compreender a caracterização das matrizes africanas e indígenas na cultura brasileira, relacionando-as com a organização do trabalho pedagógico escolar a partir de análises e estudos de aspectos teórico-práticos sobre a realidade da educação básica na escola pública.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERGAMASCHI, Maria Aparecida et al. (Org). Povos indígenas e educação . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.			
GADOTTI, Moacir. Diversidade cultural e educação para todos . Rio de Janeiro: Graal, 1992.			
MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2008.			
SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T.T. (Org.). Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação . Petrópolis: Vozes, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade . São Paulo: Unesp, 2003.			
CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.			
GENNARI, Emílio. Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil . São Paulo: Expressão Popular, 2008.			
HEYWOOD, Linda M. Diáspora negra no Brasil . São Paulo: Contexto, 2008.			
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.			
MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico . São Paulo: Cortez, 1997.			
SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luiz Donisete (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus . 4. ed. São Paulo: Global. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1015	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2	30
EMENTA			
Elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Normatização e formatação de trabalhos acadêmicos (ABNT).			
OBJETIVO			
Aperfeiçoar métodos de coleta e análise de dados nas pesquisas relacionadas com a pré-escola, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
WELLER, W.; PFAFF, N. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática . Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.			
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 1986.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BEAUD, M. Arte da tese: como elaborar trabalhos de pós-graduação, mestrado e doutorado . Rio de Janeiro, RJ: BestBolso, 2014.			
GRESSLER, Lori. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios . São Paulo: Loyola, 2003.			
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber . Porto alegre: Artes Médicas do Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999.			
LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de Pesquisa: uma introdução . São Paulo: EDUC, 1996.			
MEKSENAS, Paulo. Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e práticas . São Paulo: Loyola, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1652	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO/DOCÊNCIA PARA O MAGISTÉRIO	5	75
EMENTA			
Caracterização das formas de ensinar e aprender nas disciplinas pedagógicas, no curso de Magistério do Ensino Médio. Práticas educativas no desenvolvimento do currículo no curso de Magistério do Ensino Médio. Espaços e tempos pedagógicos escolares: planejamento; gestão; currículo; ensino; aprendizagem; avaliação no curso de Magistério do Ensino Médio. Integração praxica da Universidade com a Educação Básica.			
OBJETIVO			
Desenvolver a apreensão, a análise e a prática das formas de organização do ensinar e do aprender no curso de Magistério do Ensino Médio, confrontando os fundamentos teóricos com a realidade escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, Amélia. Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Org.). Ensinar a ensinar : didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira, 2001. MOYSÉS, Lúcia Maria. O desafio de saber ensinar . 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. ZABALA, Antoni. A prática educativa : como ensinar. Artmed: Porto Alegre, 1998. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Aula : gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas, SP: Papirus, 2016. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico : do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola . São Paulo: Loyola, 2003. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva : uma (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. HENGEMÜHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2012. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão educacional : novos olhares, novas abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2012. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Lições de didática . Campinas: Papirus, 2016.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1668	SEMINÁRIOS: SOCIALIZAÇÃO DE TCC	05	75
EMENTA			
Princípios básicos da pesquisa: fundamentos teórico-metodológicos da investigação e de exposição. Natureza e forma do trabalho de conclusão curso como uma produção científica de caráter acadêmico; bases filosóficas e científicas da pesquisa; delimitação e recorte de problema investigado; referencial teórico; formulação de hipóteses; definição de objetivos. Descrição dos procedimentos de execução da pesquisa. Técnicas de pesquisa bibliográfica. Redação técnico-científica.			
OBJETIVO			
Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para o desenvolvimento, produção, apresentação e defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso, em Seminários abertos à comunidade em geral, sob orientação acadêmica dos docentes responsáveis pela orientação de cada TCC.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências bibliográficas. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003; SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007; TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZAJER, F. O Método nas ciências naturais e sociais - pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002; BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004; MARGARIDA, A. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2005; PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática/Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. 10. ed. Campinas: Papirus, 2004; RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006; TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.			



Abaixo tem-se representadas as ementas dos componentes curriculares optativos do Curso de Pedagogia – Licenciatura com oferta conforme demanda ao longo do curso.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1016	METODOLOGIA E PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO	2	30
EMENTA			
Panorama da alfabetização no país. História da alfabetização: métodos sintético, analítico e construtivista. Psicogênese da língua escrita. Interações sociais no processo de construção da leitura e da língua escrita e oral. Papel do(a) professor(a) alfabetizador(a). O jornal e o lúdico como alternativas pedagógicas para o processo de alfabetização. A escrita dos nomes, rótulo, produção de textos. Ambiente alfabetizador. Critérios de avaliação na alfabetização.			
OBJETIVO			
Conhecer o processo de alfabetização e suas diferentes abordagens, a fim de desenvolver a competência técnica para atuação na área.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e leitura . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013. KRAMER, Sonia. Alfabetização: leitura e escrita . São Paulo: Ática, 2008. ONATÍVIA, Ana Cecília. Alfabetização em três propostas . São Paulo: Ática, 2009. FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita . ed. com. Porto Alegre: Artmed, 1999. 300p. KATO, Mary (Org.). A concepção da escrita pela criança . Campinas, SP: Pontes, 2002. SEABRA, Alessandra G.; CAPOVILLA, Fernando C. Alfabetização: método fônico . 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Memnon, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico: censo escolar 2010 . Brasília, 2010. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o BA-BE-BI-BO-BU . São Paulo: Scipione, 2008. CHARMEUX, Eveline. Aprendendo a ler vencendo o fracasso . São Paulo: Cortez, 2004. FERREIRO, E.. Reflexões sobre alfabetização . 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da Nossa Época). KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização: quem tem medo de ensinar? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. KRAMER, Sonia. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso . São Paulo: Atica, 2001. PAIVA, Aparecida de. Programa 5: alfabetização e leitura literária: a leitura literária no processo de alfabetização: a mediação do professor . Boletim, n. 9, jun. 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1017	PRÁTICAS LÚDICAS	2	30
EMENTA			
Epistemologia do jogo no desenvolvimento da criança. História dos jogos e dos brinquedos na cultura ocidental. O papel da imitação. Gestos e mímicas. Os jogos de faz-de-conta. O papel da imaginação na construção do psiquismo. O jogo e o processo de construção da socialização. O papel do jogo e das brincadeiras na formação/construção do real. A função simbólica e os jogos e brinquedos. Caracterização de atividades lúdicas conforme faixa etária. A mediação do professor nas atividades lúdicas. Construção de recursos didático-pedagógicos para as atividades recreativas, lúdicas e psicomotoras. Resgatar através de pesquisa de campo e/ou teórica brinquedos, rodas cantadas, jogos. Práticas investigativas. Relatório das práticas em pesquisa e vivências lúdicas.			
OBJETIVO			
Analisar o papel da ludicidade na formação humana e no processo educativo escolar básico, considerando sua dimensão histórico-cultural e a importância do jogo e da brincadeira no processo de conhecimento, expressividade e socialização da criança.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARROYO, M.G. O significado da infância . In Simpósio Nacional de Educação Infantil. Brasília MEC, 1994. ALMEIDA, Paulo N. Educação lúdica: jogos pedagógicos: estratégia de ensino-aprendizagem . São Paulo: Loyola, 2014. v.3. BROUGERÉ, Gilles. Jogo e educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. CUNHA, Nylse H. S. Brinquedoteca: um mergulho no brincar . São Paulo: Aquariana, 1994. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil . Ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2017. RIZZI, Leonor; HAYDT, Regina Célia. Atividades lúdicas na educação da criança . São Paulo: Ática, 1987.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABERASTURY, Arminda. A criança e seus jogos . Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. FRIEDMANN, Adriana. Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil . São Paulo: Moderna, 1996. MALUF, Angela Cristina Munhoz. Atividades recreativas: para divertir e ensinar . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. SANTOS, Santa Marli Pires dos (org). Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos . 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil, psicomotricidade: alternativas pedagógicas . Porto Alegre: Edita, V.1, 2, 3, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1028	LITERATURA INFANTIL E A SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA	2	30
EMENTA			
A Literatura na Perspectiva Sócio-Cultural. Literatura e Infância. A fantasia infantil.			
OBJETIVO			
Compreender a importância da literatura infantil no processo de conhecimento, expressividade e socialização da criança.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABROMOVICH, Fanny. Literatura infantil : gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.			
COELHO, Betty. Contar histórias, uma arte sem idade . São Paulo: Ática, 1991.			
LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira : histórias e histórias. São Paulo: Ática, 1985.			
GAGLIARDI, Eliana; AMARAL, Heloisa. Conto de fadas . São Paulo: FTD, 2002. (Trabalhando com os gêneros do discurso: Narrar).			
MEIRELES, Cecília. Problemas da literatura infantil . 4. ed. São Paulo, SP: Global, 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COELHO, Nelly Novaes. A literatura infantil : teoria, análise e didática. São Paulo: Moderna, 2002.			
FERNANDES, Mônica Teresinha Ottoboni Sucar. Fábula . São Paulo: FTD, 2001.			
PAIVA, Aparecida de. Programa 5 : alfabetização e leitura literária: a leitura literária no processo de alfabetização: a mediação do professor. Boletim, n.9, jun. 2005.			
PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança : imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010.			
OLIVEIRA, Ana Arlinda de. O professor como mediador das leituras literárias. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON, Rildo. Literatura : ensino fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção explorando o ensino, v.20).			
LEAL, Telma Ferraz et al. Fascículo 5 : o lúdico na sala de aula: projetos e jogos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pró-Letramento : programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização e Linguagem. Brasília, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX721	ETNOMATEMÁTICA	2	30
EMENTA			
Construção do conceito etnomatemático e seus fundamentos teóricos. A matemática como cultura. A etnomatemática e a formação do educador matemático. Etnomatemática e a sala de aula. Educação Matemática. O desenvolvimento histórico da matemática: visões alternativas. A transmissão do conhecimento matemático. Raízes não europeias do conhecimento matemático: Babilônia, Egito, China, Índia, Maia. Práticas etnomatemáticas de grupos culturalmente distintos.			
OBJETIVO			
Entender o ciclo do conhecimento matemático em distintos ambientes, procurando explicações sobre como tais sistemas foram se estruturando ao longo da história de um indivíduo, de uma comunidade, de uma sociedade, de um povo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática . São Paulo: Ática, 1998. D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade . 5. ed. Minas Gerais: Autêntica, 2015. (Tendências em educação matemática). KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda; OLIVEIRA, Claudio José. Etnomatemática: currículo e formação de professores . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. LIMA, Elon Lages. Medida e forma em geometria . Rio de Janeiro: SBM, 2009. GNER, Eduardo. Construções geométricas . Rio de Janeiro: SBM, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BASSANEZI, R. C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática . São Paulo: Contexto, 2004. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática . 23. ed. Campinas: Papirus, 2016. EVES, Howard. Introdução à história da matemática . Campinas, SP: UNICAMP, 2004. 843p. (Repertórios).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1029	EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	2	30
EMENTA			
Funções Cognitivas. Operações Mentais. Teoria da Modificabilidade Cognitiva e Estrutural. Experiência de aula Mediada. Funções Cognitivas. Critérios de Mediação. Avaliação Dinâmica do Potencial de Aprendizagem. Programa de Enriquecimento Instrumental.			
OBJETIVO			
Aplicar a Experiência de Aprendizagem mediada na práxis pedagógica da Educação Básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DEPRESBITERIS, Lea; SOUZA, Ana Maria Martins de; MACHADO, Osny Telles Marcondes. Mediação como princípio educacional : bases teóricas das abordagens de Reuven Feuerstein. São Paulo: Senac, 2004. MACHADO JUNIOR, Martinho. Experiência de aula mediada: uma proposta de formação para professores no ensino de matemática no processo de educação integral em tempo integral. In: FERREIRA, Priscila Ribeiro; FONSECA, Ana Paula Araujo (Org.). A experiência da UFFS na formação de professores para a educação integral : possibilidades e desafios. Porto Alegre: Evagraf, 2014. ROS, Silvia Zanatta da. Pedagogia e mediação em Reuven Feuerstein : o processo de mudança em adultos com história de deficiência. Rio de Janeiro: Plexus, 2002. VARELA, Aida. Informação e autonomia : a mediação segundo Feuerstein. São Paulo: Senac, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
KOZULIN, Alex; FEUERSTEIN, Rafi; FEUERSTEIN, Reuven. Mediated learning experience paradigm in teacher training . 2001. SASSON, David. Mediación en los procesos de formación : una propuesta desde la teoría de la modificabilidad estructural cognitiva. Revista Internacional Magisterio, Bogotá, v.40, p.1-8, set. 2009. BEYER, H. O. O fazer psicopedagógico : a abordagem de Reuven Feuerstein a partir de Paiget e Vygotsky. Porto Alegre: Mediação, 1996. VERGNAUD, Gérard. A criança, a matemática e a realidade : problemas do ensino da matemática na escola elementar. Curitiba: UFPR, 2014. PISSACO, Nelba Maria Teixeira. A mediação em sala de aula na perspectiva de Feuerstein : uma pesquisa-ação sobre a interação professor-aluno-objeto da aprendizagem. 2006. 228 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006. TURRA, Neide Catarina; Reuven Feuerstein. Experiência de aprendizagem mediada: um salto para a modificabilidade cognitiva estrutural. Educere et Educare : Revista de Educação, Cascavel, v. 2, n. 4, p.297-310, dez. 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1030	EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA	2	30
EMENTA			
Princípios básicos da cartografia. Orientação e localização. A cartografia e o ensino de geografia. Os fundamentos teóricos e metodológicos da cartografia escolar. Educação e alfabetização cartográfica. Os elementos de orientação e de representação do espaço na educação infantil.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender os princípios básicos da cartografia, sua importância e aplicabilidade na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de métodos e técnicas de ensino relacionados com a cartografia considerando as especificidades da educação infantil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, Rosângela D. de. Do desenho ao Mapa : iniciação cartográfica na escola. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2009. (Caminhos da geografia). CASTROGIOVANNI, A. C.; COSTELLA, R. Z. Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos : a alfabetização espacial. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. DUARTE, Paulo Araujo. Fundamentos de cartografia . 3. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2006. GUERRERO, A. L. Alfabetização e letramento cartográficos na geografia escolar . São Paulo: Edições SM, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, R. D. de; PASSINI, E. Y. O espaço geográfico : ensino e representação. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2010. (Repensando o ensino). MARTINELLI, Marcello. Mapas de geografia e cartografia temática . 6. ed. ampl. e atual. São Paulo, SP: Contexto, 2011. PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização Cartográfica e a aprendizagem de geografia . São Paulo: Cortez, 2015. PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender geografia . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1018	FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA SOCIALISTA	2	30
EMENTA			
Trabalho, politécnica e a formação <i>omnilateral</i> . Divisão da sociedade em classes, divisão do trabalho e divisão do acesso ao conhecimento escolar: Os desafios da formação humana na sociedade de classes. Educação familiar e a educação escolar: trabalho, economia, jogos, cultura. Disciplina e coletividade. Pensamento, linguagem e ideologia na relação entre escola e comunidade, entre educadores e pais e a constituição de coletivos educativos nas escolas.			
OBJETIVO			
Desenvolver fundamentos teórico-metodológicos para a compreensão, análise, interpretação e desenvolvimento de práticas pedagógicas escolares classistas articuladas sob a perspectiva da formação humana.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FILONOV, G. N.; BAUER, Carlos; BUFFA, Ester. (Org.). Anton Makarenko. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. MAKARENKO, Anton. Conferências sobre a educação infantil . Trad. de Maria Aparecida Abelaira Vizotto. São Paulo: Moraes, 1981. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2010. VYGOTSKY, Levi. Psicologia Pedagógica . 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Textos de Psicologia).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAKHTIN, Mikhail M. Marxismo e filosofia da linguagem : problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1999. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular? São Paulo: Brasiliense, 2006. DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? : quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas-SP: Autores Associados, 2003. (Polêmicas do nosso tempo). MANACORDA, Mario A. Marx e a pedagogia moderna . Campinas: Alínea, 2007. PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2001. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea). SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. (Org.). Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar . Campinas, SP: Autores Associados, 2012. SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas : a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. VALE, Ana Maria do. Educação popular na escola pública . 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Questões da nossa época; 8). WALLON, Henri. Do ato ao pensamento : ensaio de Psicologia Comparada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Textos fundantes de educação).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1019	EDUCAÇÃO EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2	30
EMENTA			
Os conhecimentos científicos e técnicos voltados para a garantia do direito à alimentação saudável e a formação humana. A educação popular na educação escolar sob a mediação do direito humano à alimentação. A soberania alimentar na sociedade de classes. O conceito de segurança alimentar e nutricional e a sua relação com a soberania alimentar. A natureza interdisciplinar da soberania e da segurança alimentar no conhecimento escolar da Educação Básica.			
OBJETIVO			
Desenvolver referenciais de análise para a compreensão da realidade alimentar e nutricional brasileira, enfocando a necessidade da articulação do conhecimento escolar com as perspectivas da soberania e da segurança alimentar e nutricional, de modo a garantir a maior articulação dos conhecimentos escolares com os anseios e necessidades do povo brasileiro, principalmente no que diz respeito à realização do direito à alimentação adequada e saudável.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, Josué de. Fome: um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional : textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004. MALUF, Renato Sérgio Jamil. Segurança alimentar e nutricional . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome . São Paulo: Cortez, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANDRADE, Manuel Correa et al. Josué de Castro e o Brasil . São Paulo: Perseu Abramo, 2003. BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional . Diário Oficial da União, Brasília, DF, v.134, n.248, p.1-9, 23 dez. 1996. CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço . Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. LIMA, Eronides da Silva. Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil 1934-1946 . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. MALUF, Renato Sérgio Jamil. Segurança alimentar e fome no Brasil: 10 anos da cúpula mundial de alimentação. Relatório Técnico , n. 2, ago. 2006. PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização . Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. ZANONI, Magda e FERMENT, Gilles. (Org.). Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade . Brasília-DF: MDA, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1020	A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CURRÍCULO ESCOLAR	2	30
EMENTA			
Educação, saúde e trabalho: o papel da escola no sentido de assegurar a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável. A dimensão pedagógica da alimentação escolar. Currículo, cultura e alimentação: a articulação dos conhecimentos escolares com a realidade social e a cultura do gosto das comunidades atendidas pela escola.			
OBJETIVO			
Desenvolver referenciais de análise para a compreensão pedagógica, caracterizando os aspectos formativos, da situação alimentar e nutricional das comunidades, com ênfase no desenvolvimento dos conhecimentos escolares articulados com a linha do desenvolvimento humano integral, tendo a incorporação da alimentação escolar ao currículo como estratégia pedagógica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOSI, Maria Lúcia Magalhães. A face oculta da nutrição: ciência e ideologia . Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1988.			
MALUF, Renato Sérgio Jamil. Segurança alimentar e nutricional . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
VASCONCELLOS, Celso dos S. Currículo: a atividade humana como princípio educativo . 3. ed. São Paulo: Libertad, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
AMORIM, Suely T. S. P. Alimentação infantil e marketing da indústria de alimentos : Brasil, 1960-1988. Curitiba, Tese de Doutorado, DEHIS/UFPR, 2005.			
CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil . 4 ed. São Paulo: Global, 2011.			
CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço . Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.			
GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 128 p. (Coleção questões da nossa época; v. 26).			
FLANDRIN, Jean Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). História da alimentação . 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.			
PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola . 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002. 157 p. (Guia da escola cidadã: Instituto Paulo Freire; v.7).			
SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. História da alimentação no Paraná . Curitiba: Juruá, 2007.			
ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. (Org.). Transgênicos para quem? agricultura, ciência e sociedade . Brasília-DF: MDA, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1362	BIOLOGIA EDUCACIONAL	2	30
EMENTA			
Panorama educacional frente às adversidades de aprendizagem. Influência do comportamento humano no desempenho escolar. Estrutura e funcionamento dos sistemas endócrino e nervoso nas fases de desenvolvimento e idade adulta. Construção de conhecimento através de métodos e técnicas de estimulação cerebral (memória associativa e condicionamento operante). Estudo da interação de fatores nutricionais, hereditários e sociais com problemas orgânicos de aprendizagem. Desenvolvimento de inteligência intelectual e emocional para a licenciatura.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos futuros educadores informações de ordem biológica que lhes permitam refletir e responder adequadamente as diversas situações da prática docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BEE, H.; BOYD, D. A Criança em Desenvolvimento . 12ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 567 p. MARTINS DO VALLE, T. G. Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções . Editora Unesp: São Paulo, 2009. 264 p. SAMPAIO, S. Neuropsicopedagogia e aprendizagem . Editora Wak: Rio de Janeiro, 2016. 216 p. SANTOS, M. A. Biologia Educacional . 17ª Ed. São Paulo: Ática, 1999. 336 p. THIBODEAU, G. A.; PATTON, K. T. Estrutura e Funções do Corpo Humano . Barueri (SP): Manoli, 2002. 630 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALVES, R. O segredo dos Gênios: manual de estudo para professores e estudantes . 1ª ed. Humano Editora: São Paulo, 2013. 177 p. CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. Desenvolvimento e Aprendizagem . Editora UFMG: Belo Horizonte, 2002. 144 p. CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende . Editora Artmed: Porto Alegre, 2011. 151 p. DEHAENE, S. Os Neurônios da Leitura: Como a Ciência Explica a Nossa Capacidade de Ler . Editora Penso: 2011. 372 p. MARTINS DO VALLE, T. G.; MAIA, A. C. B. Aprendizagem e comportamento humano . Editora Unesp: São Paulo, 2010. 256 p. PALANGNA, I. C. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social . Summus editorial: São Paulo, 2015. 176 p. RELVAS, M. P. Neurociência e transtornos de aprendizagem . Editora Wak: Rio de Janeiro, 2011. 144 p. RODRIGUES, V. B. Nutrição e desenvolvimento humano . Editora Pearson: São Paulo, 2016. 276 p. SILVA M. Gestão de sala de aula: transformando conceitos em ações eficientes . 1ª ed. Curitiba: Editora Moura, 2018. 78 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1468	SAÚDE E EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	2	30
EMENTA			
Perspectivas contemporâneas para a educação sexual no contexto escolar. Documentos legais sobre a Educação Sexual na Escola. Saúde e Corpo: Sexualidade e Relações de Gênero. Orientação Sexual e processos identitários. Formação dos educadores para a educação sexual.			
OBJETIVO			
Refletir com os futuros educadores sobre a necessidade de se discutir a questão da sexualidade como elemento intrínseco da pessoa humana. Contribuir para a formação de profissionais da Educação Básica que lhes permita analisar questões relativas à sexualidade e intervir nas diversas situações da prática docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AQUINO, J. G. (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. BONFIM, C. Desnudando a Educação Sexual. Campinas-SP: Papyrus, 2012. FOUCAULT, M. História da sexualidade I: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1988. GAGLIOTTO, G. M. Sexualidade, Educação Sexual, Pedagogia e Formação de Professores: aspectos filosóficos, culturais, históricos e institucionais. Curitiba, Brazil Publishing 2020. LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-174. DEL PRIORE, M. Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2. Ed. 2014. FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado das Letras, 2006. FOUCAULT, M. História da sexualidade I: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1988. SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1021	TÓPICOS ESPECIAIS I	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1022	TÓPICOS ESPECIAIS II	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1023	TÓPICOS ESPECIAIS III	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1654	TÓPICOS ESPECIAIS IV	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1655	TÓPICOS ESPECIAIS V	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1656	TÓPICOS ESPECIAIS VI	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1657	TÓPICOS ESPECIAIS VII	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1658	TÓPICOS ESPECIAIS VIII	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1659	TÓPICOS ESPECIAIS IX	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1660	TÓPICOS ESPECIAIS X	2	30
EMENTA			
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1026	MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO	2	30
EMENTA			
Conceitos fundamentais da Música. Música na Educação. Percepção e expressão em Música. Apreciação musical. Confeção e uso de instrumentos musicais..			
OBJETIVO			
Reconhecer a musicalização como parte do processo do desenvolvimento sociocognitivo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, Berenice de. Música para crianças : Possibilidades para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. São Paulo: Melhoramentos, 2014.			
BRITO, T. A. Música na Educação Infantil : propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.			
CASCARELLI, Claudia. Oficinas de Musicalização : Para Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2012.			
SCHAFER, Murray. O ouvido pensante . São Paulo: Unesp, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FERNANDES, Iveta Maria Borges Ávila. Brincando e Aprendendo : um novo olhar para o ensino da música. São Paulo: Cultura Acadêmica: USP, PROGRAD, 2011.			
FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula . 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.			
LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental . 2.ed. Campinas: Papirus, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1027	NOVAS TECNOLOGIAS, MÍDIAS E EDUCAÇÃO	2	30
EMENTA			
Evolução histórica das tecnologias e mídias e suas influências na mudança do comportamento modal do homem e no processo da educação. Conceitos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Novas tecnologias e mídias na mediação dos processos educativos escolares e não escolares. Recursos computacionais aplicados à educação. Educação à distância.			
OBJETIVO			
Identificar os desafios para o professor no contexto de utilização de novas tecnologias e mídias nos processos de ensino e aprendizagem.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GOMES, P. G. Tópicos de Teoria da Comunicação . São Leopoldo: Ed. UNISINOS. 1997. MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003. OROFINO, M. I. Mídias e mediação escolar : pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez, 2005. TAJRA. Sanmya Feitosa. Informática na educação . 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARMEM, Maia; MATTAR, João. ABC da EaD: A Educação a Distância Hoje . São Paulo: Pearson, 2007. CITELLI, A. Outras linguagens na escola : Publicidade, Cinema e TV, Rádio, Jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2014, 5 ed.. FIORENTINI, L. M .R.; MORAES, R. de A. Linguagens e interatividade na educação a distância . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. KENSKI, V. M. Educação e tecnologias : O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007. LÉVY, P. Cibercultura . São Paulo: 34, 1999. MATTELART, A. MATTELLART, M. História das Comunicações . 7. ed. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2004. SETTON, M. da G. Mídia e educação . São Paulo: Contexto, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA218	LEITURA E ESCRITA EM LÍNGUA PORTUGUESA	2	30
EMENTA			
Concepções de leitura e de escrita em diferentes perspectivas teóricas. Planejamento e avaliações em leitura e escrita na escola. Avaliações oficiais em leitura e escrita (PISA, Prova Brasil, SAEB).			
OBJETIVO			
Desenvolver reflexões teóricas e metodológicas em leitura e escrita com base em diferentes perspectivas para o trabalho com a Língua Portuguesa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CITELLI, Adilson. (Coord.). Aprender e ensinar com textos não escolares . 6. ed. São Paulo. Cortez, 1999. (Aprender e ensinar com textos, v. 3). COLOMER, Teresa; Camps, Anna. Ensinar a ler e ensinar a compreender . Artemed: Porto Alegre, 2002. KOCH, Ingedore Villaça; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto . Contexto: São Paulo, 2006. ORLANDI, Eni P. (Org.). A leitura e os leitores . Campinas: Pontes, 1998. ZUIN, P. O ensino da língua materna : dialogando com Vygotsky, Bakhtin e Freire. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRITO, E. PCNs de Língua Portuguesa : a prática em sala de aula. São Paulo: Arte & Ciência, 2003. FRANCO, Â. Metodologia de ensino : Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Lê, 1997. Josenia Antunes et al. (Orgs.) Reflexões sobre a língua portuguesa : uma abordagem multimodal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. LERNER, Delia. Ler e escrever na escola : real, o possível e o necessário. Artmed: Porto Alegre. LEFFA, Vilson J. Aspectos da leitura : uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra, 1996. MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História do ensino de leitura e escrita : métodos e material didático. Unesp: São Paulo, 2015. MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Oficina de linguística aplicada : a natureza social e educacional dos processos de ensino / aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 1996. ORLANDI, Eni Pulcinelli. Interpretação : autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996. CORACINI, M. J. (Org.). Interpretação, autoria e legitimação do livro didático . Campinas: Pontes, 1999. ROJO, R. (Org.). A prática de linguagem em sala de aula : praticando os PCNs. Campinas: Mercado de Letras, 2006. SOLE, Isabel. Estratégias de Leitura . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.			



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo pedagógico e de gestão do Curso de Pedagogia-Licenciatura da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul, orienta-se pelos princípios e normas estabelecidos pela Universidade. Sob essa orientação, caberá à coordenação do curso, junto ao Colegiado, a realização de reuniões para planejamento e avaliação permanente do curso.

Nestas reuniões são tratados assuntos referentes às principais políticas do curso e a deliberações sobre normas específicas para o Curso de Pedagogia, considerando aspectos como planejamento docente, análise e aprovação dos Planos de Ensino, em cada semestre, encaminhamentos de projetos de pesquisa e extensão, bem como discussões sobre assuntos do dia a dia do curso, primando, sobretudo, por uma gestão democrática, cuja participação e discussão são requisitos essenciais para as deliberações atinentes ao curso.

Além do Colegiado, destaca-se na gestão do curso o Núcleo Docente Estruturante, composto por docentes que atuam no curso, com a função consultiva à coordenação de curso e responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso.

Para o processo de planejamento docente, a UFFS disponibiliza um formulário denominado Plano de Anual de Atividades, que é preenchido anualmente pelos docentes do curso e encaminhado para análise da Coordenação Acadêmica, sendo, posteriormente, homologado no conselho de *Campus*. Nesse documento, o professor descreve detalhadamente as suas atividades referente aos seguintes itens: atividades de ensino, de pesquisa e extensão, capacitação docente, atividades de administração/gestão universitária, atividades em colegiados e comissões temporárias.

Além desse planejamento geral, há o planejamento semestral de cada componente curricular, apresentado pelo docente no plano de ensino desenvolvido para cada um dos componentes curriculares que ministrará durante o semestre, composto pelos seguintes elementos: objetivo do curso, ementa, justificativa do componente curricular, objetivos geral e específicos, conteúdos programáticos e respectivos procedimentos didáticos, avaliação, referências bibliográficas básicas e complementares. O Plano de Ensino é apresentado pelo professor do componente curricular ao colegiado do Curso, que tem a incumbência de aprová-lo.



Quanto à formação docente, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), constituído no *Campus*, que propõe, no decorrer do ano letivo, atividades de formação, como seminários e oficinas em diversas áreas.

É conjugando, pois, as ações do colegiado do Curso, em contínuo processo de formação e de atuação no desenvolvimento de pesquisas e de atividades de extensão, que se espera erigir um conjunto de elementos que consolidem o processo pedagógico e de gestão do curso, para exame contínuo dos processos de ensino e de aprendizagem no Curso. A seguir, especifica-se um pouco mais esses aspectos.

9.1 Processo pedagógico e de gestão do curso

O processo pedagógico e de gestão do Curso de Graduação em Pedagogia-Licenciatura da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul orienta-se especialmente pelo Regulamento de Graduação e resoluções e normas específicas.

De acordo com a Resolução nº 2/CONSUNI/CGAE 2017, por exemplo, constituem diretrizes de gestão pedagógica:

- I - A organização colegiada, envolvendo representantes da comunidade acadêmica e da comunidade regional (quando for o caso), executada por um coordenador e seu adjunto, cuja composição e atribuições encontram-se definidas no Regulamento de Graduação;
- II - A preocupação com a qualificação do planejamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, vinculados aos princípios da formação docente e aos saberes necessários ao exercício profissional na Educação Básica pública em sua respectiva área do conhecimento;
- III - A intensificação das atividades de planejamento e de avaliação nos colegiados de curso, especialmente na definição e organização da pesquisa e da extensão, da prática como componente curricular e dos estágios e na articulação destas atividades com a escola e a comunidade, com a formação continuada e com a pós-graduação;
- IV - Diálogo permanente com os fóruns dos domínios curriculares e das coordenações de estágio e de TCC, com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e com os setores e comissões específicos da universidade (SAE, Acessibilidade, PIN, etc.);
- V - Ênfase nas estratégias de inserção dos novos estudantes no contexto do curso e da universidade, envolvendo os processos de socialização, de identificação de dificuldades de aprendizagem e a oferta de oportunidades de recuperação da aprendizagem;
- VI - Ênfase na promoção de estratégias para o fortalecimento da relação com os egressos e que contribuam com a qualificação da formação inicial e a organização das ações voltadas para a formação continuada.

A mesma Resolução estabelece ainda que o Núcleo Docente Estruturante (NDE), como parte das diretrizes de gestão pedagógica, é responsável por:



- I - Acompanhamento, avaliação e proposição de ações que subsidiem as decisões do colegiado e qualifiquem a proposta pedagógica e os processos formativos do respectivo curso;
- II - Acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a avaliação de suas relações com o perfil profissional, o reconhecimento do público-alvo, os problemas de evasão e retenção, entre outros, no âmbito do Projeto Pedagógico do Curso;
- III - Integração com os demais NDEs dos cursos de licenciatura ofertados em um mesmo *campus*, entre os cursos de uma mesma área do conhecimento ofertados em *campi* distintos e entre o conjunto das licenciaturas da Instituição.

Considerando ainda a gestão do curso, *prima-se*, sobretudo, por “gestão democrática e planejamento participativo”, conforme inciso V, do Art. 3, da Resolução nº 2/CONSUNI/CGAE 2017, que define:

- I - A construção de um projeto formativo dos cursos sintonizado com o projeto formativo institucional, dotado de identidade própria e articulado com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas científicas e tecnológicas;
- II - A gestão democrática como gestão colegiada e compartilhada dos processos de organização, funcionamento e avaliação dos cursos, envolvendo a participação de docentes, técnicos, discentes e opcionalmente a comunidade regional no Colegiado de Curso e na Unidade Acadêmica;
- III - O planejamento participativo e integrado como processo dialógico, que envolve todos os sujeitos do processo para viabilizar a elaboração, a execução e a avaliação da política de formação de professores das licenciaturas, no âmbito do Curso, das Unidades Acadêmicas e da Instituição como um todo;
- IV - A cooperação, o trabalho coletivo e a responsabilidade ética de todos os envolvidos na organização pedagógica e dos processos formativos, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho docente para atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação.

Esses são, pois, princípios orientadores do processo pedagógico e da gestão do curso em tela, assumidos como baliza para ações e deliberações específicas.

9.2 Concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação

De um ponto de vista amplo, a docência objetiva promover o desenvolvimento humano. De um ponto de vista mais restrito, o ensino, articulado com a pesquisa e com a extensão, deve garantir a apreensão de conhecimentos científicos para atuação “na Educação Básica pública nas diferentes etapas e modalidades de sua organização e oferta, nos âmbitos do ensino, da gestão dos processos educacionais e de ensino e aprendizagem, da coordenação pedagógica, da produção e difusão do conhecimento, bem como em outros espaços educativos escolares e não escolares”, conforme



Resolução nº 2/CONSUNI/CGAE 2017, Art. 4. Para tal, concebe-se que o ensino deve ser orientado por procedimentos já ponderados pela ciência pedagógica, assegurando para a docência “uma atividade profissional e metódica”, conforme Art. 3, inciso I, da Resolução precedentemente mencionada.

O aprendizado, por sua vez, é a finalidade do currículo, que traduz

um percurso de formação docente a partir da definição de conhecimentos, sua contextualização conceitual e pedagógica, tendo por base um repertório amplo de possibilidades que integram o universo da experiência humana, em que se consideram a cultura e as relações sociais como espaço de produção de significados, subjetividades e/ou identidades sociais [...], voltado para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva (RESOLUÇÃO nº 2/CONSUNI/CGAE 2017, Art. 5, inciso II e III).

Para que o aprendizado ocorra, o currículo deve garantir ainda, segundo o mesmo artigo dessa Resolução,

VI - A oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo através da flexibilidade curricular, em consonância com suas trajetórias pessoais e os processos de inserção social, cultural e profissional, a ser incorporado na estrutura curricular dos projetos pedagógicos dos cursos;
VII - O compromisso com a inclusão na definição, organização e desenvolvimento do currículo, abarcando as dimensões ética, estética e epistemológica, em que se concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem.

No âmbito das concepções assumidas no Curso de Pedagogia - Licenciatura, ensino e aprendizagem são, portanto, irrevogavelmente, partes de uma mesma totalidade do processo pedagógico, ambos inseparáveis do ato de avaliar, um ato dialógico, democrático, que analisa o conjunto dos sujeitos e das instituições envolvidos, tendo por fito o aprendizado do estudante.

9.3 Processo de avaliação do ensino e aprendizagem

Em termos processuais e em obediência à lei 9394/96, no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem deve preponderar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, o processo sobre a terminalidade. Deve, portanto, ser expressa por um conjunto de instrumentos capazes de identificar se a aprendizagem, de fato, ocorreu, concebendo-a, em pelo menos, três etapas: diagnóstica, ao longo do processo e ao final do processo. Seguindo essa concepção, o Regulamento de Graduação da UFFS, em seu Art. 72, define que:



O sistema de avaliação da UFFS tem por objetivo assegurar a qualidade da aprendizagem do estudante e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa.

§1º A **avaliação diagnóstica** tem como princípio o processo dialético e dialógico de investigação e construção da aprendizagem. Por meio deste processo avaliativo, o docente busca saber como o estudante está se desenvolvendo, faz diagnóstico para tomada de decisões e redimensiona a prática pedagógica.

§2º A **avaliação processual** considera a verificação do andamento do processo ensino/aprendizagem, frente aos objetivos aos quais se destina o componente curricular, para compreender como o discente aprende e como o docente está ensinando. Assim na definição pedagógica de diferentes instrumentos avaliativos o docente busca acompanhar a construção do conhecimento na perspectiva quantitativa e qualitativa.

§3º A **avaliação contínua e cumulativa** é o processo sistemático de avaliação em dimensões qualitativas e quantitativas com resultados pontuais que possibilitam a reflexão crítica na busca de alternativas para a garantia e qualidade da aprendizagem.

§4º A **avaliação formativa** requer o ato reflexivo frente aos saberes necessários ao perfil discente, conforme objetivos do Projeto Pedagógico do Curso. É a autoavaliação do processo de ensino/aprendizagem para tomada de decisões à efetiva construção do conhecimento.

A avaliação do ensino e da aprendizagem deve estar, além disso, articulada com a própria avaliação institucional, uma vez que currículo, discentes, docentes e a própria instituição de ensino precisam ser avaliados.

Sustenta-se essa compreensão com base na terceira tese de Marx sobre Feuerbach, segundo a qual

[a] doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado.

A avaliação, portanto, é um juízo de valor. Expressa uma dimensão estética, mas deve ser mensurada segundo objetivos imediatos e mediatos, dentro do processo de ensino e de aprendizagem. Ela reflete uma concepção de mundo e de sociedade, de modo que cada ato avaliativo exprime um sentido social.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação da qualidade do Curso de Pedagogia – Licenciatura dar-se-á, prioritariamente, pela Avaliação Institucional da UFFS, onde serão utilizados processos avaliativos internos e externos, conforme descrição a seguir.

10.1 Avaliação interna

A avaliação interna, também denominada de autoavaliação, será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplam as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no Curso de Pedagogia – Licenciatura e o desempenho dos estudantes.

De forma concomitante, a autoavaliação do Curso de Pedagogia – Licenciatura, contará com outros instrumentos avaliativos desenvolvidos pelo Colegiado do Curso, além dos já determinados pela CPA, dentre os quais:

1. Questionário aplicado aos docentes para identificar a visão que o corpo docente possui sobre os conteúdos, a grade curricular, a localização espacial e temporal de sua disciplina em relação ao Curso, e também sobre a estrutura física disponibilizada pela UFFS, sobre o desenvolvimento cognitivo das turmas, entre outros.
2. Questionário aplicado aos estudantes, com o objetivo de obter um diagnóstico a respeito das práticas pedagógicas e administrativas do curso, com ênfase na avaliação dos componentes curriculares e dos docentes.
3. Fórum com os discentes, com o objetivo de contextualizar a realidade atual do Curso para todos os estudantes (de todas as fases), identificar ações de sucesso realizadas e propor ações de melhoria do Curso.
4. Reuniões, ao final de cada semestre, com o colegiado, a fim de identificar possíveis necessidades e demandas do Colegiado, além de avaliar o desempenho do curso ao longo do semestre.



5. Reunião com as escolas da Educação Básica, Secretarias de Educação Municipal e o Núcleo Regional de Educação para identificar, junto às organizações das escolas e dos movimentos sociais, se a formação acadêmica proposta atende aos anseios e às necessidades das instituições de ensino da região onde se localiza o *Campus* Laranjeiras do Sul-PR.

6. Relatório anual de atividades desenvolvidas no curso, por uma comissão oficialmente instituída, fundamentado em indicadores quantitativos e qualitativos quanto aos seguintes itens:

- número de projetos de extensão;
- número de projetos de pesquisa;
- número de projetos de cultura;
- número de publicações;
- índices de aprovação/reprovação no curso e por componente curricular ;
- projetos de iniciação acadêmica;
- atividades (seminários, debates, outros eventos) realizadas pelo curso;
- frequência acadêmica;
- índice de retenção e evasão no curso.

Todos esses elementos viabilizam a avaliação interna do curso.

10.2 Avaliação externa

A avaliação externa será realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tendo como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior, expressos nos instrumentos oficiais de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para essa etapa, o Curso de Pedagogia – Licenciatura disponibilizará relatórios contendo resultados de autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) do curso, conforme atividades semestrais.



11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O docente pertencente ao Curso de Pedagogia – Licenciatura, *Campus* Laranjeiras do Sul-PR, deverá ter o compromisso técnico-político-pedagógico de estimular, incentivar e fomentar a pesquisa em assuntos educacionais, bem como compreender os conhecimentos específicos de sua área de formação na perspectiva de articulá-los à totalidade social. Acredita-se que seja essa articulação a condição necessária para garantir a formação profissional do pedagogo e a mediação, de forma intencional, entre a ciência da educação, a metodologia de ensino e a didática, apontando, assim, para a formação omnilateral, cujo princípio é o trabalho, ou seja, a formação humana através da prática social, política, produtiva e cultural.

Tendo em vista os princípios expressos no PPI da UFFS e as diretrizes que orientam os cursos de Graduação em Pedagogia, espera-se que o docente envolvido na formação de professores no Curso em tela possa reunir um conjunto de características que rompam com a tradição observada entre docentes de nível superior, no Brasil, e, de fato, desenvolvam, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito de suas atividades acadêmicas. Assim, mais do que o esperado domínio teórico e sólida formação em pesquisa, o docente envolvido no projeto deste curso – e em todos os demais cursos da UFFS – deve observar o compromisso social em sua atividade profissional.

Para contemplar os objetivos específicos do Curso de Pedagogia – Licenciatura, o docente do curso deverá possuir formação acadêmica na área de licenciatura e disposição e compreensão para o trabalho na pesquisa e na extensão, contribuindo para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O processo de formação dos docentes do curso ocorrerá através das seguintes ações:

1. Participação em palestras, seminários e fóruns que discutam a constituição da docência no ensino superior, assim como a atual contribuição da pedagogia universitária.
2. Participação em eventos nacionais e internacionais que discutam temáticas relacionadas aos saberes educativos, alusivos ao curso de Pedagogia e ao fazer docente.



3. Participação em Atividades formativas organizadas-pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do *Campus* Laranjeiras do Sul-PR.
4. Capacitação docente com afastamento – por meio de inserção no Programa de Capacitação docente regulamentado pela RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1/2015-CONSUNI/CGRAD/CPPG, através do Plano Institucional de Afastamentos para Capacitação Docente/ *Campus* Laranjeiras do Sul-PR, organizado a cada dois anos; ou por meio de Licença Quinquênio que, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 11/2015 – CONSUNI/CAPGP, garante ao servidor, após cada quinquênio de efetivo exercício, no interesse da Administração, afastar-se por até três meses para participar de curso de capacitação profissional, em área que mantenha relação direta com o cargo, a função ou a atividade que o servidor desempenha na instituição (Decreto nº 5.824/2006, Decreto nº 5825/2006, Portaria nº 9/MEC/2006, Decreto nº 5.707/2006 e Programa de Capacitação da UFFS). Esse último item possibilita o planejamento das formações desenvolvidas pelos docentes, a fim de contribuir com a qualificação e o atendimento de demandas de formação do curso.



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

12.1 Docentes do *Campus Laranjeiras do Sul* que atuam no curso

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Específico/ CCR Introdução à Pedagogia	Gracialino da Silva Dias	Dr	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
Comum/CCR Leitura e Produção textual I	Christiane Maria Nunes de Souza	Dra	DE	Graduação – Letras – UFSC Mestrado – Linguística – UFSC Doutorado – Linguística – UFSC. http://lattes.cnpq.br/3546871147686284
Específico/ CCR História da Educação	Cristiano Augusto Durat	Dr	DE	Graduação: História – UNICENTRO PR Mestrado: História – UPF RS Doutorado: História – UFSC http://lattes.cnpq.br/6540921492436472
Conexo/CCR Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	Silvia Carla Conceição Massagli	Dra	DE	Graduação – Psicologia/Licenciatura - UMES/SP Graduação – Pedagogia/Licenciatura - FAMPER/PR Mestrado – Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano – IPUSP Doutorado – Educação - FEUSP http://lattes.cnpq.br/1741244996047367
Comum/CCR Seminário: Direitos Humanos	Nádia Teresinha da Mota Franco	Ms	DE	Graduação: Ciências Jurídicas e Sociais UNIJUÍ RS Mestrado: Integração Latino Americana UFSM RS http://lattes.cnpq.br/4510676594124783
Comum/CCR Informática básica	Martinho Machado Junior	DR	DE	Graduação: Licenciatura em Física – UFSC Mestrado: Engenharia Química – UFSC Doutorado: Engenharia Química – UFSC http://lattes.cnpq.br/7970413449458643
Específico/ CCR Organização do trabalho pedagógico: extensão escolar	Marciane Maria Mendes	Dra	DE	Graduação: Licenciatura em Educação Física. UFPR Graduação: Pedagogia – UNINOVE Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Educação – UFPR http://lattes.cnpq.br/2842640151509117
	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
	Luiz Carlos de Freitas	DR	DE	



				Graduação: Graduação em Filosofia – UNIOESTE/ PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101
2ª FASE				
Conexo/CCR Didática Geral	Marciane Maria Mendes	Dra	DE	Graduação: Licenciatura em Educação Física. UFPR Graduação: Pedagogia – UNINOVE Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Educação – UFPR http://lattes.cnpq.br/2842640151509117
Conexo/CCR Fundamentos da educação	Joaquim Gonçalves da Costa;	Dr	DE	Graduação: Filosofia – PUCPR Graduação: Tecnologia em Gestão Pública IFPR Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ. http://lattes.cnpq.br/4373700591591536
Específico/ Psicologia da educação Infantil	Silvia Carla Conceição Massagli	Dra	DE	Graduação – Psicologia/Licenciatura - UMESP/SP Graduação – Pedagogia/Licenciatura - FAMPER/PR Mestrado – Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano – IPUSP Doutorado – Educação – FEUSP. http://lattes.cnpq.br/1741244996047367
Específico/ CCR Filosofia da Educação	Luiz Carlos de Freitas	DR	DE	Graduação: Graduação em Filosofia – UNIOESTE PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101
Específico/ CCR Educação Infantil I	Priscila Ribeiro Ferreira	Ms	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP. http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
Específico/ CCR Organização do trabalho Pedagógico: Educação Infantil	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
	Marciane Maria Mendes	Dra	DE	Graduação: Licenciatura em Educação Física. UFPR Graduação: Pedagogia – UNINOVE Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Educação – UFPR http://lattes.cnpq.br/2842640151509117



	Priscila Ribeiro Ferreira	Ms	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP. http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
3ª FASE				
Específico/ CCR Didática na Educação Infantil	Priscila Ribeiro Ferreira	Ms	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
Específico/ CCR Educação Infantil II	Silvia Carla Conceição Massagli	Dra.	DE	Graduação – Psicologia/Licenciatura - UMESP/SP Graduação – Pedagogia/Licenciatura - FAMPER/PR Mestrado – Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano – IPUSP Doutorado – Educação - FEUSP http://lattes.cnpq.br/1741244996047367
Comum/CCR Iniciação à Prática Científica	Joaquim Gonçalves da Costa	DR	DE	Graduação: Filosofia – PUCPR Graduação: Tecnologia em Gestão Pública IFPR Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ. http://lattes.cnpq.br/4373700591591536
Específico/ CCR Educação especial	Silvia Carla Conceição Massagli	Dra	DE	Graduação – Psicologia/Licenciatura - UMESP/SP Graduação – Pedagogia/Licenciatura - FAMPER/PR Mestrado – Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano – IPUSP Doutorado – Educação - FEUSP http://lattes.cnpq.br/1741244996047367
Conexo/CCR Educação Inclusiva	Silvia Carla Conceição Massagli	Dra	DE	Graduação – Psicologia/Licenciatura - UMESP/SP Graduação – Pedagogia/Licenciatura - FAMPER/PR Mestrado – Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano – IPUSP Doutorado – Educação - FEUSP. http://lattes.cnpq.br/1741244996047367
Comum/CCR Leitura e Produção textual II	Christiane Maria Nunes de Souza	Dra.	DE	Graduação – Letras – UFSC Mestrado – Linguística – UFSC Doutorado – Linguística – UFSC. http://lattes.cnpq.br/3546871147686284
Específico/ CCR Organização do Trabalho Pedagógico: Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano	Priscila Ribeiro Ferreira Luiz Carlos de Freitas	Ms	DE DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP http://lattes.cnpq.br/1649982965674093



	Gracialino da Silva Dias	Dr		Graduação: Graduação em Filosofia – UNIOESTE/ PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101 Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP - http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
Específico/ CCR Optativa I				
4ª FASE				
Comum/CCR Matemática A	Martinho Machado Junior	DR	DE	Graduação: Física Licenciatura. UFSC SC Mestrado: Engenharia Química – UFSC SC Doutorado: Engenharia Química – UFSC SC http://lattes.cnpq.br/7970413449458643
Conexo/CCR Política Educacional e Legislação do ensino no Brasil	Joaquim Gonçalves da Costa	Dr	DE	Graduação: Filosofia – PUCPR Graduação: Tecnologia em Gestão Pública IFPR Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ. http://lattes.cnpq.br/4373700591591536
Específico/ CCR Linguagem e alfabetização	Christiane Maria Nunes de Souza	Dra.	DE	Graduação – Letras – UFSC Mestrado – Linguística – UFSC Doutorado – Linguística – UFSC. http://lattes.cnpq.br/3546871147686284
Específico/ CCR Optativa II				Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Específico/ CCR Curriculo e avaliação da educação Básica	Gracialino da Silva Dias	Dr	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP - http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
Conexo/CCR Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Aguardando realização de concurso.	MS	DE	Graduação: Letras – UEM PR Mestrado: Educação – UEM
Específico/ CCR Organização do trabalho Pedagógico: Magistério para formação de professores no	Priscila Ribeiro Ferreira Joaquim Gonçalves da Costa	Ms DR	DE DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP http://lattes.cnpq.br/1649982965674093 Graduação: Filosofia – PUCPR Graduação: Tecnologia em Gestão Pública.



Ensino Médio	Marciane Maria Mendes	Dra	Dra	IFPR Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/4373700591591536 Graduação: Licenciatura em Educação Física. UFPR Graduação: Pedagogia – UNINOVE Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Educação – UFPR http://lattes.cnpq.br/2842640151509117
Específico/ CCR Organização do trabalho pedagógico em Educação de Jovens e Adultos	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP http://lattes.cnpq.br/7354771480443126 Graduação: Graduação em Filosofia – UNIOESTE/ PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101 Graduação: Filosofia – UNIJUI RS Mestrado: Educação nas Ciências – UNIJUI RS Doutorado: Educação nas Ciências UNIJUI RS http://lattes.cnpq.br/7724936298392546
	Luiz Carlos de Freitas	DR	DE	
	Liria Andrioli	Dra	DE	
5ª FASE				
Específico/ CCR Optativa III				Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Específico/ CCR Optativa IV				Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Específico/ CCR Seminário: Educação Ambiental	Alexandre Monkolski	Ms	DE	Graduação – Ciências Biológicas – UEM. Mestrado – Ecologia – UEM. http://lattes.cnpq.br/0210906978585356
Específico/ CCR Sociologia da Educação	Mariano Luis Sánchez	MS	DE	Graduação: Licenciatura en Relaciones Internacionales. Universidad Nacional de Rosario, UNR Argentina Mestrado: Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP http://lattes.cnpq.br/0735335896404663
Específico/ CCR Fundamentos teórico	Vitor de Moraes	DR	DE	Graduação – Ciências com habilitação em Matemática – CEFET/PR Mestrado – Geografia – UNESP



Metodológicos do ensino da Matemática na Educação infantil e no ensino Fundamental				Doutorado – Sociedade Cultura e Fronteiras – UNIOESTE/Foz do Iguaçu. http://lattes.cnpq.br/7997646391806287
Específico/CCR Fundamentos teórico Metodológicos do ensino da Arte na Educação infantil e no ensino fundamental	Priscila Ribeiro Ferreira;	MS	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP; http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
Específico/CCR Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Christiane Maria Nunes de Souza	Dra.	DE	Graduação – Letras – UFSC Mestrado – Linguística – UFSC Doutorado – Linguística – UFSC. http://lattes.cnpq.br/3546871147686284
Conexo/CCR Estágio Curricular I	Vitor de Moraes	DR	DE	Graduação – Ciências com habilitação em Matemática – CEFET/PR Mestrado – Geografia – UNESP Doutorado – Sociedade Cultura e Fronteiras – UNIOESTE/Foz do Iguaçu. http://lattes.cnpq.br/7997646391806287
6ª FASE				
Específico/CCR Fundamentos Teórico metodológicos do ensino de História na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	Cristiano Augusto Durat	DR	DE	Graduação: História – UNICENTRO PR Mestrado: História – UPF RS Doutorado: História – UFSC http://lattes.cnpq.br/6540921492436472
Específico/CCR Fundamentos Teórico metodológicos do ensino de Ciências na educação	Alexandre Monkolski		DE	Graduação – Ciências Biológicas – UEM. Mestrado – Ecologia – UEM. http://lattes.cnpq.br/0210906978585356



infantil e anos iniciais do ensino fundamental				
Específico/ CCR Fundamentos Teórico metodológicos do ensino de Educação Física na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	Marciane Maria Mendes	Dra	DE	Graduação: Licenciatura em Educação Física. UFPR Graduação: Pedagogia – UNINOVE Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Educação – UFPR http://lattes.cnpq.br/2842640151509117
Específico/ CCR Fundamentos Teórico metodológicos do ensino de Geografia na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	Fabio Luiz Zeneratti	DR	DE	Graduação: Licenciatura em Geografia – UEM Mestrado: Geografia – UEL Doutorado: Geografia – UEL http://lattes.cnpq.br/4829900323258469
Comum/ Direitos e cidadania	Nádia Teresinha da Mota Franco	Ms	DE	Graduação: Ciências Jurídicas e Sociais UNIJUI RS Mestrado: Integração Latino Americana UFSM RS http://lattes.cnpq.br/4510676594124783
Comum/ História da Fronteira Sul	Fábio Pontarolo	DR	DE	Graduação: História – UNICENTRO PR Mestrado: História – UFPR PR Doutorado: História Completar http://lattes.cnpq.br/7120360957945819
7ª FASE				
Específico/ CCR Optativa V				Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Específico/ CCR Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	Joaquim Gonçalves da Costa	DR	DE	Graduação: Filosofia – PUCPR Graduação: Tecnologia em Gestão Pública. IFPR Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/4373700591591536
	Liria Andrioli	Dra	DE	Graduação: Filosofia – UNIJUI RS Mestrado: Educação nas Ciências – UNIJUI RS Doutorado: Educação nas Ciências – UNIJUI RS
	Luiz Carlos de Freitas	DR	DE	http://lattes.cnpq.br/7724936298392546 Graduação: Graduação em Filosofia –



				UNIOESTE/ PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101
Específico/ CCR Educação e trabalho	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP - http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
Específico/ CCR Currículo: Fundamentos Teóricos	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
Específico/ CCR Estágio Supervisionado na educação Infantil	Marciane Maria Mendes	Dra	DE	Graduação: Licenciatura em Educação Física. UFPR Graduação: Pedagogia – UNINOVE Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Educação – UFPR http://lattes.cnpq.br/2842640151509117
	Priscila Ribeiro Ferreira	Ms	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
Específico/ CCR Trabalho de Conclusão de Curso I	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP - http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
Específico/ CCR Organização do trabalho escolar e pedagógico: educação não formal e profissional	Luiz Carlos de Freitas	DR	DE	Graduação: Graduação em Filosofia – UNIOESTE PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101
	Joaquim Gonçalves da Costa	DR	DE	Graduação: Filosofia – PUCPR Graduação: Tecnologia em Gestão Pública. IFPR Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/4373700591591536
8ª FASE				
Específico/ CCR Optativa				



VI				
Específico/ CCR Avaliação: fundamentos Teóricos	Priscila Ribeiro Ferreira;	Ms	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP; http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
Comum/ Meio Ambiente Economia e Sociedade	Fernanda Marcon			Graduação: Ciências Sociais UFPR PR Mestrado: Antropologia Social UFSC SC Doutorado: Antropologia Social UFSC SC http://lattes.cnpq.br/5574911786614860
Específico/ CCR Estágio Supervisionad o no Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano	Luiz Carlos de Freitas.	DR	DE	Graduação: Graduação em Filosofia – UNIOESTE/ PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101
	Maria Eloá Gehlen	Dra	DE	Graduação: Pedagogia – UNINTER Graduação: Direito UPF RS Mestrado: Educação - UNILASALLE – Canoas Doutorado: Educação – UFRGS RS http://lattes.cnpq.br/8869317525999872
	Priscila Ribeiro Ferreira	Ms	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
Específico/ História e cultura Afro- brasileira e indígena e relações étnico-raciais na escola	Cristiano Augusto Durat	DR	DE	Graduação: História – UNICENTRO PR Mestrado: História – UPF RS Doutorado: História – UFSC http://lattes.cnpq.br/6540921492436472
Específico/ CCR Trabalho de Conclusão de curso II	Fábio Luiz Zeneratti	DR	DE	Graduação: Licenciatura em Geografia – UEM Mestrado: Geografia – UEL Doutorado: Geografia – UEL http://lattes.cnpq.br/4829900323258469
Específico/ CCR Estágio Supervisionad o no ensino Médio – Docência para o Magistério	Marciane Maria Mendes	Dra	DE	Graduação: Licenciatura em Educação Física. UFPR Graduação: Pedagogia – UNINOVE Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Educação – UFPR http://lattes.cnpq.br/2842640151509117
	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP -



Específico/ CCR Seminários: Socialização de TCC	Vitor de Moraes	DR	DE	http://lattes.cnpq.br/7354771480443126 Graduação – Ciências com habilitação em Matemática – CEFET/PR Mestrado – Geografia – UNESP Doutorado – Sociedade Cultura e Fronteiras – UNIOESTE/Foz do Iguaçu. http://lattes.cnpq.br/7997646391806287
	Joaquim Gonçalves da Costa	DR	DE	Graduação: Filosofia – PUCPR Graduação: Tecnologia em Gestão Pública. IFPR; Mestrado: Educação – UFPR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ. http://lattes.cnpq.br/4373700591591536
	Gracialino da Silva Dias	DR	DE	Graduação: História – UFPR Mestrado: Educação: Recursos Humanos e Educação Permanente – UFPR Doutorado: Educação: História, Política e Sociedade: Educação e Ciências Sociais – PUC SP - http://lattes.cnpq.br/7354771480443126
	Priscila Ribeiro Ferreira	Ms	DE	Graduação: Comunicação Social – Jornalismo – UFPR Graduação: História – UFPR PR Mestrado: Educação – UFSC SC Doutorado: em andamento – UTP; http://lattes.cnpq.br/1649982965674093
	Luiz Carlos de Freitas.	DR	DE	Graduação: Graduação em Filosofia – UNIOESTE/ PR Mestrado: Educação. UNIOESTE – Cascavel PR Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ http://lattes.cnpq.br/0422044714677101



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e



Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

13.2 Laboratórios

O *Campus* Laranjeiras do Sul conta, para funcionamento do curso em tela, com dois laboratórios e uma brinquedoteca, conforme descrição a seguir.

LABORATÓRIO DE DIDÁTICA	
Professores Responsáveis: Priscila Ferreira e Gracialino da Silva Dias	
Estudantes por turma: 25	
Área: 62 m ²	Localização: Térreo
Descrição	
O Laboratório de Didática proporciona o fortalecimento dos cursos de licenciaturas da UFFS, em Laranjeiras do Sul, em especial o Curso de Pedagogia – Licenciatura. As aulas práticas, por meio de disciplinas como Didática Geral, Metodologias de Ensino e Organização do Trabalho Escolar e Pedagógico, devem fomentar a investigação científica e provocar a criatividade, virtudes essenciais para atuação do futuro pedagogo. É um espaço que se efetiva com o objetivo de desenvolver experiências de estratégias de ensino e com o desenvolvimento de habilidades de manuseio de ferramentas e tecnologias educacionais. Dessa forma, o estudante deve ser capaz de avaliar, compreender e propor qualitativamente diferentes tipos de estratégias e caminhos pedagógicos que contribuam com o desenvolvimento do profissional de educação. Os materiais e equipamentos do Laboratório, portanto, facilitam a simulação e ambientação do espaço escolar, sendo, pois, de fundamental	



importância na formação de Pedagogos (as).

Estima-se que esta modalidade de trabalho prático possibilita constituir um meio para que os estudantes, face aos problemas colocados, se impliquem mental e afetivamente na elaboração de respostas adequadas, assimilem certos procedimentos científicos, desenvolvam valores, atitudes, de forma inter-relacionada, participando na resolução de necessidades e problemas globais. O laboratório, em síntese, é visto como um local de construção do conhecimento.

Em se tratando de um laboratório de ensino dentro da estrutura de um curso de licenciatura, sua justificativa incorpora outros elementos importantes, além dos já mencionados, uma vez que vai produzir, também, materiais didáticos e paradidáticos, que contribuirão para o aprimoramento técnico do exercício docente, no sentido de torná-lo mais significativo para os envolvidos.

LABORATÓRIO de Ciências Humanas	
Professores Responsáveis: Marciane Mendes	
Estudantes por turma: 25	
Área: 58,07 m ²	Localização: Bloco III
Descrição	
O Laboratório de Ciências Humanas, assim como o de Didática, congrega diretamente todos os envolvidos na Licenciatura em Pedagogia e, indiretamente, todos os que atuam nos demais cursos de Licenciatura do <i>Campus</i> . Esse laboratório funciona com a colaboração de diversos professores que, partilhando saberes, constroem, a partir de experiências e pesquisas, novos conhecimentos, com vistas à reflexão e às mudanças na prática cotidiana educacional. A expectativa, então, quanto ao Laboratório de Ciências Humanas, é que os indivíduos desenvolvam e aprendam técnicas e as façam progredir, com trabalho e imaginação, criando algo que possam utilizar na realidade educacional. Em síntese, a prática nesse laboratório objetiva contribuir para o desenvolvimento da Prática de ensino, do Estágio e da Didática, assim como também se faz produtivo para a realização de oficinas e encontros, com fins de formação continuada, para o exercício da profissão de Pedagogo.	

LABORATÓRIO: BRINQUEDOTECA	
Professores Responsáveis: Priscila Ribeiro Ferreira, Sílvia Carla Conceição Massagli, Gracialino da Silva Dias e Luiz Carlos de Freitas	
Alunos por turma: 10	
Área: 48m ²	Localização: Bloco docente/administrativo
Quantidade:	Descrição
Diversos equipamentos de jogos e brinquedos	A Brinquedoteca se constitui de uma sala de 48 metros quadrados no bloco docente-administrativo, onde os



pedagógicos destinados aos estudos da infância, do ensino, da aprendizagem e do desenvolvimento.	estudantes e docentes desenvolvem atividades teórico-práticas relacionados aos estudos do brincar, dos jogos e do brinquedo com a dimensão pedagógico-formativa.
---	--

13.3 Demais itens

13.3.1 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução N° 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução N° 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Politica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:



1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;



- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;
- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: 10 de mar. 2008.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso: em 7 jun. 2016.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação infantil da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed. 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2 / edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da praxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**, São Paulo : Martins Fontes, 1983.

_____. **Pensamento e linguagem**, São Paulo: Martins Fontes, 2000



15 ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo regulamentar o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura e tem como base a RESOLUÇÃO Nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD e o Parecer CNE/CP nº 2/2015.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD, um “tempo-espaco de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação.”

Art. 3º Para realizar o Estágio Supervisionado, o acadêmico deve estar devidamente matriculado no componente curricular correspondente em seu curso.

CAPÍTULO II DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia-Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) será regido por este Regulamento e pelo Regulamento Geral dos Estágios da UFFS.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia-Licenciatura será realizado a partir da quinta fase, compreendendo 27 créditos, com carga horária correspondente a 405 horas, assim distribuídos:

- I - Estágio Curricular I: 5ª fase, com 05 créditos, correspondendo a 75 horas;
- II - Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos: 7ª fase, com 05 créditos, correspondendo a 75 horas;
- III - Estágio Supervisionado na Educação Infantil: 7ª fase, com 06 créditos, correspondendo a 90 horas;
- IV - Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano: 8ª fase, com 06 créditos, correspondendo a 90 horas;
- V - Estágio supervisionado no ensino médio/docência para o magistério: 8ª fase, com 05 créditos, correspondendo a 75 horas;

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado compreende a observação, o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 7º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório a todos os estudantes do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, deverá ocorrer, preferencialmente, de forma individual e no contra-turno das aulas regulares, a critério do professor do Componente Curricular de Estágio em concordância com a Coordenação de Estágio.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia-Licenciatura tem por objetivos:

- promover a aproximação do estudante com a realidade profissional;



- desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada da realidade da educação infantil e das séries iniciais da educação básica;
- promover atividades de intervenção a partir de um projeto deliberado, que envolvam conhecimentos pedagógicos, contextuais e de áreas específicas;
- fomentar a pesquisa como base do planejamento das atividades de intervenção e da análise dos resultados.

SEÇÃO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º Constituem-se em campo de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia as instituições de ensino devidamente conveniadas à UFFS.

Art. 10 O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estudante, mediado pelo professor Coordenador de estágio e pela Divisão de Estágio quando se fizer necessário.

Art.11 Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor responsável pelos estágios no *campus*.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 12 O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura será desenvolvido a partir da quinta fase do curso e compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I - ESTÁGIO CURRICULAR I (5ª fase): Investigar, analisar, compreender e sistematizar, por meio da pesquisa, da extensão e da inserção na escola, elementos concretos acerca da realidade escolar, de sua organização, funcionamento e estrutura física, na inter-relação entre escola e comunidade, apreendendo aspectos da diversidade dos sujeitos e de sua inclusão no espaço escolar, tendo como elementos mediadores



deste processo a observação, a pesquisa de campo, a análise crítica e o desenvolvimento de uma ação pedagógica.

II - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (7ª fase): Práticas de docência na EJA, incluindo a alfabetização de adultos. Práxis pedagógica referente aos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, do ensino-aprendizagem e da avaliação na EJA. Planos de ensino e de aula no âmbito do PPP da escola. Integração praxica da Universidade com os sistemas municipais de ensino.

III - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (7ª fase): Práticas de docência na Educação Infantil. Práxis pedagógica referente aos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, do ensino-aprendizagem e da avaliação na Educação Infantil. Planos de ensino e de aula no âmbito do PPP da escola. Integração praxica da Universidade com os sistemas municipais de ensino.

IV - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO (8ª fase): Práticas de docência na Educação Infantil. Práxis pedagógica referente aos aspectos fundamentais da organização curricular, do planejamento, do ensino-aprendizagem e da avaliação do 1º ao 5º ano no Ensino Fundamental. Planos de ensino e de aula no âmbito do PPP da escola. Integração praxica da Universidade com os sistemas municipais de ensino.

V - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO/DOCÊNCIA PARA O MAGISTÉRIO (8ª fase): Caracterização das formas de ensinar e aprender nas disciplinas pedagógicas, no curso de Magistério do Ensino Médio. Práticas educativas no desenvolvimento do currículo no curso de Magistério do Ensino Médio. Espaços e tempos pedagógicos escolares: planejamento; gestão; currículo; ensino; aprendizagem; avaliação no curso de Magistério do Ensino Médio. Integração praxica da Universidade com a Educação Básica.



Art. 13 Os projetos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade com o modelo produzido pela Coordenação de Estágio do curso.

SEÇÃO V

DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 14 As atividades de observação, planejamento, execução e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo Coordenador de estágio, pelo professor titular do componente curricular, pelos professores orientadores e pelo Setor responsável pelos estágios no *campus*.

SUBSEÇÃO I

DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 15 A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida por professor indicado pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, dentre os professores orientadores de estágio.

Art. 16 São atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

- I – zelar pela organicidade do estágio no Curso de Pedagogia e pela sua articulação com os componentes curriculares, com as demandas dos estudantes, com a vida institucional e com os campos de estágio;
- II – fomentar a discussão teórico-prática do estágio no Curso de Pedagogia;
- III – planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento do estágio junto com os professores orientadores de estágio do Curso de Pedagogia;
- IV – convocar e coordenar reuniões com professores orientadores e com os supervisores de estágio, sempre que necessário;
- V - definir os campos de estágio conjuntamente com o corpo de professores orientadores de estágio;
- VI – promover a articulação entre os campos de estágio e as demandas dos estudantes;
- IV – encaminhar oficialmente os estudantes aos respectivos campos de estágio;



- VII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores orientadores e aos supervisores externos;
- VIII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;
- IX – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis;
- X – promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso de Pedagogia e entre os cursos de Licenciatura do *Campus*.
- XI – demais atribuições definidas no Regulamento de Estágios da UFFS.

SUBSEÇÃO II

DO PROFESSOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 17 O professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado será definido pelo Colegiado de Curso.

Art. 18 São atribuições do professor do componente curricular:

- I – coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular, articulando conhecimentos dos diferentes domínios curriculares;
- II – fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado sobre o andamento das atividades de estágio e o desempenho dos estudantes;
- III – assessorar os estudantes na elaboração dos projetos e relatórios de estágio;
- IV – avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;
- V – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;
- VI – acompanhar o trabalho dos professores orientadores;

SUBSEÇÃO III

DOS PROFESSORES ORIENTADORES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Art. 19 Os professores orientadores do Estágio Curricular Supervisionado serão definidos pelo Colegiado de curso.

Parágrafo único: a designação dos orientadores de estágio será feita pelo Colegiado de Curso, ouvido o professor do Componente Curricular de Estágio, e a distribuição das orientações caberá à coordenação de estágio, que fará o ajuste das demandas, após ouvir o interesse pessoal dos estudantes.

Art. 20 Aos professores orientadores será destinada carga horária compatível ao desenvolvimento dessa atividade, como limite máximo de até 15 (quinze), conforme artigo 40 § 1º e do Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução 7/2015-CONSUNI/CGRAD).

Parágrafo único: De acordo com o § 2º, o limite de 15 estudantes pode ser maior quando não houver docentes em número suficiente para atendê-los.

Art. 21 São atribuições dos professores orientadores:

- I – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;
- II - organizar estudos temáticos relacionados às demandas levantadas pelos estudantes na observação escolar;
- III - orientar o processo de construção do projeto de Estágio;
- IV - fornecer informações ao professor da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento e desempenho das atividades dos estagiários;
- VI – avaliar o processo do estágio dos estudantes sob sua orientação junto com o professor do componente curricular de Estágio.
- VII – acompanhar os estudantes no campo de estágio.

SEÇÃO VI

DO SETOR RESPONSÁVEL PELOS ESTÁGIOS NO *CAMPUS*

Art. 22 O Setor responsável pelos estágios no *campus* assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que se refere ao suporte apoio técnico- administrativo.

Art. 23 São atribuições do Setor responsável pelos estágios no *campus*.



- I - Conveniar instituições para estágios.
- II - Obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios.
- III - Fiscalizar as Unidades Concedentes de Estágio (UCE).
- IV - Emitir e arquivar Termos de Convênio e de Compromisso.
- V - Fazer o registro e controle das Apólices de Seguro.
- VI - Arquivar relatórios e planos de atividades de estágio.
- VII - Propor formulários para o Plano e o Relatório de Atividades.
- VIII - Emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados).
- IX - Cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio da UFFS.

SEÇÃO VII

DOS SUPERVISORES EXTERNOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 24 Os supervisores externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos campos de estágio, dentre os profissionais com formação ou experiência na área do curso.

Art. 25 São atribuições dos supervisores externos:

- I – apresentar o campo ao estudante estagiário;
- II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;
- III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;
- IV – informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do estudante; e
- V – avaliar o desempenho dos estagiários, mediante preenchimento de parecer avaliativo.
- VI – Demais atribuições definidas no regulamento de estágios da UFFS.

SEÇÃO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO



Art. 26 São obrigações do estudante estagiário:

- I – entrar em contato com a entidade-campo na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso;
- II – participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- III – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe este Manual;
- IV – respeitar os horários e normas estabelecidos na entidade-campo, bem como seus profissionais e estudantes;
- V – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;
- VI – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado.
- VII – Demais atribuições definidas no regulamento de estágios da UFFS.

SEÇÃO IX

DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SUBSEÇÃO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 27 A avaliação do estagiário será realizada pelo professor do componente curricular de estágio, pelo professor orientador e pelo supervisor externo de estágio.

Art. 28 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá cumprir cada uma das etapas previstas, envolvendo observação, planejamento, execução e relatório.

Parágrafo único. Após a homologação, os critérios e as formas de avaliação constarão nos respectivos planos de ensino dos componentes curriculares do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 29 O registro das atividades de estágio deverá ser acompanhado e avaliado pelo professor de estágio.



Art. 30 Será considerado aprovado o estudante-estagiário que ao final do estágio apresentar os documentos solicitados pelos planos de ensino dos respectivos estágios e obtiver a média final prevista no Regulamento de Graduação da UFFS e tiver concluído a carga horária total de cada disciplina de estágio supervisionado constante nas atividades curriculares.

§ 1º O estudante-estagiário será também avaliado quanto à/ao:

- I - Participação e organização nas atividades desenvolvidas durante as aulas de estágio curricular supervisionado;
- II - Atuação, organização, assiduidade, compromisso e responsabilidade nos períodos destinados ao acompanhamento, participação e docência;
- III – Atuação, organização, assiduidade, compromisso e responsabilidade nos períodos destinados aos estágios em ambientes não escolares;
- IV - Planejamento e execução de projetos de intervenção, quando tais projetos forem aplicados;
- V- Participação nas atividades previstas nos projetos de intervenção;
- VI - Controle de frequência às atividades programadas;
- VII- Elaboração das atividades finais do estágio (relatórios, artigos científicos ou resumos expandidos).

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 Os casos omissos neste Regulamento de Estágio Curricular serão decididos pela Coordenação de Estágio do Curso cabendo recurso ao Colegiado de curso.

Art. 32 Este Regulamento de Estágio Curricular do Curso de Pedagogia entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado de Curso e pelo Consuni.



**ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES
COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
– LICENCIATURA**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo regulamentar as Atividades Curriculares Complementares (ACCs) do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura.

**CAPÍTULO II
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS**

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, compreende-se por ACCs do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura como atividades que visam à complementação da formação, desenvolvidas ao longo do curso no espaço da universidade e/ou outros espaços formativos, exigidas para integralização curricular, com carga horária equivalente a 210 horas.

Art. 3º As ACCs de acordo com a Resolução n. 2º/2017/CONSUNI/CGAE (Art. 22, p. 9) “constituem atividades diversas desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação específica de cada curso, atendendo a carga horária legal de 200 (duzentas) horas”.

Art. 4º As ACCs do Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura têm por objetivos:

1. flexibilizar o currículo obrigatório;
2. aproximar o estudante da realidade social e profissional;
3. propiciar aos seus estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar;



4. promover a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 5º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação em Pedagogia- Licenciatura compreendem:

- a) atividades de pesquisa;
- b) de extensão e aprimoramento profissional;
- c) de cultura.

Art. 6º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação em Pedagogia- Licenciatura serão realizadas ao longo do curso, compreendendo 14 créditos, com carga horária correspondente a 210 horas, elas poderão ser contabilizadas na forma de:

I - Atividades Complementares em Pesquisa (até 100 horas):

- a) Projetos e Programas de pesquisa;
- b) Publicações na área ou áreas afins;
- c) Monitorias, Iniciação Científica e Grupos de Estudos Formais da UFFS;
- d) Apresentação oral e poster de trabalhos em eventos;
- e) Participação na organização de eventos;
- f) Trabalho voluntário vinculado a projetos de pesquisa e/ou extensão.
- g) Artigo completo em periódicos;
- h) Trabalho completo em anais de eventos;

II - Atividades Complementares em Extensão e Aprimoramento Profissional (até 100 horas)

- a) Eventos diversos (Colóquios, seminários, congressos, conferências, palestras, cursos, minicursos) na área ou áreas afins;
- b) Projetos e programas de extensão;
- c) Assistência, com elaboração de relatório, de defesas de TCCs, Dissertações e Teses;



- d) Cursos extracurriculares relacionados à área;
- e) Estágios não obrigatórios;
- f) Disciplinas isoladas de graduação.

III - Atividades Complementares em Cultura (até 100 horas):

- a) Viagens de Estudo;
- b) Participação em atividades culturais (teatro, cinema, literatura) desenvolvidas no interior da UFFS;
- c) Participação em grupos artísticos oficialmente constituídos.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 7º Para contabilizar as Atividades Curriculares Complementares o estudante deverá apresentar os comprovantes de realização das atividades curriculares complementares semestralmente, obedecidos os prazos previstos no Calendário Acadêmico.

Art. 8º Os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares serão avaliados semestralmente, por comissão composta de 03 (três) professores do curso, indicada pelo respectivo colegiado e instituída pelo coordenador do curso.

Art. 9º Após a divulgação dos prazos no Calendário Acadêmico, o estudante deverá protocolar na Secretaria Acadêmica, o pedido instruído com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original e fotocópia.

Art. 10 Recebido e autuado pela Secretaria Acadêmica, o pedido será encaminhado à coordenação do curso que após prévia análise, encaminhará ao presidente da comissão avaliadora para análise e validação das atividades curriculares complementares.

Art. 11 O presidente da comissão avaliadora encaminhará ao coordenador do curso o resultado das análises. O coordenador do curso, via portal do coordenador, cadastrará os resultados em link específico.



Art. 12 Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de aproveitamento de estudos em atividades curriculares complementares, certificados, históricos escolares, declarações, certidões e atestados. Os documentos devem apresentar: Nome do evento; Temática; Carga Horária e Data de realização e data de expedição do documento.

SEÇÃO IV

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTUDANTE

Art. 13 Cabe ao estudante realizar o pedido de validação das Atividades Curriculares complementares junto a Secretaria Acadêmica, em prazo determinado pelo Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 14 Os casos omissos neste Regulamento de Atividades Curriculares Complementares serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 15 Este Regulamento de Atividades Curriculares Complementares do Curso de Pedagogia entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado de Curso e pelo CONSUNI.



**ANEXO III - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA –
LICENCIATURA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, *Campus* Laranjeiras do Sul, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) será regido por este Regulamento.

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o conjunto de componentes curriculares teórico-práticos, as atividades didáticas e de pesquisa previstos no Projeto do Curso que objetivam promover o aprofundamento teórico de temáticas ligadas à educação e ao desenvolvimento de produtos didático-pedagógicos relacionados ao campo de atuação do Licenciado em Pedagogia.

**CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 3º A elaboração do TCC de Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura será realizado no sétimo e oitavo semestre do curso, compreendendo 5 créditos, com carga horária total de 75 horas, dos CCR's TCC I e II e mais 75 horas, correspondentes ao Seminário de Socialização de TCC, assim distribuídas:

I – Trabalho de Conclusão de Curso I, com 03 créditos teóricos, correspondendo a 45 horas, no sétimo semestre do curso.

II – Trabalho de Conclusão de Curso II, com 02 créditos teóricos, correspondendo a 30 horas, no oitavo semestre do curso.

III - Seminário de Socialização de TCC, com 05 créditos, correspondendo a 30 horas teóricas e 45 horas práticas.



Art. 4º O TCC de Graduação em Pedagogia Licenciatura só poderá ser desenvolvido formalmente com a matrícula nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DA ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

- I - Gerar e aprofundar conhecimentos relacionados à formação docente, aos processos de ensino-aprendizagem e ao campo de atuação do licenciado em Pedagogia;
- II - Refletir sobre o ensino em diferentes espaços formativos – rede oficial de ensino, educação popular, educação do campo e Movimentos Sociais;
- III - Articular reflexões teóricas com a prática dos estágios curriculares supervisionados desenvolvidos no curso;
- IV - Elaborar, testar e avaliar produtos didático-pedagógicos a serem utilizados na prática profissional do licenciado em Pedagogia;
- V - Proporcionar ao discente condições efetivas para a elaboração e execução de um projeto de pesquisa em Pedagogia.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º A realização do Trabalho de Conclusão de Curso, obrigatória a todos os estudantes do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, deverá ser elaborada individualmente e será submetido à defesa pública perante uma banca examinadora.

Art. 7º O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido a partir do oitavo semestre do curso e compreenderá as seguintes etapas:

- I - Trabalho de Conclusão I: Elaboração de um pré-projeto de pesquisa ou de elaboração de um produto didático-pedagógico contemplando um tema e/ou demanda relevante para a área da educação. O trabalho poderá ser do tipo monográfico ou relacionado com a confecção de produtos didáticos pedagógicos dirigidos ao âmbito educacional, cujos



processos, testes e resultados sejam documentados. Esta primeira etapa será constituída dos seguintes momentos:

1. Escolha do objeto de estudo e elaboração do problema de pesquisa;
2. Elaboração do pré-projeto de pesquisa ou de elaboração de um produto didático-pedagógico que contemple: (a) Apresentação do tema a ser desenvolvido; (b) Justificativa e motivações subjacentes à escolha do tema; (c) Objetivos da proposta; (d) Revisão teórica dos conceitos relacionados ao tema; (e) Referências bibliográficas.

II – Trabalho de Conclusão de Curso II: Produção de artigo científico vinculado a projetos de pesquisa, ensino e extensão, ou Trabalho monográfico ou um produto didático-pedagógico contemplando um tema e/ou demanda relevante para a área da educação. O projeto, elaborado de acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS, deverá conter os seguintes elementos:

- a. Apresentação do tema a ser desenvolvido;
- b. Justificativa para escolha do tema;
- c. Objetivos;
- d. Revisão teórica dos conceitos relacionados ao tema;
- e. Métodos;
- f. Cronograma de execução;
- g. Referências.

A critério do professor responsável pelo componente curricular e do docente orientador poderão ser inseridos outros itens que auxiliem na apresentação da proposta.

Art. 8º O acompanhamento do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado pelo professor orientador durante todas as etapas de construção do projeto de pesquisa ou de um produto didático-pedagógico.

Art. 9º São atribuições do Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Pedagogia – Licenciatura:

- I – Identificar as temáticas de interesse dos estudantes e adequá-las à realidade do quadro de orientadores disponíveis no Curso;
- II – Promover reuniões de estudo e de organização das atividades entre professores orientadores;



- III – Elaborar e encaminhar aos professores orientadores os formulários para registro de presença e desempenho dos respectivos orientandos;
- IV – Elaborar o cronograma de apresentação dos trabalhos criando estratégias para estimular a participação da comunidade externa na atividade;
- V – Emitir a convocação dos orientadores e formalizar o convite aos membros que comporão as Bancas Examinadoras, após a ciência dos orientadores;
- VI – Acompanhar o trabalho desenvolvido pela Banca Examinadora e coletar os respectivos pareceres e notas;
- VII – Orientar os estudantes até a entrega da versão final do TCC;
- VIII – Incentivar os estudantes a publicar os resultados da pesquisa em diferentes meios de divulgação do conhecimento científico e, quando for do interesse, na própria comunidade onde o TCC foi desenvolvido.

Art. 10 São atribuições do professor-orientador de TCC:

- I - Orientar o(a) estudante na elaboração do projeto e do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando as normas de metodologia científica da UFFS;
- II - Definir, em conjunto com o(a) estudante, um cronograma de trabalho que envolva todas as fases de elaboração do TCC;
- III - Discutir e definir com o(a) estudante as reformulações necessárias na fase de elaboração do trabalho;
- IV - Controlar a frequência dos estudantes sob sua orientação através de instrumento previamente disponibilizado pelo Coordenador de TCC do curso.
- V - Definir, junto ao coordenador de TCC, os membros da banca examinadora;
- VI - Presidir a sessão pública de defesa dos seus orientandos;
- VII - Formalizar junto ao Curso de Pedagogia os resultados da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso por meio de entrega da ata de reunião da banca devidamente assinada e com a média aritmética e/ou conceito obtido pelo estudante.

Art. 11 São atribuições do estudante do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Cumprir com o cronograma de trabalho elaborado junto ao professor-orientador;
- II - Participar de todas as reuniões convocadas pelo professor orientador, pelo coordenador de TCC e/ou pela coordenação do curso.



III - Executar o projeto de TCC e comparecer no dia e hora destinados para a sua apresentação.

IV - Entregar uma cópia da versão final do TCC em meio digital para a biblioteca do *Campus Laranjeiras do Sul*.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 12 O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado por uma banca examinadora composta por três integrantes: o orientador do trabalho e presidente da banca (e o coorientador, se for o caso) e outros dois professores da UFFS ou de outra instituição de ensino, desde que desenvolvam atividades relacionadas com o tema pesquisado.

Parágrafo único - A composição da banca examinadora, além da presença obrigatória do orientador, terá como segundo membro um professor que compõem o colegiado de Curso de Pedagogia, e no caso do terceiro membro, a escolha se dará através de entendimento entre o Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso e o(a) orientador(a), homologando posteriormente no colegiado.

Art. 13 Os procedimentos da sessão pública de apresentação do TCC serão os que seguem:

1. A sessão de defesa do TCC poderá ocorrer em espaço externo à UFFS, desde que:
 - a. Seja do interesse da instituição;
 - b. seja aprovado pelo colegiado do curso;
 - c. o espaço escolhido tenha relação com o tema desenvolvido no TCC;
 - d. possibilite a participação da comunidade universitária;
2. A apresentação por parte do(a) estudante perante a banca examinadora poderá ser aberta à participação do público.
3. Após a apresentação do trabalho os membros da banca procederão com questionamentos para o(a) estudante em relação ao processo de elaboração e o conteúdo do TCC.
4. Cada um dos integrantes da banca fará a avaliação pessoal do trabalho a partir dos critérios estabelecidos neste regulamento, devendo os integrantes da banca se reunir



para fazer uma avaliação conjunta e registro em ata que deverá ser assinada pelos membros da banca e pelo(a) estudante.

5. O(a) estudante que não obtiver média mínima de seis (6,0) estará automaticamente reprovado no componente curricular Seminário de Socialização Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 14 A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pelos membros da banca será efetuada com base na apresentação oral e no trabalho escrito apresentado pelo estudante, considerando os seguintes elementos:

1. Pertinência do tema e sua relação com o Curso de Graduação em Pedagogia.
2. No trabalho escrito.
 - 2.1 Clareza na definição do problema da pesquisa.
 - 2.2 Estrutura e organização do texto.
 - 2.3 Clareza e precisão dos objetivos.
 - 2.4 Bibliografia utilizada para fundamentar o desenvolvimento do trabalho.
 - 2.5 Adequação do método utilizado.
 - 2.6 Adequação às normas técnicas de trabalhos acadêmicos da UFFS.
 - 2.7 No caso de confecção de produto didático-pedagógico, o detalhamento da fase de testes e o método de avaliação do produto.
3. Na exposição oral:
 - 3.1 Clareza na apresentação do problema;
 - 3.2 Organização e estruturação dos resultados obtidos;
 - 3.3 Adequação ao tempo disponível

Art. 15 Os TCCs nos quais forem comprovados plágios (no todo ou em partes) serão submetidos ao colegiado de curso, o qual decidirá sobre o encaminhamento para o Conselho de Ética e para deliberações subsequentes.

Art. 16 Os TCCs, após aprovação, e prazo final dado pela banca para correções serão colocados à disposição do público.

Art. 17 O estudante ficará reprovado nas seguintes situações:

- a) Não entregar o trabalho final e/ou não se apresentar para a defesa oral.



b) Obter média final inferior a 6,0 (seis).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 18 Os casos omissos neste “Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura” serão discutidos no NDE e deliberados pelo respectivo Colegiado de Curso.



**ANEXO IV: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR
EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR**

Art. 1º. O presente regulamento tem por finalidade conferir equivalência aos componentes curriculares cursados com aprovação ou validados pelos estudantes do curso de Pedagogia – Licenciatura, *Campus* Laranjeiras do Sul, em decorrência da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 2º Os componentes curriculares listados no quadro abaixo, não sofreram qualquer alteração com a reformulação do PPC:

Código	Componente Curricular	Créditos
GCH825	Introdução à Pedagogia	4
GLA102	Leitura e produção textual I	2
GCH826	História da Educação	4
GEX208	Informática básica	4
GCH794	Didática Geral	4
GCH979	Psicologia da educação infantil	3
GCH980	Filosofia da educação	4
GCH981	Sociologia da Educação	4
GCH988	Educação Infantil I	4
GCH990	Educação Infantil II	4
GCH991	Educação Especial	2
GCH290	Iniciação à Prática Científica	4
GCH797	Educação Inclusiva	2
GLA103	Leitura e Produção Textual II	4
GEX211	Matemática A	2
GLA214	Linguagem e Alfabetização	4
GLA210	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4
GCH1006	Currículo: Fundamentos Teóricos	4
GCH1003	Avaliação: Fundamentos Teóricos	4
GCH984	Fundamentos teórico-metodológicos do Ensino da Matemática na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	4
GLA215	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Arte na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
GLA216	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH993	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da História na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH995	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino de Ciências na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH1002	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Educação Física na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH985	Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Geografia na Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4
GCH1005	Educação e Trabalho	4



GCS239	Direitos e Cidadania	4
GCH1010	Seminário: Direitos Humanos	1
GCH292	História da Fronteira Sul	4
GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4
GCH1007	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	6
GCH1009	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano	6
GCH1011	Trabalho de Conclusão de Curso I	3
GCH1015	Trabalho de Conclusão de Curso II	2
GCH1013	História e cultura afro-brasileira e indígena e relações étnico-raciais na escola	2

Art. 3º Os componentes curriculares do curso de Pedagogia - licenciatura possuem equivalência, conforme tabela a abaixo:

Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente curricular	Créditos
GCH827	Psicologia da educação	2			
GCH76	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	3	GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	4
GCH050	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	3	GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	4
GCH013	Didática geral	3	GGCH794	Didática geral	4
GCH024	Fundamentos da educação	3	GCH1210	Fundamentos da educação	4
GCH829	Fundamentos da educação I	3	GCH1210	Fundamentos da educação	4
GLA045	Língua brasileira de sinais (libras)	3	GLA210	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4
GCH828	Organização do trabalho pedagógico: extensão escolar	5	GCH1319	Organização do trabalho pedagógico: extensão escolar	4
GCH987	Organização do trabalho pedagógico: educação infantil	5	GCH1650	Organização do trabalho pedagógico: educação infantil	4
GCH989	Organização do trabalho Pedagógico: Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano	5	GCH1321	Organização do Trabalho Pedagógico: Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano	4
GCH799	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	3	GCH1211	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	4



Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente curricular	Créditos
GCH035	Política Educacional e legislação do ensino no Brasil	3	GCH1211	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	4
GCH983	Currículo e Avaliação da Educação Básica	2	GCH1661	Currículo e Avaliação da Educação Básica	3
GCH1654	Tópicos especiais IV	2			
GCH800	Estágio Curricular Supervisionado I	4	GCH1214	Estágio Curricular I	5
GCH992	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação de Jovens e Adultos	5	GCH1323	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação de Jovens e Adultos	3
GCH994	Organização do Trabalho Pedagógico: Magistério para formação de professores no Ensino Médio	5	GCH1322	Organização do Trabalho Pedagógico: Magistério para formação de professores no Ensino Médio	3
GCH1012	Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	4	GCH1653	Estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	5
GCH1008	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação não formal e profissional	5	GCH1669	Organização do Trabalho Pedagógico: Educação não formal e profissional	3
GCH1014	Estágio supervisionado no ensino médio/docência para o magistério	4	GCH1652	Estágio supervisionado no ensino médio/docência para o magistério	5
GCH982	Didática na Educação Infantil	2	GCH1651	Didática na Educação Infantil	3
GCH1654	Tópicos especiais IV	2			
GLA001	Leitura e produção textual I	4	GLA102	Leitura e produção textual I	2
GLA004	Leitura e produção textual II	4	GLA103	Leitura e Produção Textual II	4
GEX002	Introdução à informática	4	GEX208	Informática básica	4
GEX001	Matemática instrumental	4	GEX211	Matemática A	2
GCH008	Iniciação à prática científica	4	GCH290	Iniciação à Prática Científica	4
GCH029	História da fronteira Sul	4	GCH292	História da Fronteira Sul	4
GCS011	Meio ambiente, economia e sociedade	4	GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4
GCS010	Direitos e cidadania	4	GCS239	Direitos e Cidadania	4



Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente curricular	Créditos
GCH1524 *	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO IV - EDUCAÇÃO DO CAMPO E POPULAR	30	GCH1659	TÓPICOS ESPECIAIS IX	30
GCH1659 **	Tópicos especiais IX	30	(GCH1639 ou GCH1547)	Sociologia do trabalho Tópicos especiais em política I	30 60

* Equivalência estabelecida pela RESOLUÇÃO N° 04/CCLP-LS/UFFS/2026

** Equivalência estabelecida pela RESOLUÇÃO N° 05/CCLP-LS/UFFS/2026

Art. 4º Para fins de registro, os componentes curriculares equivalentes passarão a constar nos históricos escolares dos estudantes do curso de Pedagogia - Licenciatura com a situação CVE – Componente validado por equivalência.

Parágrafo único. Nos casos em que está sendo utilizado mais de um componente curricular da matriz de origem para validar um componente curricular da matriz de destino, será considerada a média ponderada para fins de registro da nota.

Art. 5º Componentes curriculares listados abaixo não têm equivalência entre as matrizes do curso de Pedagogia – Licenciatura.

Código	Componente Curricular	Créditos
GCH1668	Seminários: Socialização de TCC	5

Art. 6º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo colegiado do curso.